



Coren^{BA}
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

**RELATÓRIO DE GESTÃO COREN-BA
VINCULADO
AO COFEN - CONSELHO FEDERAL DE
ENFERMAGEM
EXERCÍCIO DO ANO 2017**

Salvador/Bahia

2018



RELATÓRIO DE GESTÃO COREN-BA

EXERCÍCIO DO ANO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ VINCULADA NOS TERMOS DO ART.70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU 161/2017, DA PORTARIA TCU 65/2018 E DAS ORIENTAÇÕES DO CONSELHO FEDERAL.

SALVADOR/BAHIA

2017



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

COREN-BA	Conselho Regional de Enfermagem da Bahia
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
TCU	Tribunal de Contas da União
PAD	Processo Administrativo
OCI	Órgão de Controle Interno
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CTCE	Comissão de Tomada de Contas Especial
GAB	Gabinete
PCCS	Plano de Cargos Carreiras e Salários
LTDA	Limitada
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
RE/RT	Registro de Empresa / Responsabilidade Técnica
NEG	Negociação
URC	Unidade de Registro de Cadastro
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
MPT	Ministério Público do Trabalho
MPE	Ministério Público do Estado
SESAB	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
ABEN	Associação Brasileira de Enfermagem
PT	Parecer Técnico
RT's	Responsáveis técnicos
PPRA	Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
GP	Gestão de Pessoas



Coren^{BA}
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	8
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	8
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE	8
2.3 BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE.....	8
2.4 ORGANOGRAMA.....	9
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	11
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	11
3.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	12
3.1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS E RESULTADOS DOS PLANOS.....	15
3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	21
3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	22
3.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	28
3.3.2 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	57
3.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS	57
3.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	59
3.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	62
3.4.1 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO	62
3.4.2 DEPARTAMENTO EXECUTIVO E ATENDIMENTO	87
3.4.3 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA.....	104
3.4.4 CÂMARAS TÉCNICAS.....	110
3.4.5 PROCURADORIA JURÍDICA	123
3.4.6 COMUNICAÇÃO.....	127
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	130
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	130
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS.....	133
4.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	137
4.4 ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	137
4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	137
4.6 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	142



4.7 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	143
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	144
5.1 GESTÃO DE PESSOAS	144
5.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	144
5.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	147
5.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL	148
5.1.4 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA.....	148
5.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	148
5.2.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	152
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	154
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	154
6.2 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	154
6.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	158
6.4 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	159
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	160
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	160
7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	162
7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	163
7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	164
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	167
8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	167
8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	167
8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	167
9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	168
10. ANEXOS E APÊNDICES	169



1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos as ações do ano de 2017 realizadas pela Gestão Novo Tempo à frente do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA) como expressão de um empreendimento coletivo para concretização das metas traçadas no Planejamento Estratégico 2015/2017, definidas pelo plenário do Conselho, com o objetivo primordial de avançar na construção de uma Autarquia organizada, moderna e representativa.

Os resultados alcançados resultaram da dedicação dos mais de 100 funcionários deste Regional, da diretoria e do plenário, além da interlocução com organizações parceiras representativas da Enfermagem, de órgãos como o Ministério Público Estadual e do Trabalho e, principalmente, da participação e devolutivas dos próprios enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem baianos.

Ao produzir e divulgar este relatório, obedecendo ao que está previsto nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) e Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem, o Coren-BA cumpre o dever de divulgar o trabalho desenvolvido à frente da autarquia, não apenas como uma mera prestação de contas, mas comprometido com princípios que incluem a responsabilidade, a ética e a transparência.

O texto está estruturalmente organizado em capítulos: Visão Geral da Unidade; Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional; Governança; Relacionamento com a sociedade; Desempenho financeiro e informações contábeis; Áreas especiais da gestão; Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle; Outras informações relevantes; Anexos e Apêndices. As informações explicam desde a finalidade do Coren-BA, suas competências e atribuições, como foi construído o Planejamento Estratégico e Organizacional da autarquia, apresenta dados que exibem o desempenho orçamentário, até a descrição das ferramentas utilizadas na gestão dos processos e controle das ações.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA) é um órgão que disciplina e fiscaliza o exercício das profissões compreendidas no âmbito do campo de trabalho da Enfermagem.

Entre as competências do Conselho estão a deliberação sobre inscrição e seu cancelamento, a execução das instruções e provimentos do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e o conhecimento, difusão e decisão dos assuntos referentes à ética profissional com base nos marcos legais e normativas do sistema.

Na gestão 2015-2017, o plenário do COREN-BA é composto por dezessete membros efetivos e dezessete suplentes. A eleição do grupo é feita por voto secreto, pessoal e obrigatório, no período determinado pelo Conselho Federal, em Assembleia Geral especialmente convocada.

O grupo eleito decide quanto à distribuição dos cargos de Presidente, Primeiro e Segundo Secretários e Primeiro e Segundo Tesoureiros, formando assim, a Diretoria. Todos assumem um papel importante dentro do sistema COFEN X CORENs. O mandato é de três anos, 2015 a 2017.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA) é uma autarquia federal criada pela Lei Nº 5.905 de 12 de julho de 1973, (vide anexo) e tem sua Estrutura Normativa através do seu Regimento Interno (vide anexo).

2.3 BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA) é uma autarquia federal criada pela Lei Nº 5.905 de 12 de julho de 1973. Como todos os outros CORENs representados no território nacional, o COREN-BA agrega através de inscrição profissional, Auxiliares, Técnicos e Enfermeiros, regulamentando e fiscalizando o seu exercício profissional, com vista a assegurar para a sociedade atenção à saúde livre de danos e pautada na ética.

2.4 ORGANOGRAMA

O COREN-BA está estruturado a nível estratégico, nas seguintes instâncias: Plenário, Diretoria Executiva, Procuradoria Jurídica, Controladoria e Planejamento, Câmaras Técnicas, Comissão Permanente de Licitações, Gabinete, Secretaria Geral, Tribunal de Ética, e os Departamentos de Fiscalização, Financeiro e Executivo e Atendimento.

A nível tático e operacional estão as Divisões e Subseções, que têm por objetivo realizar as atividades de cadastro e os registros formais de documentos das pessoas físicas e jurídicas que exercem suas atividades na área da enfermagem na região metropolitana e interior do estado da Bahia.

As ações de Fiscalização, realizadas na capital e interior, também ocorrem no nível operacional e podem ser feitas de maneira programada ou mediante denúncias encaminhadas ao Conselho. O processo se desenvolve a partir da averiguação da irregularidade, gerando ações que vão desde uma notificação administrativa até a indicação de instalação de um processo administrativo e/ou ético disciplinar. O trabalho da Fiscalização abrange também ações educativas e de qualificação.

Os departamentos de Fiscalização e Executivo e Atendimento configuram-se como as atividades finalísticas da Autarquia.

A figura abaixo apresenta a estrutura organizacional do Coren-BA.



Figura 1 - Organograma





3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento Plurianual do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, voltado aos exercícios de 2017 e 2018, visa o cumprimento das obrigações legais do órgão para com a Sociedade. Atesta-se que, foi utilizada como metodologia para elaboração do conteúdo deste relatório a ferramenta Balanced Scorecard (BSC), construída pelos autores Kaplan & Norton. Afirma-se ainda que, por meio desta ferramenta objetiva-se o cumprimento dos princípios de transparência e publicidade das ações planejadas pela Autarquia para cumprimento de sua função essencial de regular e fiscalizar o exercício profissional da Enfermagem.

MISSÃO:

Promover o exercício ético e legal da Enfermagem na Bahia, ao habilitar, regular, orientar e fiscalizar a atuação profissional e institucional, visando à prestação de uma assistência segura e qualificada à sociedade e a valorização desses profissionais.

VISÃO:

Ser uma autarquia com credibilidade e relevância institucional para o exercício da enfermagem perante os profissionais e a sociedade, destacando-se a Gestão do Regional dentro do Sistema COFEN.

VALORES:

ÉTICA: Agir com seriedade, respeitando os padrões legais e morais da sociedade.

TRANSPARÊNCIA: Ter uma comunicação qualificada, em que as informações fluam de forma objetiva, clara e tempestiva no âmbito externo e interno, em todos os níveis da Autarquia.

DEMOCRACIA: Ter uma gestão participativa, capaz de estimular a integração e a cooperação dos profissionais de enfermagem e dos colaboradores que atuam no Conselho.



QUALIDADE: Atender os profissionais e as instituições de enfermagem com cortesia e presteza, trazendo-lhes oportunidades de maior valorização e eficiência na assistência prestada a sociedade.

HUMANIZAÇÃO: Estimular práticas humanizadas na assistência de enfermagem, e no processo de trabalho da autarquia, principalmente pela promoção da saúde e bem-estar da sociedade, dos profissionais e colaboradores.

COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL: Respeito ao Meio Ambiente e compromisso com o desenvolvimento social.

3.1.1 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os Objetivos Estratégicos se configuram nos resultados desejados pela organização, a serem obtidos a partir da execução de suas estratégias e ações. Os objetivos representam, essencialmente, um desdobramento da Visão Organizacional em partes menores, de modo a direcionar as ações que viabilizem o alcance desta visão. Deste modo, são estes os objetivos estratégicos do Coren-BA:

	PLANEJAMENTO PLURIANUAL 2017-2018
Objetivos Estratégicos	Perspectivas
OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos servidores públicos do Conselho Regional.	Aprendizado e Crescimento
OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.	Processos Internos
OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.	Processos Internos
OE4. Construir um ambiente de trabalho integrado que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.	Processos Internos
OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.	Administração Pública
OE6. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.	Relações Institucionais
OE7. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.	Relações Institucionais
OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.	Enfermagem/Sociedade
OE9. Aprimorar a comunicação institucional.	Enfermagem/Sociedade
OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.	Enfermagem/Sociedade
OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.	Orçamentária

As Iniciativas Estratégicas representam o delineamento dos campos de ações que serão utilizados pela organização para alcance dos seus objetivos estratégicos. Por meio das Iniciativas definem-se as ações com as quais se objetiva alcançar os resultados pretendidos através dos Objetivos Estratégicos, sendo uma ferramenta responsável por fazer a interligação da vertente de planejamento dos objetivos para a vertente de execução dos planos de ação. Deste modo, configuram-se enquanto iniciativas estratégicas do Coren-BA:

		PLANEJAMENTO PLURIANUAL 2017-2018		
Nr O	Iniciativas Estratégicas	Objetivo Estratégico	Fonte	Perspectiva
1	Desenvolver políticas de treinamento técnico e comportamental para o desenvolvimento de competências dos servidores públicos e aprimoramento de resultados de trabalho.	OE1		Aprendizado e Crescimento
2	Promover a valorização dos servidores públicos, mediante ações que contribuam para sua satisfação, segurança e bem-estar no trabalho.	OE1	Cofen	Aprendizado e Crescimento
3	Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional.	OE2	L5905	Processos Internos
4	Qualificar os servidores públicos do Atendimento/Registro/Cadastro para a aplicação do atendimento integral aos profissionais de enfermagem no Conselho Regional.	OE2		Processos Internos
5	Redimensionar o quadro de pessoal de todos os setores do Conselho Regional.	OE3	Compromissos	Processos Internos
6	Otimizar a infraestrutura do Conselho Regional para o desenvolvimento dos processos de trabalho.	OE3		Processos Internos
7	Ampliar e fortalecer a interiorização das ações do Conselho Regional.	OE4		Processos Internos
8	Ampliar a integração das atividades de trabalho intersetoriais	OE4		Processos Internos
9	Implantar Programa de Qualidade e Certificação ISO 9000.	OE4	Compromissos	Processos Internos
10	Ampliar as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento.	OE5		Administração Pública
11	Aumentar as relações institucionais de cooperação e de representatividade da Enfermagem	OE6		Relações Institucionais
12	Aprimorar a participação do Conselho Regional nas instâncias de controle social e no desempenho de uma função social.	OE6		Relações Institucionais
13	Valorizar o processo de formação profissional estreitando as relações com as instituições formadoras e de serviços de saúde.	OE6		Relações Institucionais
14	Ampliar ações que promovam o reconhecimento e valorização dos profissionais da enfermagem.	OE6	Compromissos	Relações Institucionais
15	Desenvolver ações político-legais para auxílio à formação de políticas públicas de saúde	OE7		Relações Institucionais
16	Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS.	OE8	Compromissos	Enfermagem/Sociedade
17	Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia.	OE8	Compromissos	Enfermagem/Sociedade
18	Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA.	OE8	Compromissos	Enfermagem/Sociedade
19	Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.	OE8		Enfermagem/Sociedade
20	Otimizar as ferramentas de comunicação do Conselho Regional para ampliar as relações com os profissionais de enfermagem com relação a informações e atendimentos prestados.	OE9		Enfermagem/Sociedade
21	Apoiar e estimular ações voltadas à qualificação permanente dos profissionais de enfermagem.	OE10	Compromissos	Enfermagem/Sociedade
22	Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos profissionais de Enfermagem e dos Cidadãos.	OE10	Compromissos	Enfermagem/Sociedade
23	Atuar em favor da despreciação do trabalho profissional de enfermagem.	OE10		Enfermagem/Sociedade
24	Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.	OE11	Compromissos	Orçamentária

Os Indicadores Estratégicos representam as ferramentas necessárias para avaliar se os resultados estabelecidos a partir dos Objetivos Estratégicos foram alcançados. Através dos indicadores é que se possibilita a mensuração do desempenho organizacional e o nível de alcance da organização quanto a sua Visão de Futuro. Aplicam-se então os indicadores diretamente sobre os objetivos para avaliar essencialmente o alcance de cada objetivo

como parte do objetivo maior que é atingir a Visão da organização. Assim sendo, configuram-se enquanto indicadores estratégicos do Coren-BA:

	PLANEJAMENTO PLURIANUAL 2017-2018
Objetivo Estratégico 1	Perspectiva
OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos servidores públicos do Conselho Regional.	Aprendizado e Crescimento
Indicador / Meta	Índice
Capacitar 60% das unidades administrativas do Coren-BA	Unidades capacitadas ----- Total de unidades
Obter 70% de satisfação do quadro funcional do Coren-BA	Servidor satisfeitos ----- Total de servidores
Objetivo Estratégico 2	Perspectiva
OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.	Processos Internos
Indicador / Meta	Índice
Obter até 5% de carnês de anuidades devolvidos	Carnês devolvidos ----- Total de carnês enviados
Obter até 1% de correspondências de atualização cadastral de empresas devolvidas	Correspondências devolvidas ----- Total de correspondências enviadas
Capacitar 100% dos servidores do quadro do Atendimento para prestar atendimento integral ao profissional	Servidores capacitados ----- Total de servidores do Atendimento
Objetivo Estratégico 3	Perspectiva
OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.	Processos Internos
Indicador / Meta	Índice
Renovar 90% do parque tecnológico do Coren-BA	Computadores com 2 anos de aquisição ----- Total de Computadores
Obter 90% das unidades administrativas utilizando sistemas de gestão informatizados e integrados	Unidades informatizadas ----- Total de Unidades
Aumentar em 60% a frota de veículos do Coren-BA	Veículos adquiridos ----- Total de Veículos pré-aquisição
Readequar o quadro funcional de 80% das unidades administrativas	Unidades readequadas ----- Total de Unidades
Objetivo Estratégico 4	Perspectiva
OE4. Construir um ambiente de trabalho integrado que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.	Processos Internos
Indicador / Meta	Índice
Obter 100% das instruções normativas certificadas pela norma ISO 9001	Instruções normativas certificadas ----- Total de Instruções normativas
Promover 1 evento anual em 100% das subseções do Coren-BA	Subseções com eventos realizados ----- Total de Subseções
Objetivo Estratégico 5	Perspectiva
OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.	Administração Pública
Indicador / Meta	Índice
Obter 100% das prestações de contas e relatórios de gestão aprovados pelo Cofen	Relatório/Prestações aprovadas ----- Total de Relatório/Prestações
Objetivo Estratégico 6	Perspectiva
OE6. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.	Relações Institucionais
Indicador / Meta	Índice
Realizar 1 campanha anual de valorização da profissão	Número de campanhas realizadas



Objetivo Estratégico 7	Perspectiva
OE7. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde.	Relações Institucionais
Indicador / Meta	Índice
Desenvolver 5 ações conjuntas anuais com organizações relacionadas com a saúde pública	Número de ações conjuntas anuais
Objetivo Estratégico 8	Perspectiva
OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.	Enfermagem/Sociedade
Indicador / Meta	Índice
Notificar 70% das instituições identificadas com subdimensionamento, inexistência de SAE e/ou inexistência de RT	Instituições notificadas ----- Total de Instituições com irregularidades
Capacitar 70% do quadro funcional da Fiscalização	Enfermeiros Fiscais capacitados ----- Total de Enfermeiros Fiscais
Realizar benchmarking com até 5 conselhos regionais	Número de benchmarkings realizados

Objetivo Estratégico 9	Perspectiva
OE9. Aprimorar a comunicação institucional.	Enfermagem/Sociedade
Indicador / Meta	Índice
Ampliar em 10% o número de seguidores do Coren em redes sociais	Total de seguidores nos 24 meses seguintes ----- Total de seguidores nos 24 meses anteriores
Objetivo Estratégico 10	Perspectiva
OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.	Enfermagem/Sociedade
Indicador / Meta	Índice
Obter 75% de presença nos treinamentos/eventos organizados pelas Câmaras Técnicas	Número de participantes do evento ----- Total de Inscrições do evento
Objetivo Estratégico 11	Perspectiva
OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.	Orçamentária
Indicador / Meta	Índice
Obter até 20% de inadimplência dos profissionais ativos	Profissionais inadimplentes ----- Total de Profissionais Ativos

3.1.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS E RESULTADOS DOS PLANOS

Os objetivos estratégicos, e as iniciativas estratégicas vinculadas a estes, estão em conformidade com as competências institucionais do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – Coren-BA, que estão definidas no art. 15º da Lei 5.905/73, a seguir detalhados:

“Lei 5.905/73:

Art 15. Compete aos Conselhos Regionais:

I - Deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento;

II - disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;



III - fazer executar as instruções e provimentos do Conselho Federal;

IV - manter o registro dos profissionais com exercício na respectiva jurisdição;

V - conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional impondo as penalidades cabíveis;

VI - elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal;

VII - expedir a carteira profissional indispensável ao exercício da profissão, a qual terá fé pública em todo o território nacional e servira de documento de identidade;

VIII - zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;

IX - publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;

X - propor ao Conselho Federal medidas visando à melhoria do exercício profissional;

XI - fixar o valor da anuidade;

XII - apresentar sua prestação de contas ao Conselho Federal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano;

XIII - eleger sua diretoria e seus delegados eleitores ao Conselho Federal;

XIV - exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei ou pelo Conselho Federal.”

Os Planos de Ação representam o desdobramento das iniciativas estratégicas em ações de menor porte, implicando, deste modo, na operacionalização das estratégias. A partir dos Planos de Ação os resultados almejados por meio dos Objetivos Estratégicos e os campos de atuação delineados com as Iniciativas passam a se reproduzir na execução de atividades pelas diversas unidades administrativas componentes do organograma da organização, atribuindo modos e estipulando valores a serem empregados na consecução dos objetivos organizacionais. Dito isto, configuram-se enquanto planos de ação do Coren-BA:



Iniciativa Estratégica 4	Objetivo Estratégico
Qualificar os servidores públicos do Atendimento/Registro/Cadastro para a aplicação do atendimento integral aos profissionais de enfermagem no Conselho Regional.	OE2
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Ofertar treinamentos direcionados ao conhecimento das normas, rotinas e dos processos internos de trabalho.	OE2
Ofertar cursos de capacitação profissional com foco no Atendimento ao Cliente.	OE2
Iniciativa Estratégica 1	Objetivo Estratégico
Desenvolver políticas de treinamento técnico e comportamental para o desenvolvimento de competências dos servidores públicos e aprimoramento de resultados de trabalho.	OE1
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Desenvolver uma política de treinamento para os servidores	OE1
Levantar as necessidades setoriais, identificando as habilidades e competências para aderência aos cargos.	OE1
Aplicar treinamento para desenvolvimento das lideranças	OE1
Capacitar profissionais do setor nas áreas de design gráfico e mídias sociais	OE1
Organizar Seminário de Fiscalização	OE1
Organizar Seminário Administrativo	OE1
Iniciativa Estratégica 2	Objetivo Estratégico
Promover a valorização dos servidores públicos, mediante ações que contribuam para sua satisfação, segurança e bem-estar no trabalho.	OE1
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Realizar pesquisa de clima organizacional.	OE1
Instituir projeto de melhoria da Qualidade de Vida no trabalho	OE1
Iniciativa Estratégica 3	Objetivo Estratégico
Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional.	OE2
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Fiscalizar a situação cadastral das empresas lotadas na jurisdição do Conselho Regional	OE2
Realizar campanha na internet sobre a importância da atualização de dados junto ao Conselho	OE2
Intensificar e aprimorar as ações de atualização do banco de dados.	OE2



Iniciativa Estratégica 8	Objetivo Estratégico
Ampliar a integração das atividades de trabalho intersetoriais	OE4
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Realizar oficina sobre fluxos internos de comunicação	OE4
Iniciativa Estratégica 9	Objetivo Estratégico
Implantar Programa de Qualidade e Certificação ISO 9000.	OE4
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Contratar serviço de consultoria de preparação para certificação	OE4
Iniciativa Estratégica 10	Objetivo Estratégico
Ampliar as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento.	OE5
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Levantar os conflitos de normativas pertinentes as atividades de fiscalização	OE5
Encaminhar os conflitos levantados para discussão junto ao COFEN	OE5
Divulgar de forma mais efetiva os pareceres técnicos elaborados pelo conselho	OE5
Retomar as reuniões com os Enfermeiros Responsáveis Técnicos na sede do Conselho, com foco na Resolução Cofen nº 509/2016.	OE5
Iniciativa Estratégica 11	Objetivo Estratégico
Aumentar as relações institucionais de cooperação e de representatividade da Enfermagem	OE6
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Distribuir folderes explicativos sobre as principais organizações da enfermagem	OE6
Desenvolver ações em parceria com outros Conselhos Profissionais e organizações que contemplem profissionais de enfermagem.	OE6
Desenvolver ações de parceria com órgãos institucionais: MPE, MPT, SESAB e Secretarias Municipais de Saúde.	OE6
Realizar ações conjuntas do Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem com as organizações de enfermagem em defesa do fortalecimento da profissão.	OE6

Iniciativa Estratégica 12	Objetivo Estratégico
Aprimorar a participação do Conselho Regional nas instâncias de controle social e no desempenho de uma função social.	OE6
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Participar do fórum das escolas.	OE6
Participar ativamente de conselhos estadual e municipal de saúde.	OE6
Ampliar a representatividade da enfermagem nos fóruns deliberativos.	OE6
Manter a integração com os demais conselhos da área de saúde, por meio do fórum estadual dos conselhos da área de saúde.	OE6



Iniciativa Estratégica 13	Objetivo Estratégico
Valorizar o processo de formação profissional estreitando as relações com as instituições formadoras e de serviços de saúde.	OE6
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Manter relações e inserir as instituições formadoras no processo de ação fiscalizadora do Conselho Regional.	OE6
Contribuir com a Implantação de políticas educativas nas escolas de nível técnico e de graduação em enfermagem sobre a autarquia e os princípios legais da profissão.	OE6
Iniciativa Estratégica 14	Objetivo Estratégico
Ampliar ações que promovam o reconhecimento e valorização dos profissionais da enfermagem.	OE6
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Realizar campanha publicitária anual de valorização da profissão de enfermagem	OE6
Realizar visitas às instituições de saúde, em ações para promoção do exercício legal da profissão.	OE6
Iniciativa Estratégica 15	Objetivo Estratégico
Desenvolver ações político-legais para auxílio à formação de políticas públicas de saúde	OE7
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Contribuir com a agenda de atualização das Leis nº 5905/1973, de criação do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, e nº 7498/1986, do exercício profissional, pelo Congresso Nacional.	OE7
Manter agenda política com as entidades regionais/nacionais de enfermagem em defesa: do SUS público, universal e equânime conforme CF/1988, da formação e da educação permanente de qualidade para profissionais de enfermagem.	OE7
Ampliar as relações institucionais do Conselho Regional com organizações gerenciais das unidades de saúde e sindicatos de saúde.	OE7

Iniciativa Estratégica 16	Objetivo Estratégico
Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS.	OE8
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Redimensionar as áreas de fiscalização por enfermeiros fiscais	OE8
Implantar a mensuração dos indicadores de desempenho para Avaliação, Acompanhamento e julgamento dos resultados obtidos.	OE8
Aperfeiçoar o sistema de comunicação do departamento de Fiscalização	OE8
Aprimorar a gestão dos processos de trabalho pela gerencia e coordenações	OE8
Promover revisão dos fluxos dos processos de trabalho	OE8
Iniciativa Estratégica 17	Objetivo Estratégico
Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia.	OE8
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Organizar grupo de trabalho focado em dimensionamento da equipe de enfermagem das instituições da capital e interior identificando o subdimensionamento existente no Estado da Bahia	OE8
Intensificar a notificação das unidades identificadas com subdimensionamento	OE8



Iniciativa Estratégica 18	Objetivo Estratégico
Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA.	OE8
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Participar de eventos que contribuam para melhoria da qualidade dos processos de trabalho da fiscalização	OE8
Realizar benchmarking em regionais do Sistema COFEN/CORENS	OE8
Iniciativa Estratégica 19	Objetivo Estratégico
Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.	OE8
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Reeditar e distribuir cartilhas com orientações para as Comissões de Ética	OE8
Realizar seminários para Comissões de Ética de Instituições de Saúde do Estado	OE8

Iniciativa Estratégica 20	Objetivo Estratégico
Otimizar as ferramentas de comunicação do Conselho Regional para ampliar as relações com os profissionais de enfermagem com relação a informações e atendimentos prestados.	OE9
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Produzir novo site	OE9
Ampliar presença nas redes sociais aumentando o número de fãs da página	OE9
Enviar mensagens via sms	OE9
Retomar a TV Coren	OE9
Enviar relatórios/revistas para os profissionais adimplentes	OE9
Ampliar o envio de e-mail marketing/newsletter com campanhas pontuais do conselho	OE9
Iniciativa Estratégica 21	Objetivo Estratégico
Apoiar e estimular ações voltadas à qualificação permanente dos profissionais de enfermagem.	OE10
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Realizar curso de SAE para Profissionais de Enfermagem na sede e subseções	OE10
Realizar seminários sobre Segurança do Paciente para Profissionais de Enfermagem na sede e subseções	OE10
Realizar oficinas de Dimensionamento de Pessoal para profissionais de Enfermagem na sede e subseções	OE10
Realizar cursos de Processos Éticos para profissionais de Enfermagem na sede e subseções	OE10
Promover o encontro Café com a Presidente	OE10
Promover as Feiras de Saúde / Enfermagem na Praça	OE10
Promover o Encontro de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	OE10
Promover ações voltadas a comemoração do Outubro Rosa	OE10
Promover ações voltadas a comemoração do Novembro Azul	OE10



Iniciativa Estratégica 22	Objetivo Estratégico
Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos profissionais de Enfermagem e dos Cidadãos.	OE10
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Estruturar o Setor de Processos Éticos do Conselho Regional.	OE10
Iniciativa Estratégica 23	Objetivo Estratégico
Atuar em favor da desprecarização do trabalho profissional de enfermagem.	OE10
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Convocar audiência pública para debater com a categoria questões de relevância para a enfermagem.	OE10
Elaborar um diagnóstico nas entidades de saúde acerca das condições de trabalho profissional de enfermagem.	OE10
Fiscalizar a implantação da SAE - Sistematização da Assistência de Enfermagem nas instituições de Saúde.	OE10
Iniciativa Estratégica 24	Objetivo Estratégico
Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.	OE11
Planos de Ação	Objetivo Estratégico
Confeccionar cartazes para serem afixados nos murais das instituições sobre a inadimplência	OE11
Realizar campanha na internet sobre a importância de se estar adimplente com o Conselho	OE11
Aperfeiçoar o sistema de cobrança e dívida ativa.	OE11
Dar continuidade ao REFIS (Programa de Recuperação Fiscal) com o parcelamento da taxa de inscrição e de débitos atrasados, bem como a isenção de multas e juros.	OE11

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

O COREN-BA no exercício de 2017 monitorou a execução das ações previstas no Planejamento Estratégico através da emissão de relatórios setoriais, acompanhados pela diretoria mediante apresentação mensal em reuniões colegiadas para acompanhamento, em especial, do processo estratégico, contando com os gerentes dos departamentos. Além destas reuniões, o órgão também realizava reuniões quinzenais com as gerências dos departamentos e as coordenações para o acompanhamento do processo tático e operacional.

O Coren-BA elaborou seu orçamento anual com definições de dotações orçamentárias por atividades e projetos setoriais, controlando a execução orçamentária destes, porém, sem análise dos resultados físicos.

No início do exercício de 2018 foi criado o Setor de Planejamento na estrutura interna do Regional, com o objetivo de gerenciar a execução dos planos de ações e subsidiar os setores com procedimentos padrões de execução, acompanhamento e análise dos resultados, comparando-os, principalmente, com as metas pré-estabelecidas.

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A Autarquia apresentou o orçamento para 2017 no valor R\$ 21.562.632,00. Valor superior em 7,81% ao valor previsto no orçamento de 2016. Neste exercício, seguindo a nova metodologia de elaboração por centro de custos, foram definidos orçamentos setoriais para a atividade e para projetos específicos.

No exercício de 2017 foi realizada uma reformulação orçamentária no valor de R\$ 1.000.000,00, aprovada pelo plenário do Conselho Regional e homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, tendo como fonte de recursos o superávit financeiro de exercícios anteriores, para ser aplicado no investimento da reforma e aquisição de mobiliários e equipamentos para a nova sede.

Do valor total orçado para o exercício, 33,64% foram diretamente relacionadas às atividades finalísticas do Conselho, ou seja, Fiscalização, Atendimento, Câmaras Técnicas e Processos Éticos. Porém, este percentual é maior, pois, existem vários gastos relacionados a estas atividades que estão alocados nos orçamentos das outras áreas, como terceirização de motoristas e gastos com os veículos utilizados para a atividade de fiscalização, despesas com as reuniões e atividades de instrução de Processos Éticos, entre outros.

Seguem resumos da programação orçamentária por área de execução, por rubrica de despesa e receita e por centro de custos:

CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2017 POR ÁREA DE EXECUÇÃO				
ÁREA	ORÇADO	%	EXECUTADO	%
FISCALIZAÇÃO	3.966.331,37	17,58%	3.874.645,33	17,44%
ATENDIMENTO	2.893.042,86	12,82%	2.840.927,42	12,79%
CÂMARA TÉCNICA/PROCESSO ÉTICO	730.317,89	3,24%	706.720,63	3,18%
ATIVIDADE MEIO	6.724.709,01	29,80%	6.565.080,01	29,56%
COTA PARTE COFEN	5.492.320,50	24,34%	5.491.572,79	24,72%
INVESTIMENTOS	1.516.000,00	6,72%	1.497.458,86	6,74%
PLENÁRIA	1.084.265,92	4,81%	1.079.560,77	4,86%
PROJETOS	155.644,45	0,69%	154.761,55	0,70%
TOTAL	22.562.632,00	100,00%	22.210.727,36	100,00%



Programação das Despesas Correntes e de Capital e Receitas a Realizar

Conta	DOTAÇÃO INICIAL		SUPLEMENTAÇÃO		REDUÇÃO		ORÇADO FINAL	
	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual	Exercício anterior	Exercício atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	20.000.000,00	21.562.632,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	21.500.000,00	22.562.632,00
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	20.000.000,00	21.562.632,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00	21.562.632,00
6.2.1.1.1.12 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.594.063,36	18.169.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.594.063,36	18.169.800,00
6.2.1.1.1.12.40 - CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	16.594.063,36	18.169.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.594.063,36	18.169.800,00
6.2.1.1.1.12.40.01 - ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	16.546.363,42	18.133.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.546.363,42	18.133.500,00
6.2.1.1.1.12.40.01.001 - Anuidades Do Exercício - P.F.	13.548.713,13	14.463.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.548.713,13	14.463.800,00
6.2.1.1.1.12.40.01.002 - Anuidades De Exercícios Anteriores - P.F.	2.997.650,29	3.669.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.997.650,29	3.669.700,00
6.2.1.1.1.12.40.02 - ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	47.699,94	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.699,94	36.300,00
6.2.1.1.1.13 - RECEITAS PATRIMONIAIS	463.017,06	649.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.017,06	649.350,00
6.2.1.1.1.13.20 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	463.017,06	649.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.017,06	649.350,00
6.2.1.1.1.16 - RECEITAS DE SERVIÇOS	1.430.596,38	1.395.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.596,38	1.395.182,00
6.2.1.1.1.16.13 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.430.596,38	1.395.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.430.596,38	1.395.182,00
6.2.1.1.1.16.13.02 - Expedição De Carteira	543.290,16	536.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	543.290,16	536.900,00
6.2.1.1.1.16.13.99 - Outros Serviços Administrativos	88.581,02	241.882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.581,02	241.882,00
6.2.1.1.1.19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.512.323,20	1.348.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.512.323,20	1.348.300,00
6.2.1.1.1.19.10 - MULTAS E JUROS DE MORA	1.132.648,72	986.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.648,72	986.000,00
6.2.1.1.1.19.10.02 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	1.132.648,72	986.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.132.648,72	986.000,00
6.2.1.1.1.19.10.02.002 - Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	1.127.563,45	984.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.127.563,45	984.700,00
6.2.1.1.1.19.10.02.004 - Juros Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	5.085,27	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.085,27	1.300,00
6.2.1.1.1.19.20 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	13.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.600,00
6.2.1.1.1.19.20.01 - INDENIZAÇÕES	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
6.2.1.1.1.19.20.02 - RESTITUIÇÕES	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
6.2.1.1.1.19.32 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	379.674,48	344.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.674,48	344.900,00
6.2.1.1.1.19.32.16 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	379.674,48	344.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.674,48	344.900,00
6.2.1.1.1.19.32.16.001 - Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	379.674,48	344.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379.674,48	344.900,00
6.2.1.1.1.19.32.16.001.001 - Dívida Ativa em Fase Administrativa	154.964,12	188.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.964,12	188.000,00
6.2.1.1.1.19.32.16.001.002 - Dívida Ativa em Fase Executiva	224.710,36	156.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.710,36	156.900,00
6.2.1.1.1.19.90 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
6.2.1.1.1.19.90.99 - OUTRAS RECEITAS	0,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
6.2.1.1.2 - RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00
6.2.1.1.2.25 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00
6.2.1.1.2.25.90 - OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.000.000,00
5.2.2.1.3.01 - SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
6.2.2.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL	20.000.000,00	21.562.632,00	4.880.922,61	3.027.268,52	3.380.922,61	2.027.268,52	21.500.000,00	22.562.632,00
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	19.900.000,00	21.046.632,00	1.665.922,61	1.723.497,29	2.365.922,61	1.723.497,29	19.200.000,00	21.046.632,00
6.2.2.1.1.31 - VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	9.157.150,00	10.426.120,00	206.420,15	0,00	167.920,15	411.537,25	9.195.650,00	10.014.582,75
6.2.2.1.1.31.90 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	9.157.150,00	10.426.120,00	206.420,15	0,00	167.920,15	411.537,25	9.195.650,00	10.014.582,75
6.2.2.1.1.31.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.216.400,00	7.027.820,00	78.200,00	0,00	67.320,15	343.343,81	6.227.279,85	6.684.476,19
6.2.2.1.1.31.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.881.850,00	2.140.300,00	0,00	0,00	1.100,00	19.481,91	1.880.750,00	2.120.818,09
6.2.2.1.1.31.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	974.400,00	1.108.000,00	500,00	0,00	15.000,00	16.121,00	959.900,00	1.091.879,00
6.2.2.1.1.31.90.94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	84.500,00	150.000,00	127.720,15	0,00	84.500,00	32.590,53	127.720,15	117.409,47
6.2.2.1.1.33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.742.850,00	10.620.512,00	1.459.502,46	1.723.497,29	2.198.002,46	1.311.960,04	10.004.350,00	11.032.049,25
6.2.2.1.1.33.10 - TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	4.850.000,00	5.228.320,50	233.000,00	264.000,00	390.000,00	0,00	4.693.000,00	5.492.320,50
6.2.2.1.1.33.10.41 - CONTRIBUIÇÕES	4.850.000,00	5.228.320,50	233.000,00	264.000,00	390.000,00	0,00	4.693.000,00	5.492.320,50
6.2.2.1.1.33.90 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	5.892.850,00	5.392.191,50	1.226.502,46	1.459.497,29	1.808.002,46	1.311.960,04	5.311.350,00	5.539.728,75
6.2.2.1.1.33.90.14 - DIÁRIAS	450.000,00	408.600,00	46.600,00	163.080,00	66.480,00	106.080,00	430.120,00	465.600,00
6.2.2.1.1.33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	576.300,00	212.221,50	138.558,31	81.047,00	353.858,31	73.277,00	361.000,00	219.991,50
6.2.2.1.1.33.90.30.099 - Outros Materiais De Consumo	49.300,00	25.501,50	8.000,00	0,00	46.358,31	20.290,00	10.941,69	5.211,50
6.2.2.1.1.33.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	434.300,00	456.430,00	82.500,00	159.062,52	86.900,00	182.646,52	429.900,00	432.846,00
6.2.2.1.1.33.90.33.009 - Passagens Diversas	227.500,00	247.930,00	0,00	11.263,00	10.000,00	47.948,00	217.500,00	211.245,00



6.2.2.1.1.33.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	174.700,00	163.900,00	9.600,00	29.888,19	0,00	17.492,87	184.300,00	176.295,32
6.2.2.1.1.33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.117.990,00	3.227.420,00	590.956,90	629.479,46	817.374,15	617.720,97	2.891.572,75	3.239.178,49
6.2.2.1.1.33.90.39.001 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - PESSOAS JURÍDICAS	416.730,00	466.300,00	5.836,12	75.750,00	24.300,00	42.650,00	398.266,12	499.400,00
6.2.2.1.1.33.90.39.002 - DEMAIS SERVIÇOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.701.260,00	2.761.120,00	585.120,78	553.729,46	793.074,15	575.070,97	2.493.306,63	2.739.778,49
6.2.2.1.1.33.90.39.002.016 - Manutenção E Conservação De Bens Móveis	204.500,00	226.300,00	17.043,82	43.054,00	53.743,82	95.064,00	167.800,00	174.290,00
6.2.2.1.1.33.90.39.002.099 - Outros Serviços E Encargos	432.200,00	477.320,00	176.500,00	153.163,00	67.240,00	58.206,00	541.460,00	572.277,00
6.2.2.1.1.33.90.91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	6.600,00	11.700,00	8.200,00	2.950,00	0,00	0,00	14.800,00	14.650,00
6.2.2.1.1.33.90.92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	34.077,25	45.922,39	0,00	0,00	34.077,25	45.922,39
6.2.2.1.1.33.90.92.013 - Dea - Salários	0,00	0,00	0,00	3.728,81	0,00	0,00	0,00	3.728,81
6.2.2.1.1.33.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.132.960,00	911.920,00	314.810,00	348.067,73	483.390,00	314.742,68	964.380,00	945.245,05
6.2.2.1.1.33.90.93.002 - OUTRAS DESPESAS COM REUNIÕES, REPRESENTAÇÕES, PLENÁRIO E	655.500,00	553.900,00	35.410,00	175.580,00	109.930,00	117.990,00	580.980,00	611.490,00
6.2.2.1.1.33.90.93.002.001 - Auxílio Representação	436.800,00	335.200,00	35.410,00	161.880,00	80.000,00	74.340,00	392.210,00	422.740,00
6.2.2.1.1.33.90.93.003 - DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO	477.460,00	358.020,00	279.400,00	170.937,73	373.460,00	196.152,68	383.400,00	332.805,05
6.2.2.1.2 - CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	516.000,00	1.515.000,00	1.303.771,23	15.000,00	303.771,23	1.600.000,00	1.516.000,00
6.2.2.1.2.44 - INVESTIMENTOS	100.000,00	516.000,00	1.515.000,00	1.303.771,23	15.000,00	303.771,23	1.600.000,00	1.516.000,00
6.2.2.1.2.44.90 - INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	516.000,00	1.515.000,00	1.303.771,23	15.000,00	303.771,23	1.600.000,00	1.516.000,00
6.2.2.1.2.44.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	446.000,00	1.500.000,00	466.992,23	0,00	885,00	1.500.000,00	912.107,23
6.2.2.1.2.44.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00	70.000,00	15.000,00	836.779,00	15.000,00	302.886,23	100.000,00	603.892,77



Quadro geral Orçamento 2017 incluindo Transposições e Reformulações

Conta	Saldo Anterior	Suplementação	Redução	Dotação Atual
COREN/BA				
Período: 01/01/2017 a 31/12/2017				
Conta	Saldo Anterior	Suplementação	Redução	Dotação Atual
01-SEDE	17.632.570,17	2.910.675,68	1.746.619,89	18.796.625,96
01.01-CÂMARAS TÉCNICAS	469.079,10	34.752,00	120.206,80	383.624,30
01.01.001-Câmaras Técnicas	469.079,10	34.752,00	120.206,80	383.624,30
01.02-COMUNICAÇÃO	569.443,89	163.159,50	164.278,50	568.324,89
01.02.001-Atividades da Comunicação	569.443,89	163.159,50	164.278,50	568.324,89
01.03-CONTABILIDADE	363.815,33	32.505,00	11.202,00	385.118,33
01.03.001-Atividades da Contabilidade	363.815,33	32.505,00	11.202,00	385.118,33
01.04-CONTROLADORIA	351.685,00	500,00	8.909,63	343.275,37
01.04.001-Atividades da Controladoria	351.685,00	500,00	8.909,63	343.275,37
01.05-FINANCEIRO	151.877,00	2.300,00	1.150,00	153.027,00
01.05.001-Atividades do Financeiro	151.877,00	2.300,00	1.150,00	153.027,00
01.06-FISCALIZAÇÃO	1.830.830,98	18.289,18	43.380,00	1.805.740,16
01.06.001-Atividades da Fiscalização	1.830.830,98	18.289,18	43.380,00	1.805.740,16
01.07-GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	2.927.550,12	1.650.041,43	528.998,60	4.048.592,95
01.07.001-Atividades da Gerência Administrativa	2.927.550,12	1.650.041,43	528.998,60	4.048.592,95
01.08-GESTÃO DE PESSOAS	383.829,00	30.932,80	52.644,00	362.117,80
01.08.001-Atividades da Gestão de Pessoas	383.829,00	30.932,80	52.644,00	362.117,80
01.09-JURÍDICO	799.258,73	27.785,87	77.858,53	749.186,07
01.09.001-Atividades do Jurídico	799.258,73	27.785,87	77.858,53	749.186,07
01.10-LICITAÇÃO	301.668,65	4.660,00	16.596,00	289.732,65
01.10.001-Atividades da Licitação	301.668,65	4.660,00	16.596,00	289.732,65
01.11-PLENÁRIA	1.170.143,83	248.578,27	331.719,18	1.087.002,92
01.11.001-Atividades da Plenária	1.170.143,83	248.578,27	331.719,18	1.087.002,92
01.12-TI	714.243,80	170.972,64	239.702,47	645.513,97
01.12.001-Atividades da TI	714.243,80	170.972,64	239.702,47	645.513,97



01.13-TRIBUNAL ÉTICO	336.481,59	55.100,00	47.890,00	343.691,59
01.13.001-Atividades do Tribunal Ético	336.481,59	55.100,00	47.890,00	343.691,59
01.14-URC/ATENDIMENTO	1.322.646,51	8.796,99	39.951,00	1.291.492,50
01.14.001-Atividades do Urc/Atendimento	1.322.646,51	8.796,99	39.951,00	1.291.492,50
01.15-FATURAMENTO E COBRANÇA	5.808.533,01	413.700,00	37.692,00	6.184.541,01
01.15.001-Atividades da Cobrança	5.808.533,01	413.700,00	37.692,00	6.184.541,01
01.16-PROJETO SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM	131.483,63	33.502,00	14.621,18	150.364,45
01.16.001-Projeto Semana Brasileira de Enfermagem	131.483,63	33.502,00	14.621,18	150.364,45
01.17-Eleições 2017	0,00	15.100,00	9.820,00	5.280,00
01.17.001-Eleições 2017	0,00	15.100,00	9.820,00	5.280,00
02-SUBSEÇÕES	3.930.061,83	116.592,84	280.648,63	3.766.006,04
02.01-ALAGOINHAS	238.632,33	9.350,00	9.687,13	238.295,20
02.01.001-Fiscalização da Subseção de Alagoinhas	167.802,00	6.620,00	4.217,13	170.204,87
02.01.003-Atividades da Subseção de Alagoinhas	70.830,33	2.730,00	5.470,00	68.090,33
02.02-BARREIRAS	325.113,60	9.670,92	5.840,00	328.944,52
02.02.001-Fiscalização da Subseção de Barreiras	164.175,00	2.159,00	3.460,00	162.874,00
02.02.003-Atividades da Subseção de Barreiras	160.938,60	7.511,92	2.380,00	166.070,52
02.03-CAMAÇARI	259.296,09	6.751,00	5.820,55	260.226,54
02.03.001-Fiscalização da Subseção de Camaçari	146.897,00	3.635,00	3.217,13	147.314,87
02.03.003-Atividades da Subseção de Camaçari	112.399,09	3.116,00	2.603,42	112.911,67
02.04-FEIRA DE SANTANA	583.613,09	9.288,00	64.835,18	528.065,91
02.04.001-Fiscalização da Subseção de Feira de Santana	434.497,00	2.670,00	54.598,18	382.568,82
02.04.003-Atividades da Subseção de Feira de Santana	149.116,09	6.618,00	10.237,00	145.497,09
02.05-GUANAMBI	229.359,67	7.899,89	4.480,35	232.779,21
02.05.001-Fiscalização da Subseção de Guanambi	143.401,67	1.665,00	2.035,00	143.031,67
02.05.003-Atividades da Subseção de Guanambi	85.958,00	6.234,89	2.445,35	89.747,54
02.06-IRECÊ	220.236,00	6.437,11	7.595,00	219.078,11
02.06.001-Fiscalização da Subseção de Irecê	142.010,00	3.700,00	4.525,00	141.185,00
02.06.003-Atividades da Subseção de Irecê	78.226,00	2.737,11	3.070,00	77.893,11
02.07-ITABUNA	509.869,58	18.970,60	72.690,41	456.149,77
02.07.001-Fiscalização da Subseção de Itabuna	193.378,13	3.703,60	44.745,00	152.336,73
02.07.003-Atividades da Subseção de Itabuna	316.491,45	15.267,00	27.945,41	303.813,04



02.08-JEQUIÉ				
	291.660,64	9.529,95	7.342,00	293.848,59
02.08.001-Fiscalização da Subseção de Jequié				
	138.118,64	4.882,00	3.262,00	139.738,64
02.08.003-Atividades da Subseção de Jequié				
	153.542,00	4.647,95	4.080,00	154.109,95
02.09-JUAZEIRO				
	320.170,00	8.197,90	10.235,00	318.132,90
02.09.001-Fiscalização da Subseção de Juazeiro				
	168.374,00	2.257,00	4.715,00	165.916,00
02.09.003-Atividades da Subseção de Juazeiro				
	151.796,00	5.940,90	5.520,00	152.216,90
02.10-PAULO AFONSO				
	254.127,83	5.816,86	8.571,01	251.373,68
02.10.001-Fiscalização da Subseção de Paulo Afonso				
	171.053,00	2.702,00	5.922,00	167.833,00
02.10.003-Atividades da Subseção de Paulo Afonso				
	83.074,83	3.114,86	2.649,01	83.540,68
02.12-TEIXEIRA DE FREITAS				
	261.890,00	8.907,61	9.752,00	261.045,61
02.12.001-Fiscalização da Subseção de Teixeira de Freitas				
	169.381,00	4.514,61	3.490,00	170.405,61
02.12.003-Atividades da Subseção de Teixeira de Freitas				
	92.509,00	4.393,00	6.262,00	90.640,00
02.13-VITÓRIA DA CONQUISTA				
	436.093,00	15.773,00	73.800,00	378.066,00
02.13.001-Fiscalização da Subseção de Vitória da Conquista				
	269.186,00	6.743,00	58.415,00	217.514,00
02.13.003-Atividades da Subseção de Vitória da Conquista				
	166.907,00	9.030,00	15.385,00	160.552,00
Total das Despesas	21562632	3027268,52	2027268,52	22562632



3.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.01				
Título		CÂMARAS TÉCNICAS				
Iniciativa		15 Desenvolver ações político-legais para auxílio à formação de políticas públicas de saúde. 21 Apoiar e estimular ações voltadas à qualificação permanente dos profissionais de enfermagem.				
Objetivo		OE7. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde. OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
469.079,10	383.624,30	377.417,73	377.417,73	374.626,60	2.791,13	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.02				
Título		COMUNICAÇÃO				
Iniciativa		20 Otimizar as ferramentas de comunicação do Conselho Regional para ampliar as relações com os profissionais de enfermagem com relação a informações e atendimentos prestados.				
Objetivo		OE9. Aprimorar a comunicação institucional.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
569.443,89	568.324,89	546.455,08	505.935,08	505.857,12	77,96	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.03				
Título		CONTABILIDADE				
Iniciativa		8 Ampliar a integração das atividades de trabalho intersetoriais.				
Objetivo		OE4. Construir um ambiente de trabalho integrado que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
363.815,33	385.118,33	371.748,38	368.303,38	368.111,74	191,64	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.04				
Título		CONTROLADORIA				
Iniciativa		10 Ampliar as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento.				
Objetivo		OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
351.685,00	343.275,37	340.613,66	340.613,66	340.409,88	203,78	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.05				
Título		FINANCEIRO				
Iniciativa		24 Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.				
Objetivo		OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
151.877,00	153.027,00	145.883,77	145.883,77	145.821,03	62,74	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.06				
Título		FISCALIZAÇÃO				
Iniciativa		16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 23 Atuar em favor da desprecarização do trabalho profissional de enfermagem.				
Objetivo		OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão. OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.830.830,98	1.805.740,16	1.805.023,21	1.805.023,21	1.804.067,26	955,95	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.07				
Título		GERÊNCIA ADMINISTRATIVA				
Iniciativa		6 Otimizar a infraestrutura do Conselho Regional para o desenvolvimento dos processos de trabalho.				
Objetivo		OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.927.550,12	4.048.592,95	3.892.194,69	3.848.295,99	3.796.776,68	51.519,31	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
618.200,2	617.107,32	1.092,88				



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.08				
Título		GESTÃO DE PESSOAS				
Iniciativa		1 Desenvolver políticas de treinamento técnico e comportamental para o desenvolvimento de competências dos servidores públicos e aprimoramento de resultados de trabalho. 2 Promover a valorização dos servidores públicos, mediante ações que contribuam para sua satisfação, segurança e bem-estar no trabalho. 5 Redimensionar o quadro de pessoal de todos os setores do Conselho Regional.				
Objetivo		OE1. Promover o desenvolvimento de competências dos servidores públicos do Conselho Regional. OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
383.829,00	362.117,80	342.379,65	338.658,17	338.518,92	139,25	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.09				
Título		JURÍDICO				
Iniciativa		22 Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos profissionais de Enfermagem e dos Cidadãos. 23 Atuar em favor da desprecarização do trabalho profissional de enfermagem. 24 Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.				
Objetivo		OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem. OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
799.258,73	749.186,07	673.897,01	671.348,01	671086,96	261,05	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.10				
Título		LICITAÇÃO				
Iniciativa		6 Otimizar a infraestrutura do Conselho Regional para o desenvolvimento dos processos de trabalho.				
Objetivo		OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
301.668,65	289.732,65	282.066,75	282.066,75	281.926,74	140,01	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.11				
Título		PLENÁRIA				
Iniciativa		11 Aumentar as relações institucionais de cooperação e de representatividade da Enfermagem 12 Aprimorar a participação do Conselho Regional nas instâncias de controle social e no desempenho de uma função social. 13 Valorizar o processo de formação profissional estreitando as relações com as instituições formadoras e de serviços de saúde. 14 Ampliar ações que promovam o reconhecimento e valorização dos profissionais da enfermagem. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética. 22 Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos profissionais de Enfermagem e dos Cidadãos.				
Objetivo		OE6. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade. OE7. Acompanhar, articular, propor e apoiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de saúde. OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.170.143,83	1.087.002,92	1.079.560,77	1.079.560,77	1.079.218,05	342,72	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.12				
Título		TI				
Iniciativa		6 Otimizar a infraestrutura do Conselho Regional para o desenvolvimento dos processos de trabalho.				
Objetivo		OE3. Aprimorar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Conselho Regional.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
714.243,80	645.513,97	617.111,60	591.947,95	591.836,43	111,52	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.946,33	16.690,92	4.255,41				



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.13				
Título		TRIBUNAL ÉTICO				
Iniciativa		22 Fortalecer o Plenário como Tribunal de Ética e de Defesa dos profissionais de Enfermagem e dos Cidadãos.				
Objetivo		OE10. Zelar pelo bom conceito da profissão de enfermagem capacitando os que a exerçam e atuando em defesa dos profissionais, da sociedade e dos usuários dos serviços de enfermagem.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
336.481,59	343.691,59	329.302,9	329.302,9	329.175,17	127,73	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.14				
Título		URC/ATENDIMENTO				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 4 Qualificar os servidores públicos do Atendimento/Registro/Cadastro para a aplicação do atendimento integral aos profissionais de enfermagem no Conselho Regional. 7 Ampliar e fortalecer a interiorização das ações do Conselho Regional.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE4. Construir um ambiente de trabalho integrado que promova a cultura de resultados e a qualidade de vida no trabalho.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.322.646,51	1.291.492,5	1.271.474,44	1.264.474,44	1.263.914,18	560,26	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.15				
Título		FATURAMENTO E COBRANÇA				
Iniciativa		24 Adotar estratégias de redução do percentual de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.				
Objetivo		OE11. Promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.808.533,01	6.184.541,01	6.173.263,24	6.124.063,24	6.041.759,07	82.304,17	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.16				
Título		PROJETO SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM				
Iniciativa		13 Valorizar o processo de formação profissional estreitando as relações com as instituições formadoras e de serviços de saúde. 14 Ampliar ações que promovam o reconhecimento e valorização dos profissionais da enfermagem.				
Objetivo		OE6. Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e da sociedade.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
131.483,63	150.364,45	149.481,55	149.481,55	149.481,55		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		01.17				
Título		ELEIÇÕES 2017				
Iniciativa		10 Ampliar as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento.				
Objetivo		OE5. Manter o alinhamento da gestão do Conselho Regional aos princípios da Administração Pública Federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	5.280,00	5.280,00	5.280,00	5.280,00		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.01				
Título		ALAGOINHAS				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
238.632,33	238.295,20	238.295,20	231.308,88	231.308,88	96,82	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.02				
Título		BARREIRAS				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
325.113,60	328.944,52	322.456,17	322.456,17	322.321,59	134,58	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.03				
Título		CAMAÇARI				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
259.296,09	260.226,54	255.271,28	255.271,28	255.161,12	110,16	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		02.04				
Título		FEIRA DE SANTANA				
Iniciativa		<p>3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional.</p> <p>16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS.</p> <p>17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia.</p> <p>18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA.</p> <p>19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.</p>				
Objetivo		<p>OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.</p> <p>OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.</p>				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
583.613,09	528.065,91	511.623,30	511.623,30	511.357,57	265,73	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.05				
Título		GUANAMBI				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
229.359,67	232.779,21	227.086,07	227.022,07	226.928,27	93,80	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		02.06				
Título		IRECÊ				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
220.236,00	219.078,11	205.319,70	205.319,70	205.225,91	93,79	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(<input checked="" type="checkbox"/>) Integral (<input type="checkbox"/>) Parcial				
Código		02.07				
Título		ITABUNA				
Iniciativa		<p>3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional.</p> <p>16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS.</p> <p>17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia.</p> <p>18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA.</p> <p>19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.</p>				
Objetivo		<p>OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem.</p> <p>OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.</p>				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
509.869,58	456.149,77	438.371,31	438.371,31	438.189,14	182,17	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.08				
Título		JEQUIÉ				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
291.660,64	293.848,59	290.059,82	290.059,82	287.759,71	2300,11	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.09				
Título		JUAZEIRO				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
320.170,00	318.132,90	312.538,36	312.538,36	312.351,87	186,49	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.10				
Título		PAULO AFONSO				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código: Tipo:				
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
254.127,83	251.373,68	245.577,87	245.577,87	244.488,58	1.089,29	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial				
Código		02.12				
Título		TEIXEIRA DE FREITAS				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
261.890,00	261.045,61	255.263,25	254.527,25	254.110,75	416,50	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	



Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial				
Código		02.13				
Título		VITÓRIA DA CONQUISTA				
Iniciativa		3 Manter atualizado o registro das empresas com atividade fim de serviços de enfermagem e o registro dos profissionais com exercício na jurisdição do Conselho Regional. 16 Reorientar o processo de fiscalização do Exercício Profissional pela intensificação de ações do DEFIS. 17 Identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia. 18 Promover ações capazes de ampliar a capacitação política e técnica dos fiscais como representantes do Coren-BA. 19 Ampliar e fortalecer a presença do Conselho Regional nas unidades de saúde por meio da formação e qualificação das Comissões de Ética.				
Objetivo		OE2. Manter atualizado o registro e cadastro de profissionais de enfermagem e de empresas com atividade fim de serviços de enfermagem. OE8. Fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no Código de Ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão.				
Programa		Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária		Conselho Regional de Enfermagem da Bahia				
Ação Prioritária		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
436.093,00	378.066,00	336.399,09	336.399,09	335.743,20	655,89	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

3.3.2 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não ocorreu execução descentralizada de recursos para outros órgãos e entidades públicas ou privadas, consórcios públicos e Entes da Federação para execução de ações ou atividades de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas.

3.3.3 INFORMAÇÕES DOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

A receita corrente prevista para o exercício de 2017 foi superior 7,81% em relação a 2016.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2017	PREVISÃO ATUALIZADA 2016	Diferença	%
RECEITA CORRENTE	21.562.632,00	20.000.000,00	1.562.632,00	7,81
Receitas de Contribuições	18.169.800,00	16.594.063,36	1.575.736,64	9,50
Receitas Patrimoniais	649.350,00	463.017,06	186.332,94	40,24
Receitas de Serviços	1.395.182,00	1.430.596,38	-35.414,38	-2,48
Outras Receitas Correntes	1.348.300,00	1.512.323,20	-164.023,20	-10,85

Em 2017 a Autarquia realizou receita no valor de R\$ 22.348.674,36. A receita corrente arrecadada foi no valor de R\$ 22.335.574,36 e receita de capital no valor de R\$ 13.100,00, correspondente a uma alienação de veículo. A realização da receita corrente representou 103,58% da receita prevista, apresentando uma variação positiva de 3,58% acima da previsão orçamentária do exercício. Houve um superávit corrente, no valor de R\$ 772.942,36.

2017					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	% REALIZAÇÃO	VARIAÇÃO
RECEITA CORRENTE	21.562.632,00	22.335.574,36	772.942,36	103,58%	-3,58%
Receitas de Contribuições	18.169.800,00	17.535.228,67	-634.571,33	96,58%	3,49%
Receitas Patrimoniais	649.350,00	372.363,69	-276.986,31	57,34%	42,66%
Receitas de Serviços	1.395.182,00	2.216.950,07	821.768,07	158,90%	-58,90%
Outras Receitas Correntes	1.348.300,00	2.211.031,93	862.731,93	163,99%	-63,99%
RECEITA DE CAPITAL	1.000.000,00	13.100,00	-986.900,00	1,31%	98,69%
Alienação de Bens Móveis	0,00	13.100,00	-13.100,00	0,00%	0,00%
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00%	100,00%
TOTAL	22.562.632,00	22.348.674,36	-213.957,64	99,05%	0,95%

Em relação a 2016, houve um acréscimo na arrecadação de aproximadamente 19%, fato que demonstra a consonância dos atos de gestão com as determinações fixadas nas normas regulamentadoras.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS 2017	RECEITAS REALIZADAS 2016	Diferença	%
RECEITA CORRENTE	22.335.574,36	18.769.553,10	3.566.021,26	19,00%
Receitas de Contribuições	17.535.228,67	14.898.402,29	2.636.826,38	17,70%
Receitas Patrimoniais	372.363,69	532.212,20	-159.848,51	30,03%
Receitas de Serviços	2.216.950,07	1.595.649,04	621.301,03	38,94%
Outras Receitas Correntes	2.211.031,93	1.743.289,57	467.742,36	26,83%

3.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Em 2017 a despesa de custeio executada foi de 97,58% do que foi fixado, o que representou uma economia orçamentária de 2,42%, enquanto que os investimentos realizados representaram 98,78% do foi fixado.

Em 2016 a despesa de custeio executada foi de 91,98% do que foi fixado, o que representou uma economia orçamentária de 8,02%, enquanto que os investimentos realizados representaram 95,37% do foi fixado.

Analisando os demonstrativos das despesas, observa-se um aumento de gastos em 2017 de 14,85% em relação a 2016.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2017	DESPESAS EMPENHADAS 2017	Diferença	%	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2016	DESPESAS EMPENHADAS 2016	Diferença	%
DESPESAS CORRENTES	21.042.632,00	20.536.970,67	509.661,33	97,58%	19.200.000,00	17.659.713,07	1.540.286,93	91,98%
1. Despesas de Pessoal	10.014.582,75	9.735.329,02	279.253,73	97,21%	9.195.650,00	8.897.103,14	298.546,86	96,75%
2. Outras Despesas Correntes	11.032.049,25	10.801.641,65	230.407,60	97,91%	10.004.350,00	8.762.609,93	1.241.740,07	87,59%
DESPESAS DE CAPITAL	1.516.000,00	1.497.458,86	18.541,14	98,78	1.600.000,00	1.525.967,14	74.032,86	95,37%
3. Investimentos	1.516.000,00	1.497.458,86	18.541,14	98,78%	1.600.000,00	1.525.967,14	74.032,86	95,37%
TOTAL DAS DESPESAS	22.562.632,00	22.034.429,53	528.202,47	97,66%	20.800.000,00	19.185.680,21	1.614.319,79	92,24%
Reserva de Contingência	0,00				700.000,00			
TOTAL GERAL	22.562.632,00				21.500.000,00			



Despesas por Modalidade de Contratação								
Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1.Modalidade de Licitação (a+b)	3.364.706,81	15,27%	2.766.123,18	14,42	3.211.619,23	14,79%	2.119.874,82	11,65
a) Concorrência	1.132.654,32	33,66%	1.537.682,11	55,59	1.132.654,32	35,27%	963.863,78	45,47
b) Pregão	2.232.052,49	66,34%	1.228.441,07	44,41	2.078.964,91	64,73%	1.156.011,04	54,53
2.Contratações Diretas (c+d+e)	1.340.511,31	6,08	1.310.324,82	6,83	1.269.032,68	5,84%	1.209.224,54	6,65
c) Dispensa	1.003.009,38	74,82%	820.901,00	62,65	955.185,32	75,27%	761.843,01	63,00
d) Inexigibilidade	332.526,72	24,81%	484.650,56	36,99	308.872,15	24,34%	442.608,27	36,60
e) Suprimento de Fundos	4.975,21	0,37%	4.773,26	0,36	4.975,21	0,39%	4.773,26	0,39
3. Pagamento de Pessoal (f+g)	10.511.965,99	47,71%	9.572.538,98	49,89	10.506.900,43	48,39%	9.406.318,08	51,70
f) Pagamento em Folha	10.048.190,99	95,59%	9.172.186,98	95,82	10.043.125,43	95,59%	9.005.966,08	95,74
g) Diárias	463.775,00	4,41%	400.352,00	4,18	463.775,00	4,41%	400.352,00	4,26
4. Outros	6.817.245,42	30,94%	5.536.693,23	28,86	6.725.164,81	30,97%	5.459.436,02	30,01
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	22.034.429,53		19.185.680,21		21.712.717,15		18.194.853,46	
6. Total das Despesas da UPC	22.034.429,53	1,00	19.185.680,21	1,00	21.712.717,15	1,00	18.194.853,46	1,00

Composição das Despesas com Pessoal

Vencimentos e Vantagens Pessoais	R\$	9.735.329,02
Estagiários	R\$	97.500,30
Vale Transporte	R\$	179.320,42
DEA –Salários	R\$	3.728,81
DEA Contribuição Previdenciária	R\$	19.481,91
DEA – Férias Indenizadas	R\$	12.830,53
Total das Despesas com Pessoal	R\$	10.048.190,99



Despesas por grupo e elemento de despesa								
DESPESAS	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
DESPESAS CORRENTES	20.536.970,67	17.659.713,07	20.366.232,34	17.607.784,87	170.738,33	51.928,20	20.224.045,67	17.256.104,65
1. Despesas de Pessoal	9.735.329,02	8.897.103,14	9.735.329,02	8.897.103,14		0,00	9.730.263,46	8.731.880,53
Salários	4.728.726,08	4.301.185,27	4.728.726,08	4.301.185,27		0,00	4.728.726,08	4.301.185,27
Contribuições Previdenciárias	1.413.991,55	1.263.893,15	1.413.991,55	1.263.893,15		0,00	1.413.991,55	1.165.112,38
Programa De Alimentação Ao Trabalhador	1.069.218,02	931.449,21	1.069.218,02	931.449,21		0,00	1.069.218,02	931.449,21
Gratificação Por Exercício De Cargos E Funções	895.386,32	868.752,04	895.386,32	868.752,04		0,00	895.386,32	868.752,04
Demais elementos do grupo	1.628.007,05	1.531.823,47	1.628.007,05	1.531.823,47		0,00	1.622.941,49	1.465.381,63
2. Outras Despesas Correntes	10.801.641,65	8.762.609,93	10.630.903,32	8.710.681,73	170.738,33	51.928,20	10.493.782,21	8.524.224,12
Transferência Para O COFEN - Cota-Parte (1/3)	5.491.572,79	4.555.741,27	5.491.572,79	4.555.741,27		0,00	5.409.332,12	4.510.204,06
Correspondência E Cobrança	593.688,33	434.619,43	586.344,44	434.619,43	7.343,89	0,00	554.147,31	428.005,91
Desp. Bancárias c/ cobrança	390.581,41	295.294,57	390.581,41	295.294,57		0,00	390.581,41	295.294,57
Auxílio Representação Conselheiros	261.217,50	263.590,00	261.217,50	263.590,00		0,00	261.217,50	246.670,00
Diárias Servidores	268.995,00	257.690,00	268.995,00	257.690,00		0,00	268.995,00	257.690,00
Locação De Bens Imóveis	242.947,47	241.988,68	242.947,47	241.988,68		0,00	239.967,47	221.080,74
Passagens e Transportes	428.570,42	387.689,78	428.555,46	387.224,97	14,96	464,81	428.555,46	387.224,97
Congressos, Conv.Confer.Seminários Simpósios	224.596,45	188.323,86	224.596,45	188.323,86		0,00	221.946,45	188.323,86
Serviço De Segurança	246.430,32	186.750,00	246.430,32	186.750,00		0,00	246.430,32	171.187,50
Gratificação De Presença Em Plenário – Jeton	188.425,00	177.012,50	188.425,00	177.012,50		0,00	188.425,00	177.012,50
Outros Serviços Terceirizados	184.784,72	150.181,00	184.784,72	150.181,00		0,00	184.784,72	135.741,08
Manutenção de Equip. Inform. Rede/Software	148.716,22	146.819,82	134.526,66	135.761,74	14.189,56	11.058,08	134.526,66	128.576,04
Demais elementos do grupo	2.131.116,02	1.476.909,02	1.981.926,10	1.436.503,71	149.189,92	40.405,31	1.964.872,79	1.377.212,89
DESPESAS DE CAPITAL	1.497.458,86	1.525.967,14	1.491.899,36	938.748,81	5.559,50	587.218,33		938.748,81
3. Investimentos	1.497.458,86	1.525.967,14	1.491.899,36	938.748,81	5.559,50	587.218,33	1.488.671,48	938.748,81
Outras Obras E Instalações	910.973,71	1.500.000,00	910.973,71	926.181,67		573.818,33	910.973,71	926.181,67
Equipamentos e Material Permanente	586.485,15	25.967,14	580.925,65	12.567,14	5.559,50	13.400,00	577.697,77	12.567,14
TOTAL DAS DESPESAS	22.034.429,53	19.185.680,21	21.858.131,70	18.546.533,68	176.297,83	639.146,53	21.712.717,15	18.194.853,46

A Autarquia apresentou um superávit orçamentário de R\$ 314.244,83.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2017	DESPESAS EMPENHADAS 2017	Diferença
RECEITA CORRENTE	21.562.632,00	22.335.574,36		DESPESAS CORRENTES	21.046.632,00	20.536.970,67	509.661,33
Receitas de Contribuições	18.169.800,00	17.535.228,67	-634.571,33	1. Despesas de Pessoal	10.014.582,75	9.735.329,02	279.253,73
Receitas Patrimoniais	649.350,00	372.363,69	-276.986,31	2. Outras Despesas Correntes	11.032.049,25	10.801.641,65	230.407,60
Receitas de Serviços	1.395.182,00	2.216.950,07	821.768,07	DESPESAS DE CAPITAL	1.516.000,00	1.497.458,86	18.541,14
Outras Receitas Correntes	1.348.300,00	2.211.031,93	862.731,93	3. Investimentos	1.516.000,00	1.497.458,86	18.541,14
RECEITA DE CAPITAL	1.000.000,00	13.100,00	-986.900,00	TOTAL DAS DESPESAS	22.562.632,00	22.034.429,53	528.202,47
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	1.000.000,00	13.100,00	-986.900,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL	22.562.632,00	22.348.674,36	-213.957,64	TOTAL GERAL	22.562.632,00	22.034.429,53	528.202,47
Superávit Orçamentário						314.244,83	-314.244,83
TOTAL	22.562.632,00	22.348.674,36	-213.957,64	0,00	22.562.632,00	22.348.674,36	213.957,64

3.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia no ano de 2017 será apresentado em relatórios setoriais a seguir.

3.4.1 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

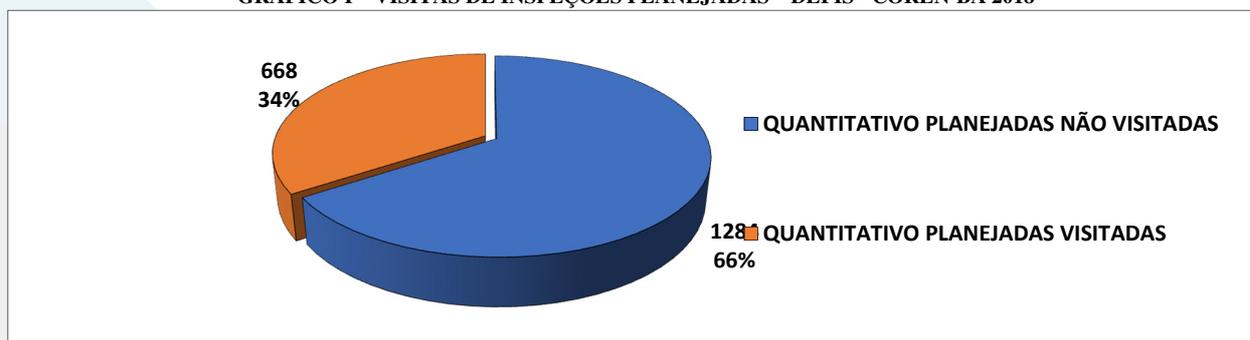
DO PLANEJADO DE FISCALIZAÇÃO 2017

TABELA I – QUANTITATIVO VISITAS DE INSPEÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS - DEFIS-COREN-BA 2017

REGIÃO	INSTITUIÇÕES PLANEJADAS	VISITAS CONFORME O PLANEJAMENTO	PERCENTUAL (%)
SALVADOR	359	157	44%
INTERIOR	1593	511	32%
TOTAL GERAL	1952	668	34%

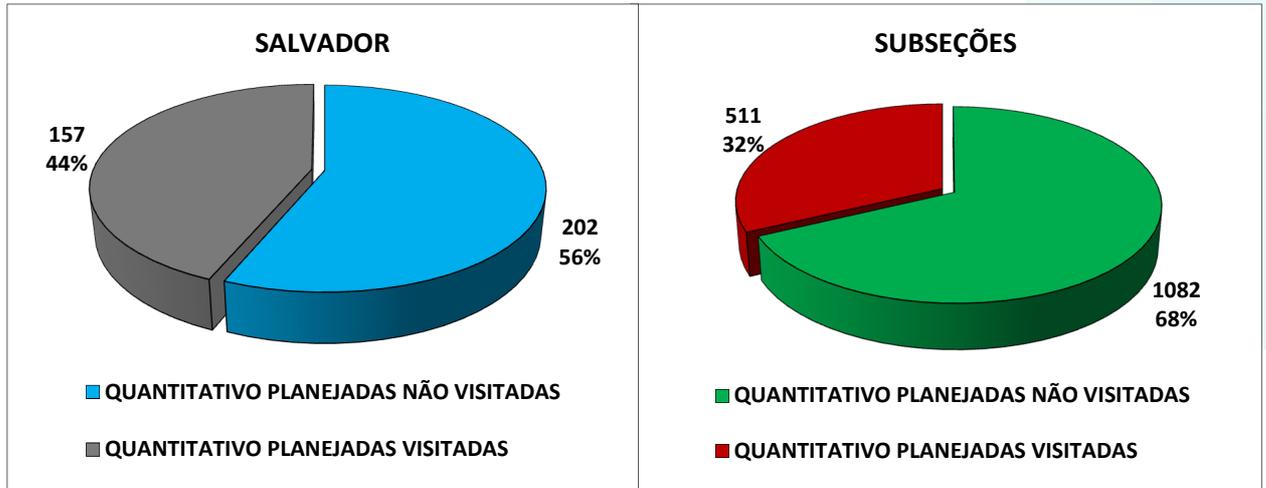
Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS - COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO I – VISITAS DE INSPEÇÕES PLANEJADAS – DEFIS - COREN-BA 2018



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO II – VISITAS DE INSPEÇÕES PLANEJADAS – SALVADOR E SUBSEÇÕES - COREN-BA 2018



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

No Planejamento de 2017 foi priorizado a Atenção Básica, considerando a necessidade de fiscalizar o exercício profissional da equipe de enfermagem na referida área. Observa-se na Tabela I e no Gráfico I que o resultado do planejado para o DEFIS em 2017 foi executado no geral 34%, sendo em Salvador 44%, e no interior 32%.

Muitos fatores influenciaram para a obtenção desses resultados. Inicialmente se avalia que o planejamento foi superestimado no quantitativo de instituições a serem fiscalizadas. Soma-se a isso o fato de que nas cidades do interior do estado muitas das unidades de Atenção Básica à Saúde estão localizadas em zonas rurais, de difícil acesso e, portanto, com impacto na logística rodoviária para o deslocamento dos enfermeiros fiscais, resultando no baixo cumprimento das ações planejadas em razão do tempo.

Outros fatores que influenciaram nos resultados do planejamento foram as diversas atividades exercidas pelos enfermeiros fiscais, a exemplo das ações geradas por denúncias, que demandam a execução de averiguações prévias por parte dos enfermeiros fiscais e, conseqüentemente, a elaboração de relatórios; ações oriundas da PROGER, que demandam a presença de enfermeiros fiscais em audiências, entrega e/ou recebimento de documentos nas comarcas; ações vinculadas ao Ministério Público, que demandam do Coren-BA ações fiscalizatórias e elaboração de relatórios, não previstas no planejamento anual; entre outros. E no interior acrescentam-se atividades gerenciais administrativos exercidos pelos enfermeiros fiscais das subseções.

Além do exposto, fatores intervenientes, ligados à Gestão de Pessoas, devem ser destacados. A equipe de fiscalização do Coren-BA no ano de 2017 ficou comprometida devido ao afastamento por licenças médicas e licença maternidade, resultando em uma média de 5 enfermeiros fiscais trabalhando no referido ano, na capital. Já no interior, os resultados também foram influenciados por duas enfermeiras com gestações de riscos, as quais se mantiveram afastadas do trabalho em vários períodos ano de 2017.

COBERTURA DE FISCALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

DEFIS

TABELA II – INSTITUIÇÕES VISITADAS E COBERTURA DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS 2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
QUANTITATIVO EXISTENTES	543	4179	403	719	89	31	3	5967
QUANTITATIVO VISITADAS	132	511	91	260	47	23	3	1067
%	24%	12%	23%	36%	53%	74%	100%	18%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Segundo o último levantamento em 2016 realizado pelo DEFIS, através de consultas ao CNES, Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, no Estado da Bahia existem 5.967 instituições de saúde. Em 2017, foram realizadas visitas de fiscalização em 1067 instituições de saúde, o que equivale a 18% do total de instituições existentes. Contudo, esse dado não reflete o alcance preciso do quantitativo de profissionais de enfermagem fiscalizados que laboram nessas instituições, considerando que o objetivo da fiscalização é o exercício profissional. Na Tabela II tem-se o exemplo das instituições de Nível 4 Extra G, que obtiveram uma cobertura de 100%, ou seja, em torno de 4.000 profissionais.

De forma crescente, o percentual por nível de complexidade das visitas de fiscalização realizadas nas instituições existentes no estado da Bahia inicia-se pelas instituições de N4EG, com 100% das unidades visitadas; em seguida as instituições de N4G, com 74% das unidades visitadas (23 instituições); N4M, com 53% das unidades visitadas; N4P com 36% das unidades visitadas; N1 com 24% das unidades visitadas; N3, com 23% das unidades visitadas; e as instituições N2, com 12% das unidades visitadas.



SALVADOR

TABELA III – INSTITUIÇÕES VISITADAS E COBERTURA DE FISCALIZAÇÃO – SALVADOR 2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
QUANTITATIVO EXISTENTES	45	274	89	78	18	14	3	521
QUANTITATIVO VISITADAS	8	64	33	38	15	13	3	174
%	18%	23%	37%	49%	83%	93%	100%	33%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

No município de Salvador existem 521 instituições de saúde. Durante o ano de 2017 foram fiscalizadas 174 instituições (33%). Das instituições fiscalizadas no município de Salvador, 100% foram as de N4EG, seguidas de 93% de N4G, 83% de N4M; 49% de N4P; 37% de N3; 23% de N2 e 18% de N1.

O maior percentual de instituições fiscalizadas em Salvador foram as instituições de N4EG, correspondente as inspeções realizadas nos hospitais Santo Antônio e Roberto Santos, além das visitas de retorno realizadas no hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

SUBSEÇÕES

TABELA IV – INSTITUIÇÕES VISITADAS E COBERTURA DE FISCALIZAÇÃO – SUBSEÇÃO 2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
QUANTITATIVO EXISTENTES	498	3905	314	641	71	17	0	5446
QUANTITATIVO VISITADAS	124	447	58	222	32	10	0	893
%	25%	11%	18%	35%	45%	59%	0	16%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

No interior do Estado existem 5.446 instituições de saúde, número mensurado em abril de 2016. Nesse contexto, durante o ano de 2017 foram fiscalizadas 893 instituições, equivalente a um percentual de 16%. Das instituições inspecionadas no interior do estado, 59% foram as de N4G, seguidas de 45% de N4M, 35% de N4P; 25% de N1; 18% de N3 e 11% de N2.

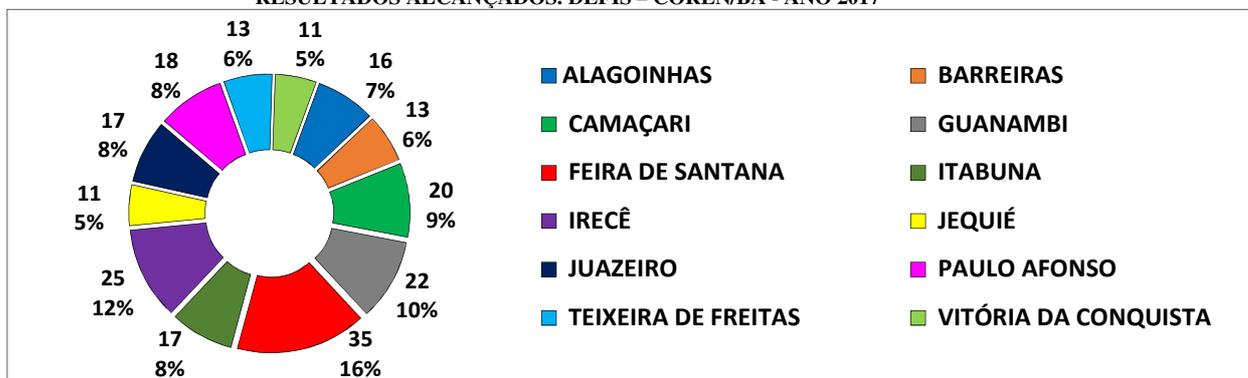
QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS VISITADOS – CONSOLIDADO SUBSEÇÕES

TABELA V – QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS VISITADOS PELAS SUBSEÇÕES EM 2017. DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

SUBSEÇÃO	QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS VISITADOS	MUNICÍPIOS EXISTENTES	PERCENTUAL VISITADAS (%)
ALAGOINHAS	16	27	59%
BARREIRAS	13	28	46%
CAMAÇARI	20	27	74%
FEIRA DE SANTANA	35	75	47%
GUANAMBI	22	39	56%
IRECÊ	25	36	69%
ITABUNA	17	40	43%
JEQUIÉ	11	32	34%
JUAZEIRO	17	26	65%
PAULO AFONSO	18	27	67%
TEIXEIRA DE FREITAS	13	20	65%
VITÓRIA DA CONQUISTA	11	39	28%
TOTAIS	218	417	52%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO III – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS VISITADOS PELAS SUBSEÇÕES - RESULTADOS ALCANÇADOS. DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização. DEFIS – COREN/BA. Janeiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Observa-se através do Gráfico III e da Tabela V que do total de 218 municípios visitados, a subseção de Feira de Santana obteve o maior quantitativo de municípios visitados, com 35 municípios (16%), em seguida Irecê, com 25 municípios visitados (12%), Guanambi, com 22 municípios visitados (10%), Camaçari, com 20 municípios visitados (9%), Paulo Afonso, com 18 municípios visitados (8%), seguida das subseções de Itabuna e Juazeiro, com 17 municípios visitados (8%), Alagoinhas, com 16 municípios visitados (7%), Barreiras e Teixeira de Freitas, com 13 municípios visitados (6%) e as subseções de Jequié e Vitória da Conquista, que visitaram 11 municípios (5%).

QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

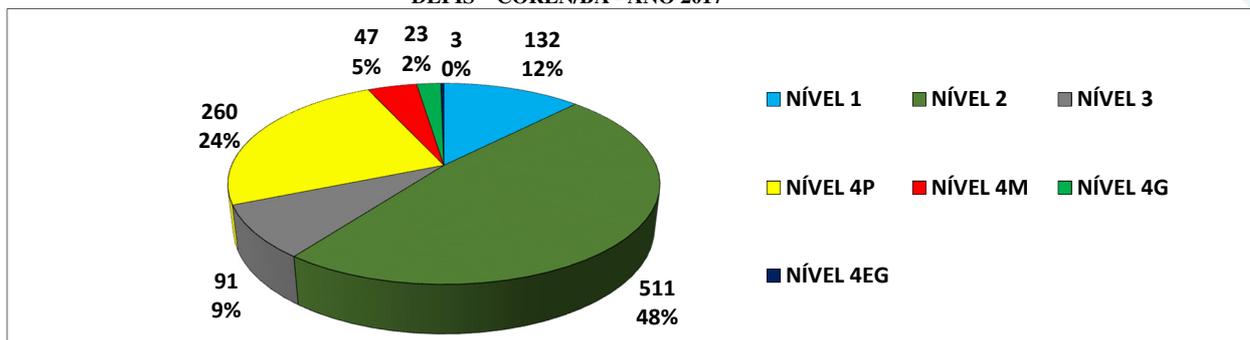
DEFIS

TABELA VI – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	132	511	91	260	47	23	3	1067

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO IV – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS (POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE) – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela VI e o Gráfico IV demonstram o número de instituições visitadas no ano de 2017. Vale ressaltar que desse total estão inseridas as visitas de inspeções, de retornos, assessorias técnicas, e apurações de denúncias. Do total das 1067 instituições fiscalizadas, 511 instituições foram de nível 2 compreendendo 48% do total de instituições visitadas, percentual justificado pelo Planejamento de 2017 que teve como prioridade a Atenção Básica. Em seguida temos as instituições de nível 4P com 260 instituições (24%), nível 1 com 132 instituições (12%), nível 3 com 91 instituições (9%), nível 4M com 47 instituições (5% do total), nível 4G com 23 instituições (2%) e nível 4EG com 3 instituições, com menos de 1% do total de instituições fiscalizadas.

COMPARATIVO 2016/2017

TABELA VII – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE – COMPARATIVO DEFIS 2016/2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2016	146	182	105	340	57	22	3	855
2017	132	511	91	260	47	23	3	1067
%	-10%	+181%	-13%	-24%	-18%	+5%	0%	+25%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela VII demonstra que no comparativo dos números de instituições fiscalizadas nos anos de 2016 e 2017 houve aumento de 25%. Observa-se que no ano de 2017 houve um aumento de 181% no quantitativo de instituições de nível 2 e 5% de nível 4G em relação ao ano de 2016, enquanto que as instituições de níveis 4EG mantiveram o mesmo quantitativo; em relação ao aumento nas instituições de nível 2, ocorreu devido ao planejamento de fiscalização de 2017 estar voltado para a Atenção Básica. A fiscalização nas instituições dos níveis de complexidade 1, 3, 4P e 4M diminuiu em 10%, 13%, 24% e 18%, respectivamente.

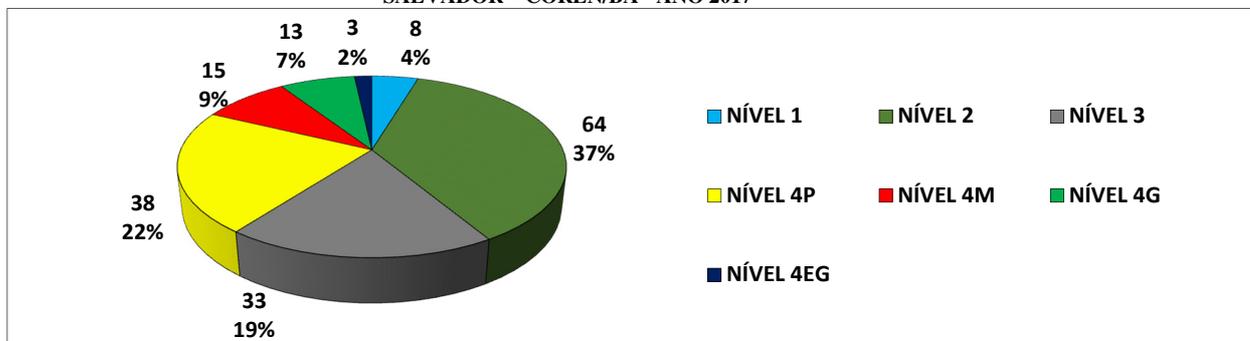
SALVADOR

TABELA VIII – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	8	64	33	38	15	13	3	174

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO V – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS (POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE) – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela VIII e o Gráfico V expressam o quantitativo de instituições fiscalizadas pelos enfermeiros fiscais do município de Salvador, por nível de complexidade.

No total de 174 instituições visitadas no município de Salvador, percebe-se que o maior quantitativo de instituições visitadas foi as de nível 2, com 64 instituições fiscalizadas (37% do total), seguida pelas instituições de nível 4P, com 38 instituições e 22% do total, nível 3, com 33 instituições (19%), nível 4M, com 15 instituições (equivalendo a 9%), nível 4G, com 13 instituições (7%), nível 1, com 8 instituições (4%) e nível 4EG com 3 instituições fiscalizadas (2%).

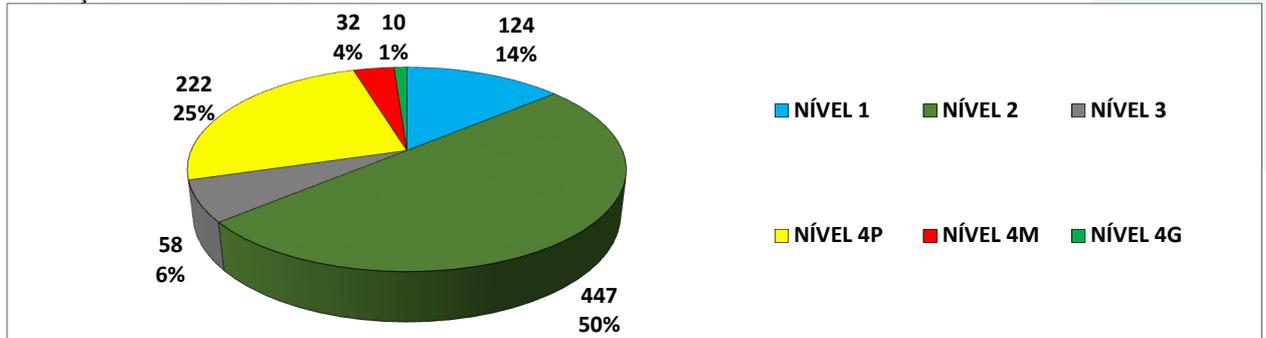
SUBSEÇÕES

TABELA IX – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES VISITADAS – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	124	447	58	222	32	10	0	893

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO VI – QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES FISCALIZADAS (POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE) – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela IX e o Gráfico VI demonstram o quantitativo de instituições visitadas pelos enfermeiros fiscais das subseções do interior do estado da Bahia em 2017, com o total 893 instituições de saúde. 50% das instituições visitadas foram de nível 2 (447 instituições de saúde), seguida pelas instituições de nível 4P com 25% do total (222 instituições), nível 1 com 14% (124 instituições), nível 3 com 6% do total (58 instituições), nível 4M com 4% (32 instituições) e nível 4G com 1% do total das instituições visitadas (10 instituições). É importante ressaltar que não há instituições de Extra Porte (4EG) no interior do estado.

1.1.1 QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

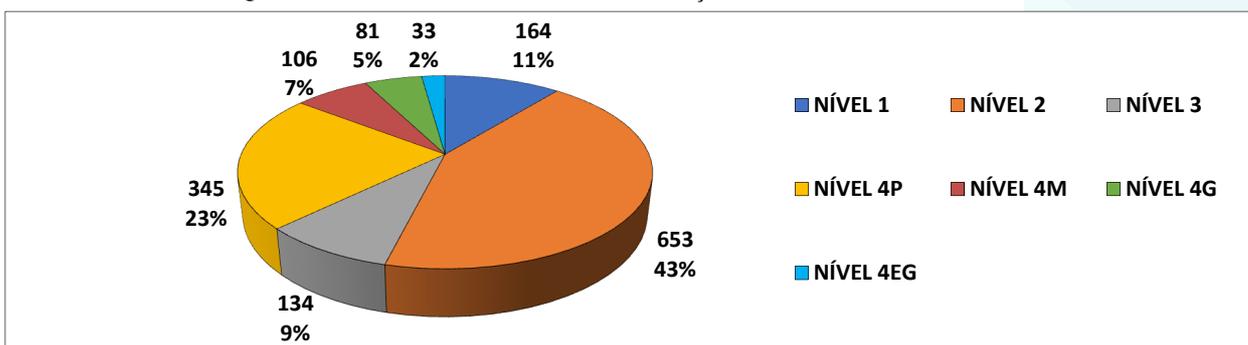
1.1.1.1 DEFIS

TABELA X – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO CONSOLIDADO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	164	653	134	345	106	81	33	1516

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO VII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela X e o Gráfico VII demonstram o quantitativo consolidado de visitas de fiscalização realizadas no ano de 2017 em Salvador e no interior do estado. Vale ressaltar que nesse quantitativo estão inseridas as inspeções, os retornos, as visitas oriundas de denúncias, demandas jurídicas e assessoria técnica. Observa-se que o maior quantitativo de visitas foi realizado nas instituições de Nível 2, da Atenção Básica, com 43%. Em seguida temos as instituições de Nível 4P, com 23%, as de Nível 1, com 11%, Nível 3, com 9%, Nível 4M, com 7%, Nível 4G, com 5% e nível 4EG, com 2% das visitas totais realizadas.

COMPARATIVO 2016/2017

TABELA XI – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – COMPARATIVO DEFIS 2016/2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2016	207	363	254	579	197	118	18	1736
2017	164	653	134	345	106	81	33	1516
%	-21%	80%	-47%	-40%	-46%	-31%	83%	-13%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XI demonstra o quantitativo consolidado de visitas de fiscalização realizadas no ano de 2017, onde se observa redução de 13% em comparação com o realizado no ano de 2016. Apesar da redução, observa-se o aumento de 80% nas visitas de fiscalização das instituições de Nível 2 e de 83% das instituições de Nível 4EG, devido ao foco na Atenção Básica e as forças tarefas realizadas nas três instituições de Extra Porte existentes em Salvador. As instituições Extra Porte são instituições de alta complexidade, com equipes de enfermagem prestando cuidados mínimos, intermediários, semi-intensivos e intensivos, além de possuírem acima de 500 leitos, portanto, pela sua complexidade,

demandam visitas de fiscalização em modalidade de “Força Tarefa”, que se configura com uma equipe maior de enfermeiros fiscais no processo fiscalizatório e um maior tempo no processo de trabalho.

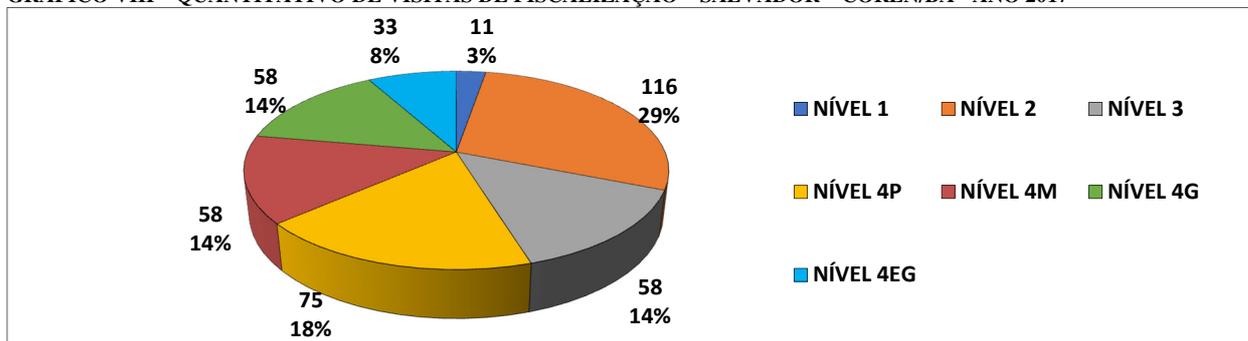
SALVADOR

TABELA XII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	11	116	58	75	58	58	33	409

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO VIII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XII e o Gráfico VIII demonstram o quantitativo de visitas de fiscalização realizadas nas instituições de Salvador. Foram realizadas 409 visitas de fiscalização, sendo que 116 visitas (29%) foram em instituições de Nível 2, 75 visitas (18%) em instituições de Nível 4P, 58 visitas (14%) em instituições de Níveis 3, 4M e 4G, 33 visitas (8%) instituições de Nível 4EG e 11 visitas em instituições de Nível 1.

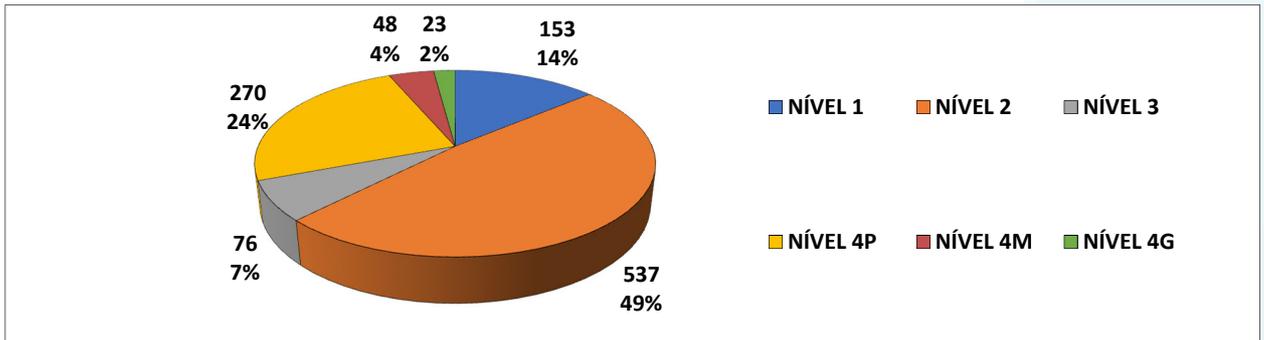
SUBSEÇÕES

TABELA XIII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	153	537	76	270	48	23	0	1107

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO IX – QUANTITATIVO DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XIII e o Gráfico IX demonstram o quantitativo de visitas de fiscalização realizadas nas instituições do interior do estado por nível de complexidade. No total foram realizadas 1.107 visitas de fiscalização, com 537 visitas em instituições de Nível 2 (49% do total), 270 em instituições de Nível 4P (24%), 153 em instituições de Nível 1 (14%), 76 em instituições de Nível 3 (7%), 48 visitas em instituições de Nível 4M (4%) e 23 visitas em instituições de Nível 4G (2%).

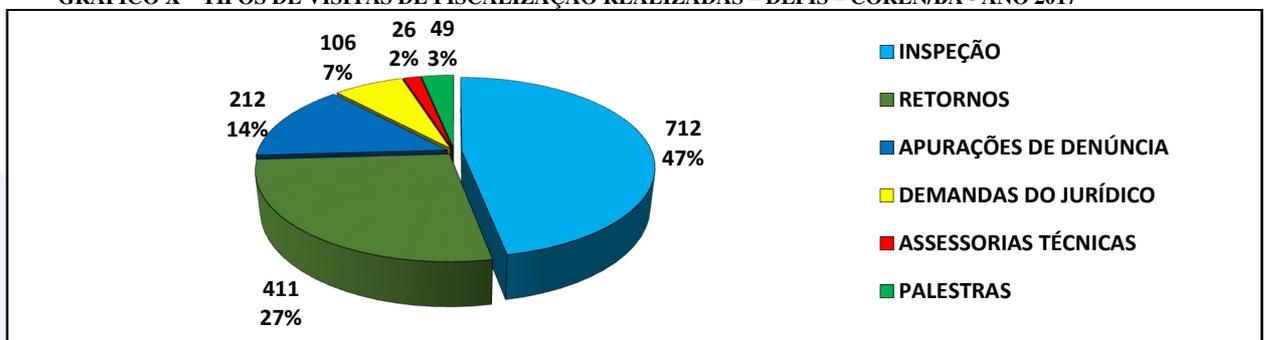
TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

TABELA XIV – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

	INSPEÇÃO	RETORNOS	APURAÇÕES DE DENÚNCIAS	DEMANDAS DO JURÍDICO	ASSESSORIAS TÉCNICAS	PALESTRAS	TOTAL
QUANTITATIVO	712	411	212	106	26	49	1516
%	47%	27%	14%	7%	2%	3%	100%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO X – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XIV e o Gráfico X demonstram os tipos de visitas realizadas pelos enfermeiros fiscais. Observamos que das 1516 visitas realizadas, 47% (712) foram inspeções, 27% (411) de retorno subsequentes às inspeções, 14% (212) apurações de denúncia, 7% (106) de demandas do jurídico, 3% (49) de palestras e 2% (26) relativas a assessorias técnicas realizadas.

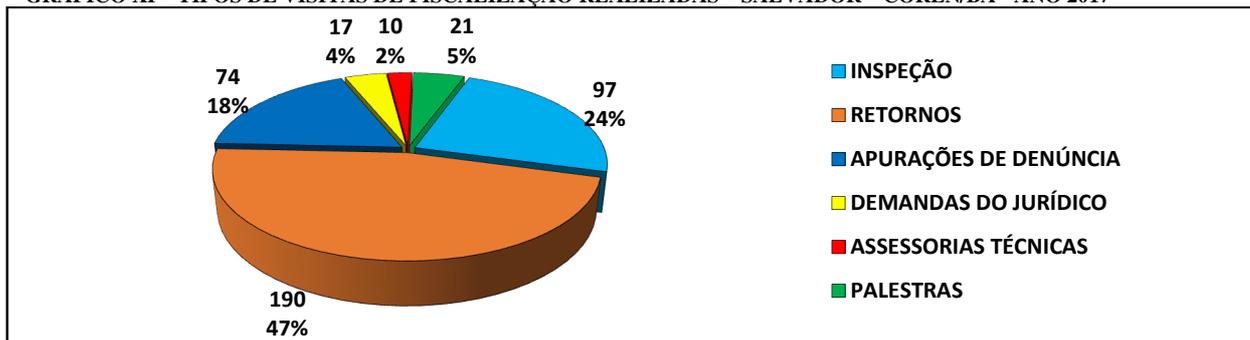
SALVADOR

TABELA XV – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017

	INSPEÇÃO	RETORNOS	APURAÇÕES DE DENÚNCIAS	DEMANDAS DO JURÍDICO	ASSESSORIAS TÉCNICAS	PALESTRAS	TOTAL
QUANTITATIVO	97	190	74	17	10	21	409
%	24%	47%	18%	4%	2%	5%	100%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XI – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – SALVADOR – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Em Salvador, das 409 visitas de fiscalização realizadas, 190 foram visitas de retorno subsequentes às inspeções (49%), 97 visitas de inspeção (24%), 74 visitas para apurar denúncias (18%), 21 visitas para a realização de palestras (5%), 17 para demandas do jurídico (4%) e 10 para assessorias técnicas.

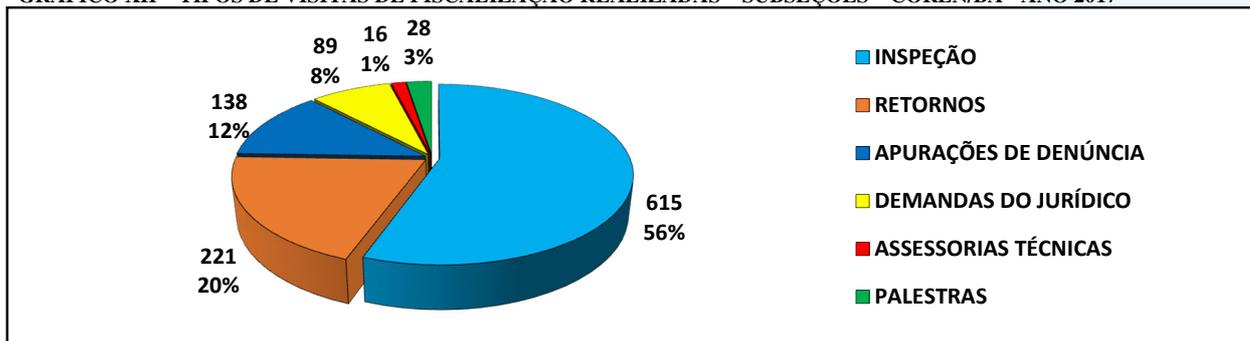
1.1.1.2 SUBSEÇÕES

TABELA XVI – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	INSPEÇÃO	RETORNOS	APURAÇÕES DE DENÚNCIAS	DEMANDAS DO JURÍDICO	ASSESSORIAS TÉCNICAS	PALESTRAS	TOTAL
QUANTITATIVO	615	221	138	89	16	28	1107
%	56%	20%	12%	8%	1%	3%	100%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XII – TIPOS DE VISITAS DE FISCALIZAÇÃO REALIZADAS – SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Das 1.107 visitas de fiscalização realizadas nas subseções, o maior percentual atingido foi de visitas de inspeção com 56% (615), seguido pelas visitas de retorno subsequentes às inspeções 20% (221), em seguida 12% das visitas para apurar denúncias (138), 8% das visitas para demandas jurídicas (89), 3% das visitas para a realização de palestras (28) e 1% (16) para a realização de assessorias técnicas.

QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

TABELA XVII – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS - DEFIS – COREN-BA - ANO 2017

	TOTAL	QUANTITATIVO POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE						
		N1	N2	N3	N4P	N4M	N4G	N4EG
Nº DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS	671	74	431	46	100	13	5	2
PERCENTUAL (%)		11%	64%	7%	15%	2%	1%	0%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

As inspeções correspondem a primeira visita de fiscalização. Observa-se na Tabela XVII que do total das 1.067 instituições de saúde fiscalizadas no ano de 2017, 671 foram visitadas na modalidade de inspeção.

As instituições de nível 2 corresponderam a 64% das instituições inspecionadas em 2017 (431 instituições), em seguida as instituições de nível 4P, com 15% (100), nível 1, com 11% (74), nível 3, com 7% das instituições (46), nível 4M, com 2% (13), nível 4G, com 1% (5) e nível 4EG, com 2 instituições inspecionadas, correspondendo a menos de 1% do total das instituições inspecionadas em 2017.

COMPARATIVO 2016/2017

TABELA XVIII – NÚMERO CONSOLIDADO DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS – COMPARATIVO DEFIS 2016/2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2016	67	80	50	115	16	11	2	341
2017	74	431	46	100	13	5	2	671
%	+10%	+439%	-8%	-13%	-19%	-55%	0%	+97%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XVIII demonstra o comparativo de instituições inspecionadas no ano de 2016 e 2017. Em 2017 houve aumento de 97% (671) em relação ao quantitativo alcançado em 2016 que foi de 341 instituições inspecionadas.

Por nível de complexidade, em 2017 houve aumento de 439% nas inspeções em instituições de nível 2 (431) e de 10% nas inspeções em instituições de nível 1 (74) em relação ao ano de 2016. Entretanto, em 2017 houve diminuição nas inspeções em instituições de nível 3 (8%), nível 4P (13%), nível 4M (19%), nível 4G (55%), enquanto que nas instituições de nível 4EG o indicador manteve-se o mesmo no biênio.

1.1.1.3 SALVADOR

TABELA XIX – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS – SALVADOR – COREN-BA - ANO 2017

	TOTAL	QUANTITATIVO POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE						
		N1	N2	N3	N4P	N4M	N4G	N4EG
Nº DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS	67	1	29	10	15	8	2	2
PERCENTUAL (%)		2%	43%	15%	22%	12%	3%	3%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

No município de Salvador, os enfermeiros fiscais realizaram inspeções em 67 instituições de saúde durante o ano de 2017. Por nível de complexidade, 43% das inspeções realizadas foram em instituições de nível 2 (29), 22% em instituições de nível 4P (15), 15% de nível 3 (10), 12% de nível 4M (8), 3% nas instituições de nível 4G e 4EG com 2 instituições inspecionadas cada uma. Por último, as instituições de nível 1 com 2% do total, com 1 instituição inspecionada.

SUBSEÇÕES

TABELA XX – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS – SUBSEÇÕES DO INTERIOR DO ESTADO – COREN-BA - ANO 2017

	TOTAL	QUANTITATIVO POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE						
		N1	N2	N3	N4P	N4M	N4G	N4EG
Nº DE INSTITUIÇÕES INSPECIONADAS	604	73	402	36	85	5	3	0
PERCENTUAL (%)		12%	67%	6%	14%	1%	0%	0

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Nas subseções os enfermeiros fiscais realizaram visitas de inspeção em 604 instituições de saúde. O maior percentual de instituições inspecionadas ocorreu nas unidades de saúde de nível 2, com 67% do total (402), em seguida temos as instituições de nível 4P, com 14% (85), nível 1, com 12% (73), nível 3, com 6% (36), nível 4M, com 1% do total (5) e por fim as instituições de nível 4G, com menos de 1% do total das instituições inspecionadas (3 instituições).

VISITAS DE RETORNO – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

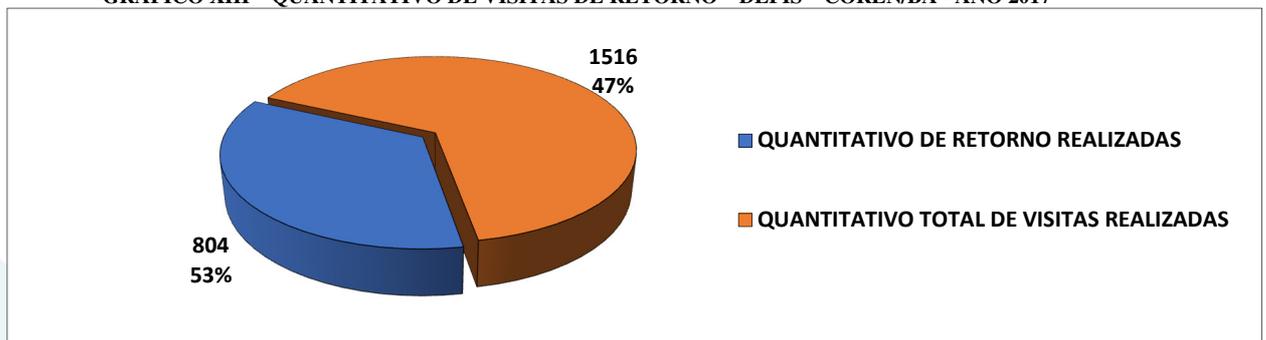
DEFIS

TABELA XXI – QUANTITATIVO DE VISITAS DE RETORNO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2017	88	217	82	243	80	71	23	804

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XIII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE RETORNO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018



CONSTATAÇÕES:

As visitas de retorno ocorrem frente à necessidade da complementação dos relatórios circunstanciados, dos processos administrativos (PAD) e de denúncia. É importante salientar que nesse quantitativo total de visitas de retorno, também estão incluídas as ações educativas, realizadas através de palestras, assessoramentos, treinamentos e reuniões com profissionais de enfermagem e dirigentes das instituições.

Das 1516 visitas de fiscalização realizadas pelos enfermeiros fiscais de Salvador e do interior do estado, 804 visitas (53%) foram visitas de retorno às instituições.

COMPARATIVO 2016/2017

TABELA XXII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE RETORNO – COMPARATIVO DEFIS 2016/2017 – COREN/BA

	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4P	NÍVEL 4M	NÍVEL 4G	NÍVEL 4EG	TOTAL
2016	107	207	142	377	159	106	16	1114
2017	88	217	82	243	80	71	23	804
%	-18%	5%	-42%	-36%	-50%	-33%	44%	-28%

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

No comparativo de visitas de retorno realizadas em 2016 (1114) e 2017 (804), nota-se que houve redução de 28% neste indicador.

No comparativo por nível de complexidade, as instituições de Nível 2 e Nível 4EG obtiveram aumento de 5% e 44%, respectivamente, no quantitativo de visitas de retorno realizadas em relação ao indicador alcançado em 2016. Entretanto, houve redução das visitas de retorno nas instituições nos Níveis 1, 3, 4P, 4M e 4G de 18%, 42%, 36%, 50% e 33%, respectivamente.

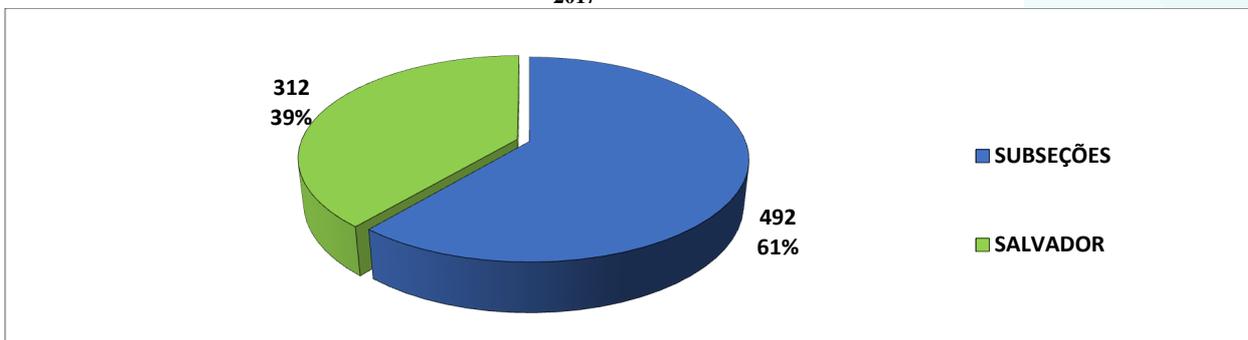
1.1.1.4 SALVADOR E SUBSEÇÕES

TABELA XXIII – QUANTITATIVO DE VISITAS DE RETORNO – SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	TOTAL	QUANTITATIVO POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE						
		N1	N2	N3	N4P	N4M	N4G	N4EG
SALVADOR	312	10	83	48	57	39	52	23
SUBSEÇÕES	492	78	134	34	186	41	19	0

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XIV – QUANTITATIVO DE VISITAS DE RETORNO – SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

A Tabela XXIII e o Gráfico XIV demonstram que em números totais de visitas de retorno realizadas, Salvador obteve um total de 312 visitas e as subseções um total de 492.

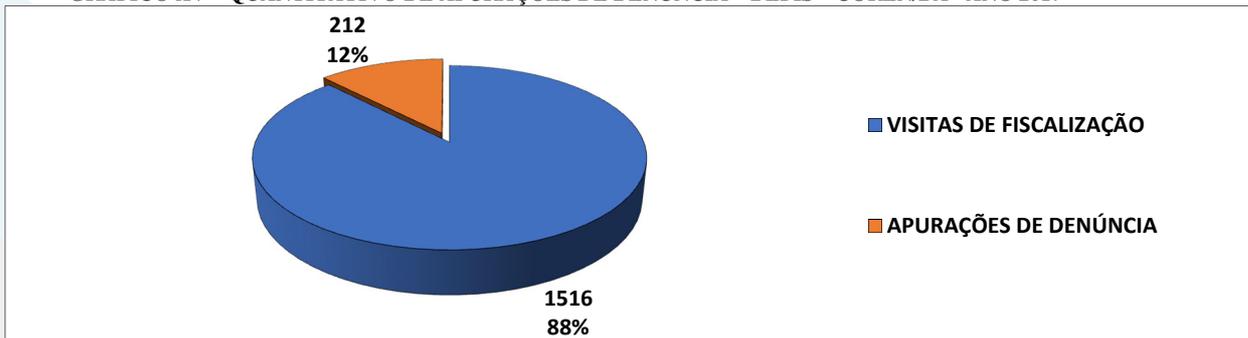
Em Salvador, o maior quantitativo de visitas de retorno, deu-se nas instituições de Nível 2 com 82 visitas realizadas, seguida pelas instituições de Nível 4P com um total de 57 visitas realizadas, Nível 4G (52 visitas), Nível 3 (48 visitas de retorno), Nível 4M (39 visitas), Nível 4EG (23 visitas) e Nível 1 com 10 visitas de retorno realizadas.

Nas subseções do interior, como podemos observar na Tabela XXIII, as instituições com o maior número de visitas de retorno foram as de Nível 4P com 186 visitas realizadas. Em seguida, temos as instituições de Nível 2 com 134 visitas, Nível 1 com 78 visitas realizadas, Nível 4M com 41 visitas, Nível 3 com 34 visitas e Nível 4G com 19 visitas.

QUANTITATIVO DE APURAÇÕES DE DENÚNCIA – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

DEFIS

GRÁFICO XV – QUANTITATIVO DE APURAÇÕES DE DENÚNCIA – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



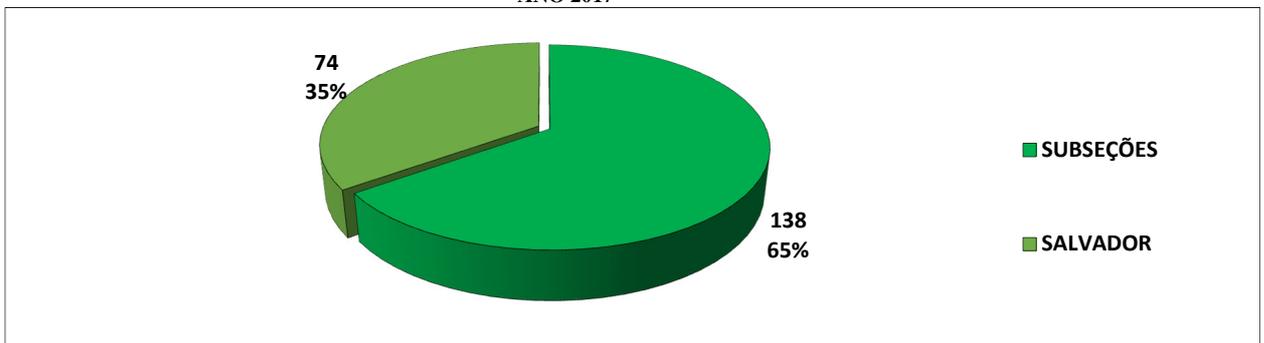
Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

O Gráfico XV expressa que das 1.516 visitas de fiscalização realizadas pelos enfermeiros fiscais, 12% (212) foram para apurações de denúncia. Ressalta-se que 100% das denúncias recebidas foram apuradas.

SALVADOR E SUBSEÇÕES

GRÁFICO XVI – QUANTITATIVO DE APURAÇÕES DE DENÚNCIA – SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

O gráfico acima demonstra que das 212 apurações de denúncia realizadas, 65% (138) foram nas subseções e 35% (74) em Salvador.

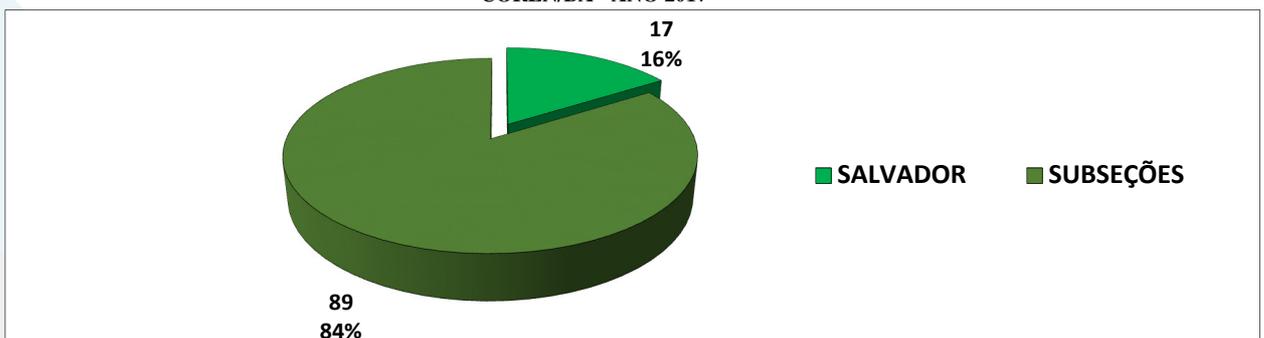
DEMANDAS DA PROCURADORIA GERAL – PROGER

TABELA XXIV – QUANTITATIVO DE VISITAS POR DEMANDAS JURÍDICAS- CONSOLIDADO DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

	SALVADOR	SUBSEÇÕES	DEFIS
QUANTITATIVO DE VISITAS POR DEMANDAS JURÍDICAS	17	89	106

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XVII – QUANTITATIVO DE VISITAS POR DEMANDAS JURÍDICAS- SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

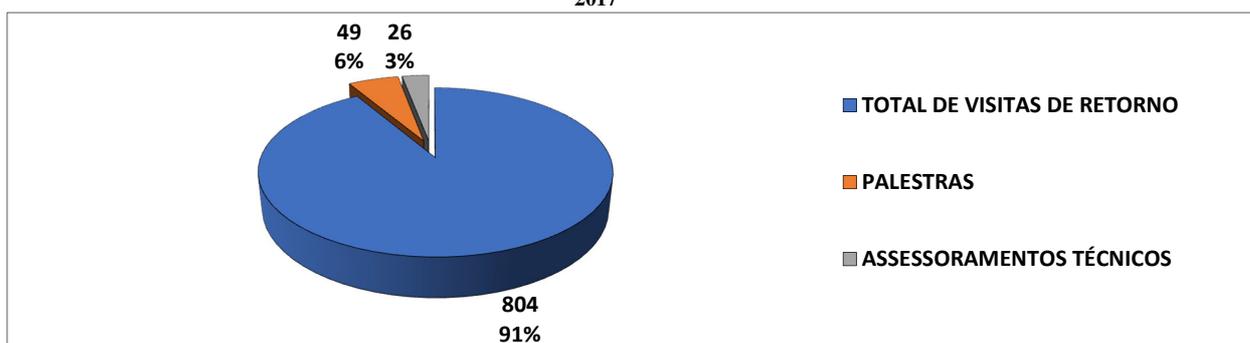
CONSTATAÇÕES:

As demandas jurídicas constituem as visitas de fiscalização realizadas pelos enfermeiros fiscais que são solicitadas pela Procuradoria Jurídica do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia ou outros órgãos, ao exemplo do Ministério Público, com os principais objetivos de: atualização de relatórios e PAD's, verificar e/ou monitorar as instituições notificadas e acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's), entre outros.

Nesse contexto, foram realizadas 106 visitas de fiscalização por demandas jurídicas, ocorrendo 17 visitas em Salvador e 89 visitas nas subseções.

1.1.2 ASSESSORIAS TÉCNICAS / PALESTRAS

GRÁFICO XVIII – QUANTITATIVO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO E PALESTRAS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

TABELA XXV – QUANTITATIVO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO E PALESTRAS – SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	ASSESSORIA TÉCNICA	PALESTRA
SALVADOR	10	21
SUBSEÇÕES	16	28
TOTAL	26	49

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

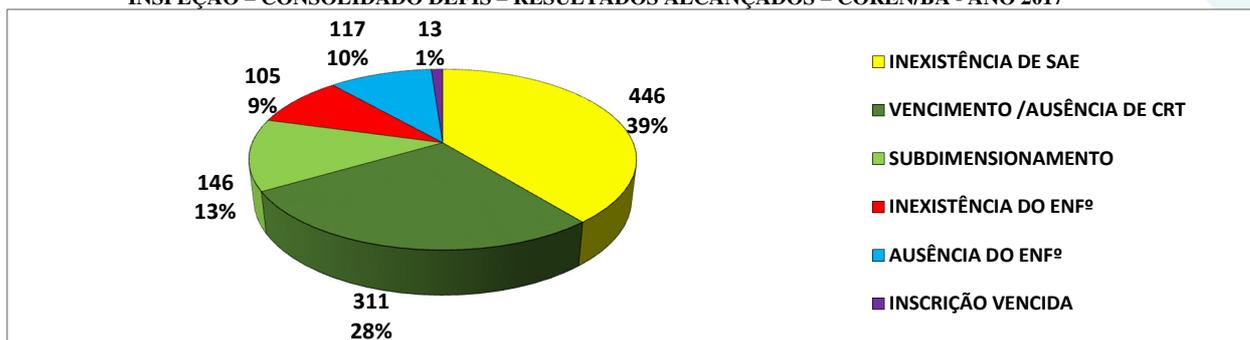
O Gráfico XVIII expressa o quantitativo de palestras e assessoramentos técnicos realizados pelos enfermeiros fiscais. No total foram realizadas 49 palestras e 26 assessoramentos técnicos, correspondendo a 6% e 3%, respectivamente, do total das visitas de retorno.

A Tabela XXV demonstra que em Salvador foram realizadas 10 assessorias técnicas e 21 palestras, enquanto que nas subseções foram realizadas 16 assessorias e 28 palestras.

IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES IDENTIFICADAS – TIPOS – CONSOLIDADO SALVADOR E SUBSEÇÕES

DEFIS

GRÁFICO XIX – NÚMERO DE IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES IDENTIFICADAS DURANTE AS VISITAS DE INSPEÇÃO – CONSOLIDADO DEFIS – RESULTADOS ALCANÇADOS – COREN/BA - ANO 2017



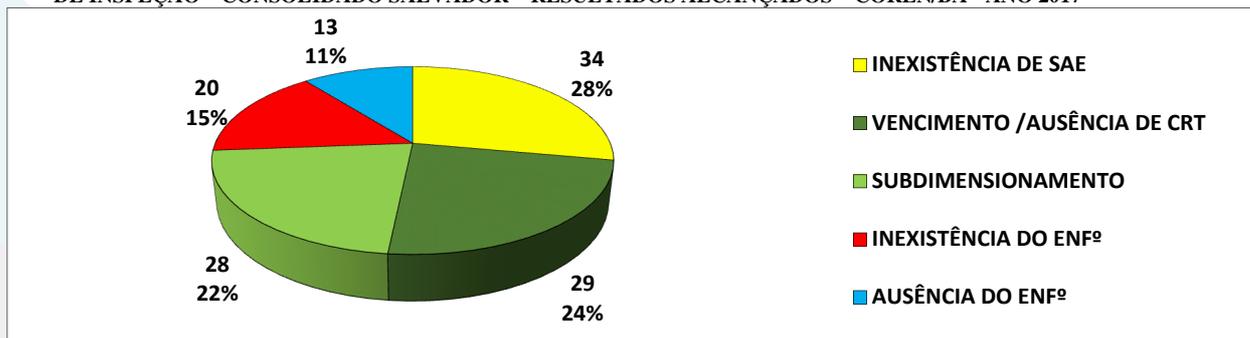
Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

O Gráfico XIX expressa o tipo e o quantitativo consolidado das irregularidades e ilegalidades constatadas pelos enfermeiros fiscais. Do total de 1.138 irregularidades constatadas, 39% correspondem à inexistência de Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE (446), seguido de 28% de inexistência ou vencimento da Certidão de Responsabilidade Técnica – CRT (311), 13% referem-se ao subdimensionamento de pessoal (146), seguida da ausência do enfermeiro em algum horário de funcionamento da instituição, com 10% (117), inexistência do enfermeiro na instituição de saúde, com 9% (105) e, por fim, profissionais atuando com inscrição vencida, com 13 casos constatados, correspondendo a 1% das irregularidades encontradas.

SALVADOR

GRÁFICO XX – NÚMERO DE IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES IDENTIFICADAS DURANTE AS VISITAS DE INSPEÇÃO – CONSOLIDADO SALVADOR – RESULTADOS ALCANÇADOS – COREN/BA - ANO 2017



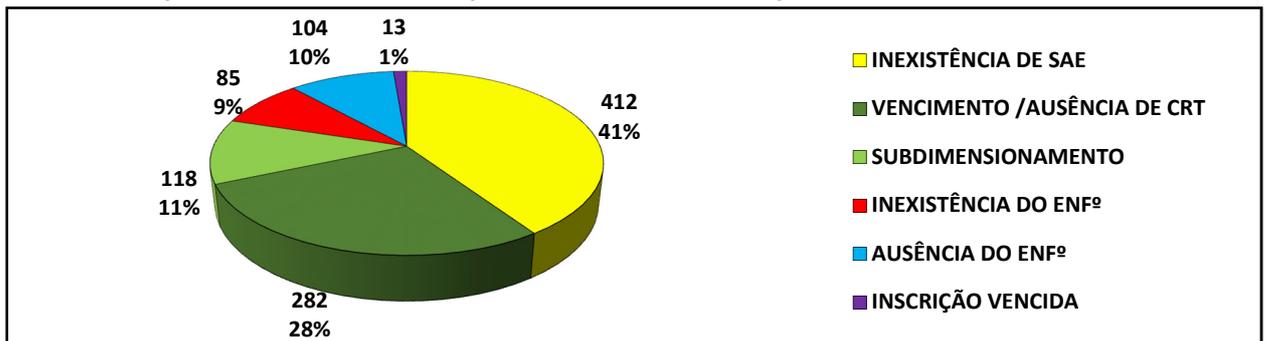
Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

O Gráfico XX demonstra o tipo e o quantitativo de irregularidades e ilegalidades identificadas pelos enfermeiros fiscais nas visitas técnicas de fiscalização em Salvador. Foram constatadas 124 irregularidades, sendo que 34 correspondem a inexistência de Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE, equivalente a 28% do total das irregularidades encontradas, 29 referem-se à inexistência da Certidão de Responsabilidade Técnica – CRT, equivalente a 24% das irregularidades, 28 se referem ao déficit no quadro de pessoal de enfermagem – subdimensionamento de pessoal, equivalente a 22% das irregularidades, 20 se referem à inexistência do enfermeiro (15%) e 13 a ausência do enfermeiro (11%).

1.1.2.1 SUBSEÇÕES

GRÁFICO XXI – NÚMERO DE IRREGULARIDADES E ILEGALIDADES IDENTIFICADAS DURANTE AS VISITAS DE INSPEÇÃO – CONSOLIDADO SUBSEÇÕES – RESULTADOS ALCANÇADOS – COREN/BA - ANO 2017



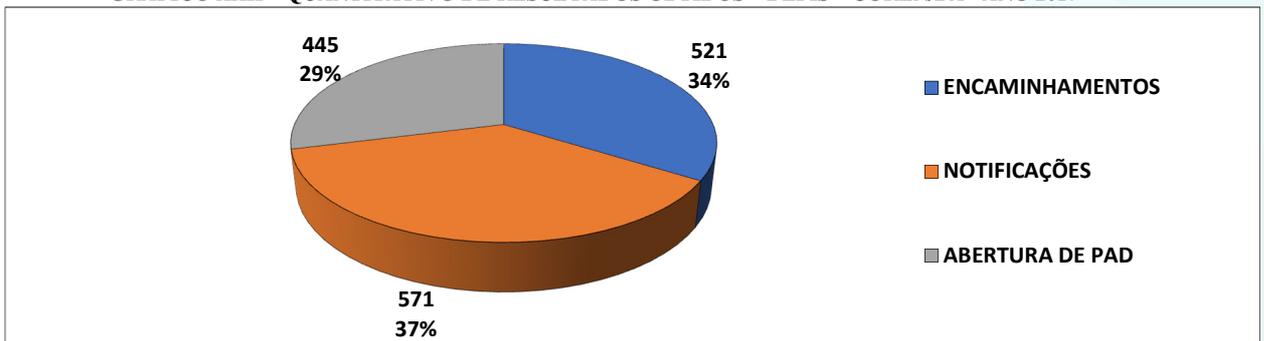
Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

O Gráfico XXI demonstra o tipo e o quantitativo de irregularidades e ilegalidades identificadas das subseções. Das 1014 irregularidades constatadas, o maior quantitativo encontrado é a inexistência de SAE (41%), em seguida irregularidades relacionadas ao vencimento/ausência de CRT (28%), subdimensionamento (11%), ausência do enfermeiro (10%), inexistência do enfermeiro (9%) e profissionais atuando com inscrição vencida (1%).

RESULTADOS OBTIDOS – INDICADOR DE DESEMPENHO

GRÁFICO XXII – QUANTITATIVO DE RESULTADOS OBTIDOS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

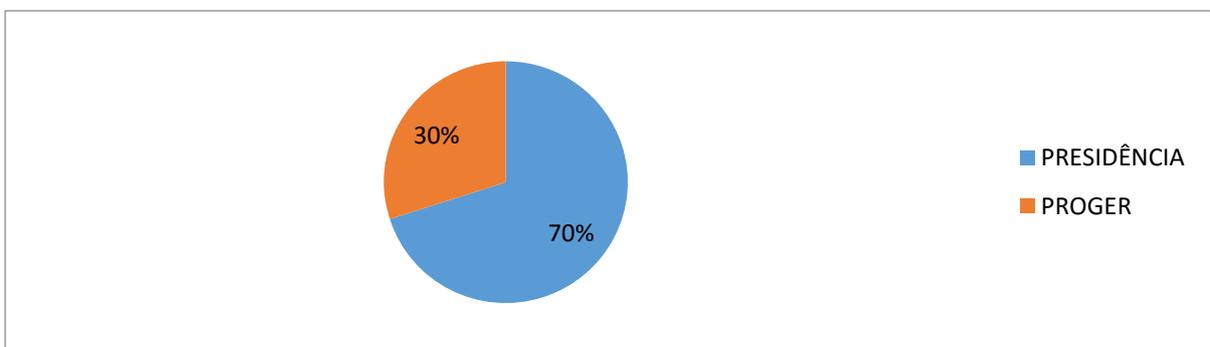
O Gráfico XXII demonstra que no ano de 2017 foram expedidas 571 notificações, 521 encaminhamentos e 445 aberturas de PAD's.

TABELA XXVI – TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

PRESIDÊNCIA	PROGER	TOTAL
365	156	521

Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

GRÁFICO XXIII – TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Fiscalização - DEFIS – COREN/BA. Fevereiro 2018

CONSTATAÇÕES:

Conforme a Tabela XXVI, dos 521 encaminhamentos realizados pelo DEFIS, 365 foram para a Presidência e 156 para a Procuradoria Geral.

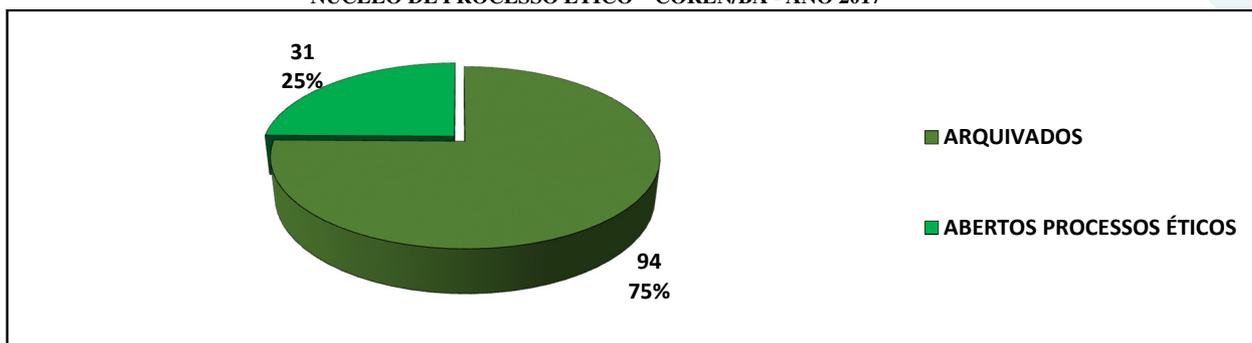
DO NÚCLEO DE PROCESSO ÉTICO

TABELA XXVII – QUANTITATIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ENCAMINHADOS PARA O NÚCLEO DE PROCESSO ÉTICO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

QUANTITATIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE DERAM ENTRADA NO NÚCLEO DE PROCESSO ÉTICO	QUANTITATIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE FORAM ARQUIVADOS	QUANTITATIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE FORAM ABERTOS PROCESSOS ÉTICOS
125	94	31
%	75%	25%

Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

GRÁFICO XXIV – QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS – ABERTOS E ARQUIVADOS – CONSOLIDADO NÚCLEO DE PROCESSO ÉTICO – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

CONSTATAÇÕES:

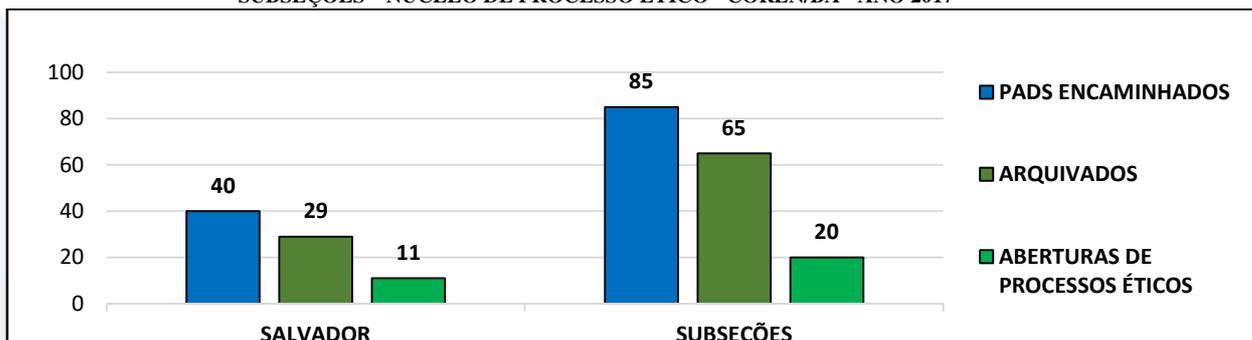
Conforme a Tabela XXVII e o Gráfico XXIV, em 2017 foram encaminhados 125 Processos Administrativos ao setor de Processo Ético, sendo que 94 processos foram arquivados e 31 culminaram em processos éticos.

TABELA XXVIII – QUANTITATIVO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ENCAMINHADOS PARA O SETOR DE PROCESSO ÉTICO – SALVADOR E SUBSEÇÕES – COREN/BA - ANO 2017

	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS ENCAMINHADOS	ARQUIVADOS	ABERTOS PROCESSOS ÉTICOS
SALVADOR	40	29	11
SUBSEÇÕES	85	65	20

Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

GRÁFICO XXV – QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS – ABERTOS E ARQUIVADOS – SALVADOR E SUBSEÇÕES – NÚCLEO DE PROCESSO ÉTICO - COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

CONSTATAÇÕES:

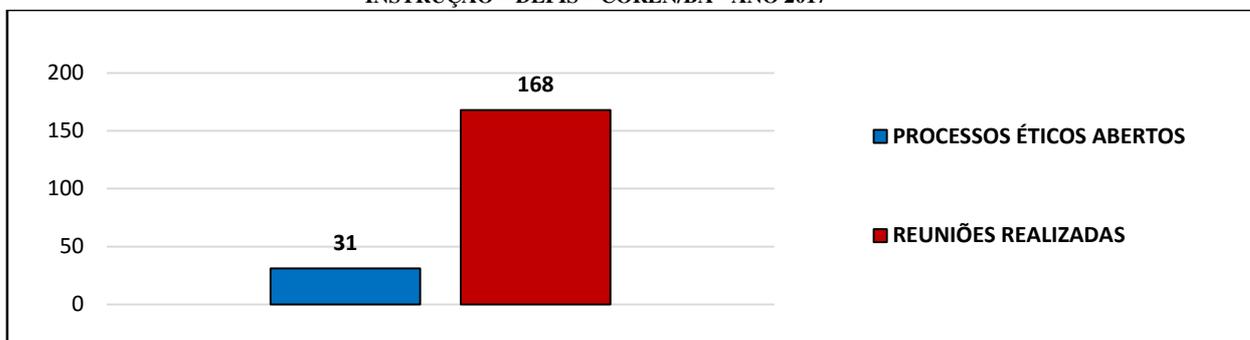
Conforme a Tabela XXVIII e o Gráfico XXV, o setor de Processo Ético recebeu 40 processos administrativos do município de Salvador, sendo que 29 foram arquivados e 11 culminaram em processo ético. Das subseções, 85 processos administrativos deram entrada no setor, onde 65 resultaram em arquivamento e 20 em aberturas de processo ético.

TABELA XXIX – QUANTITATIVO DE PROCESSOS ÉTICOS ABERTOS E REUNIÕES DAS COMISSÕES DE INSTRUÇÃO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017

PROCESSOS ÉTICOS ABERTOS	REUNIÕES REALIZADAS DAS COMISSÕES DE INSTRUÇÃO
31	168

Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

GRÁFICO XXVI – QUANTITATIVO DE PROCESSOS ÉTICOS ABERTOS E REUNIÕES DAS COMISSÕES DE INSTRUÇÃO – DEFIS – COREN/BA - ANO 2017



Fonte: Departamento de Processo Ético - DEFIS – COREN/BA. Maio 2018

CONSTATAÇÕES:

A Comissão de Instrução tem por finalidade organizar e instruir o processo ético-disciplinar, visando a apuração dos fatos descritos na decisão de admissibilidade e instauração do processo, realizando todos os atos necessários à busca da verdade, com estrita observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Nesse contexto, dos 31 processos éticos abertos no setor, foram realizadas 168 reuniões das Comissões de Instrução.



EDUCAÇÃO PERMANENTE NO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - DEFIS

A Educação Permanente no DEFIS encontra-se em processo de implantação. No ano de 2017 foram desenvolvidas algumas ações de cunho técnico, dois seminários, um administrativo e outro de fiscalização, este último teve uma participação de 80% dos enfermeiros fiscais, com foco no processo fiscalizatório técnico, onde foi finalizado a construção e validação dos Procedimentos Operacional Padrão – POPs, instruções normativas e Fluxos, conforme relacionados a seguir:

POPS ELABORADOS

- POP Nº 01 - Atendimento ao Público
- POP Nº 02 - Apresentação de Palestras do Exercício Profissional em Enfermagem e Reuniões
- POP Nº 03 - Averiguação Prévia de Denúncia
- POP Nº 04 - Procedimento Operacional do Processo Administrativo De Fiscalização
- POP Nº 05 - Atividades Prévias às Visitas de Fiscalização
- POP Nº 06 - Ações na Inspeção
- POP Nº 07 - Atividades Posteriores à Visita de Fiscalização
- POP Nº 08 - Fiscalização de Retorno
- POP Nº 09 - Arquivamento e Desarquivamento do Processo Administrativo de Fiscalização (PAD)
- POP Nº 10 - Documentação Administrativa do Serviço de Enfermagem
- POP Nº 11 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART
- POP Nº 12 - Auto de Infração

FLUXOS

- Fluxograma PAD
- Fluxos das Denúncias – DEFIS
- Fluxo Das Representações / Palestras - DEFIS

Vale salientar ainda a presença de representantes do corpo de fiscais do Coren-BA no SENAFIS- Seminário Nacional de Fiscalização. Acrescento as reuniões sistematizadas com teor educativo, onde são discutidas as normativas do Sistema Cofen/Conselhos Regionais, os processos fiscalizatórios, em forma de cases, e, neste contexto, são repassadas as instruções normativas oriundas das reuniões dos coordenadores com a Câmara Técnica de Fiscalização do Cofen (CTFIS), que acontecem trimestralmente em Brasília.

3.4.2 DEPARTAMENTO EXECUTIVO E ATENDIMENTO

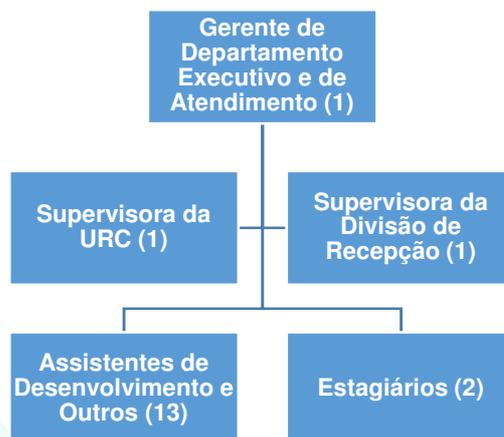
3.4.2.1 UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO

A UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO

A Unidade de Registro e Cadastro (URC) é um departamento operacional responsável por assuntos relacionados ao atendimento, registro e cadastro dos profissionais de enfermagem no estado da Bahia, bem como, pela gestão dos demais serviços vinculados, tais como o cancelamento e suspensão de registro e as transferências entre Unidades Federativas.

Cumprе ressaltar que, em sua maioria, as atividades e procedimentos operacionais desenvolvidos pela Unidade de Registro e Cadastro são regulamentados pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, através de resoluções, merecendo destaque a Resolução n 560/2017, que estabelece o Manual de Procedimentos Administrativos para Registro e Inscrição dos Profissionais de Enfermagem no Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

ORGANOGRAMA DA UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO





ATRIBUIÇÕES DA UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO

Na área de Atendimento:

- Atender os profissionais de enfermagem;
- Fazer e instruir os requerimentos de Inscrição definitiva de pessoas físicas;
- Fazer e instruir os requerimentos de inscrição secundária;
- Fazer e instruir os requerimentos de inscrição remida;
- Fazer e instruir os requerimentos de Inscrição decorrente de mudança de categoria;
- Fazer e instruir os requerimentos de registro de especialização profissional;
- Fazer e instruir os requerimentos de registro de especialização profissional na modalidade residência;
- Fazer e instruir os requerimentos de regularização de inscrição, cancelamento, suspensão, reinscrição, 2ª via de cédula, renovação, mudança de estado civil, mudança de nome e transferências de inscrição;
- Atualizar os dados cadastrais dos profissionais de enfermagem;
- Emitir taxas de inscrição, cancelamento, transferência, 2ª via de cédula, renovação de cédula, mudança de estado civil e segunda via de anuidade de pessoa física;
- Fazer a entrega de carteiras profissionais e de documentos dos mesmos;
- Registrar os pedidos de justificativa eleitoral dos profissionais de enfermagem;
- Registrar e despachar pedidos protocolados pelos profissionais endereçados ao setor jurídico;
- Negociar e efetuar o parcelamento das anuidades atrasadas e devidas pelos profissionais;
- Negociar e efetuar o parcelamento das anuidades atrasadas e devidas pelos profissionais – no período de vigência do programa REFIS;
- Executar a digitalização de documentos apresentados pelos profissionais e que instruem os requerimentos.



Na área de Registro

- Receber e dar o devido encaminhamento às demandas enviadas pelas subseções via malote;
- Examinar os requerimentos e processos de registro de inscrição e especialização da unidade sede e das subseções;
- Solicitar e acompanhar o envio de requerimento da unidade sede e das subseções para registro de inscrição junto ao Conselho Federal de Enfermagem;
- Solicitar e acompanhar o envio de requerimento da unidade sede e das subseções para registro de título de especialização profissional junto ao Conselho Federal de Enfermagem;
- Solicitar e acompanhar o envio de requerimento e emissão de parecer da unidade sede e das subseções para registro de especialização na modalidade de Residência junto ao CONARENF;
- Processar os pedidos de reinscrição, inscrição remida e inscrição secundária protocolados nas subseções;
- Dar andamento até a conclusão dos processos de transferência de jurisdição dos profissionais de enfermagem no estado da Bahia;
- Emitir todas as carteiras profissionais – CIP`s e Termos de Registro da unidade sede e das subseções;
- Pesquisar, solicitar a inclusão e modificação cadastral no sistema do COFEN das unidades de ensino que ministram cursos técnicos, de nível superior, especialização técnica, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, verificando previamente os atos de credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos;
- Pesquisar, solicitar a inclusão e modificação cadastral no sistema do COFEN dos cursos de especialização técnica, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, verificando previamente os atos de credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos;
- Atender diariamente os profissionais respondendo as demandas da área por correio eletrônico e telefone;
- Atender diariamente as Subseções respondendo as demandas da área por correio eletrônico e telefone



- Atender os outros Conselhos Regionais respondendo as demandas da área por correio eletrônico e telefone;
- Responder correspondências oficiais dentro das matérias de atribuição da área;
- Auxiliar a Ouvidoria do COREN-BA nos assuntos pertinentes ao Setor de Registro e Cadastro;
- Gerir e manter atualizado os conteúdos do Portal COREN-BA de responsabilidade do Setor de Registro e Cadastro;
- Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades referentes a sua área de atuação.

Na área de Cadastro

- Gerenciar e disciplinar o lançamento do registro dos profissionais de enfermagem no estado da Bahia;
- Organizar e manter sob sua guarda e responsabilidade o banco de dados e prontuários contendo os registros dos profissionais, seja em meio físico ou meio digital;
- Fazer a inclusão e modificação cadastral no sistema Incorp das unidades de ensino que ministram cursos técnicos, de nível superior, especialização técnica, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, verificando previamente a existência de cadastro no sistema COFEN;
- Fazer a inclusão e modificação cadastral no sistema Incorp dos cursos de especialização técnica, pós-graduação lato sensu, pós-graduação stricto sensu, verificando previamente a existência de cadastro no sistema COFEN;
- Solicitar e acompanhar as modificações necessárias no sistema incorp de questões pertinentes ao Setor de Registro e Cadastro;
- Gerenciar o sistema de autoatendimento disponível para os profissionais no site do COREN-BA;
- Assessorar o setor de registro e atendimento em todas as atividades relacionadas com o sistema Incorp;
- Atender diariamente as Subseções respondendo as demandas da área por correio eletrônico e telefone
- Fornecer informações cadastrais e estatísticas em atendimento à solicitação da Diretoria;



- Elaborar relatórios periódicos das atividades realizadas pelo setor de atendimento e registro;
- Identificar e propor melhorias no sistema para atender as demandas e rotinas da URC;

SÍNTESE DAS ATIVIDADES FINALÍSTICA DA UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO NO ANO DE 2017

Merece destaque a consolidação dos procedimentos que garantiram a redução do tempo de tramitação do processo de inscrição, emissão e entrega da Cédula de Identidade Profissional (CIP).

A dinâmica implantada no processo de registro de informação, digitalização de todo o processo, envio de dados para registro no COFEN, captura digital e impressão da Cédula de Identidade Profissional, viabilizaram a entrega da documentação no mesmo dia, para os requerimentos protocolados até às 11h na unidade sede do COREN-BA, e no dia útil seguinte para os requerimentos protocolados após às 11h, o que torna o Coren-BA pioneiro no Brasil.

Para as solicitações protocoladas nas subseções do COREN-BA o prazo de entrega varia de 15 dias a 20 dias, visto que os requerimentos são encaminhados via malote para devido registro e confecção de cédulas e reencaminhado as subseções para entrega.

Outra grande conquista resulta da mudança de sede para um imóvel com maior e melhor infraestrutura para o atendimento diário e presencial dos profissionais.

Na nova sede, além de instalações mais modernas e com a devida acessibilidade, foi ampliado o número de postos de atendimento e criado o setor de entrega e protocolo de documentos, fato que justificou a ampliação do quadro de funcionários e a respectiva nomeação de novos aprovados no último concurso.

Além disso, agora, de modo definitivo, as emissões de cédula dos processos das subseções passaram a ser realizados em setor próprio, sob a responsabilidade de um servidor público.

Outros resultados alcançados foram na melhoria do acolhimento ao profissional de enfermagem que busca atendimento na unidade sede. Houve nos dias 16 e 17 de outubro a palestra, ofertada a todos os trabalhadores do conselho, com o tema Desenvolvimento e Aprimoramento dos Profissionais, durante o seminário interno administrativo, a mesma foi realizada em 04 etapas e teve como facilitador o diretor de



Planejamento e Marketing da empresa Sociis Rh, Cristiano Spelta. Nela foram abordados assuntos que envolviam a qualidade no atendimento, gestão e comunicação para as equipes.

Assim, todas as ações adotadas visam sempre a rapidez e excelência dos serviços prestados à categoria profissional.

Tendo em vista ainda os números mencionados nas tabelas abaixo, explica-se o fechamento da subseção de Camaçari neste ano, visto que por ser um município próximo da SEDE, os inscritos recorriam diretamente a mesma para resolver suas pendências. Desta forma o profissional lotado nesta subseção, foi transferido para a SEDE ajudando no atendimento externo que possui uma maior demanda.

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS REALIZADOS PELA UNIDADE DE REGISTRO E CADASTRO NO ANO DE 2017

Inscrições definitivas por unidade e categoria profissional

INSCRIÇÕES DEFINITIVAS POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrições definitivas	SEDE	1788	2616	25	4429

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Camaçari	18	44	1	63

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Vitoria da Conquista	147	571	5	723

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Feira de Santana	129	303	10	442

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Alagoinhas	28	166	1	195

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Guanambi	54	242	4	300

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Barreiras	48	330	4	382

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Irecê	23	328	2	353

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Jequié	67	322	5	394

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Juazeiro	81	289	3	373

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Paulo Afonso	64	81	1	146

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Teixeira de Freitas	120	195	5	320

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	Total
Inscrições definitivas	Itabuna	248	331	4	583

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf	Auxiliar de Enf	TOTAL
Inscrições definitivas	SEDE	4429	SUBSEÇÃO	4274	8703

A inscrição é o ato pelo qual o Conselho Regional de Enfermagem confere legalidade ao profissional para o exercício da atividade no campo da Enfermagem. O número acima, corresponde as inscrições definitivas, sendo elas inscrição de um ano sem diploma, inscrição com validade de 5 (cinco) anos (com diploma) e inscrição definitiva secundária, quando o profissional já tem uma inscrição definitiva primária em outro regional. Desta forma, como visto na tabela acima, e em comparação com os valores de 2016, houve um acréscimo de aproximadamente 22% de inscritos.

Inscrições remidas por unidade e categoria profissional

INSCRIÇÕES REMIDAS POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	SEDE	143	15	26	184

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	Camaçari	1	0	0	1

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	Vitoria da Conquista	8	0	0	8

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	Feira de Santana	6	0	0	6

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	Itabuna	4	0	0	4

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Inscrição Remida	Juazeiro	3	0	0	3

Serviços	Local		Local		TOTAL
Inscrição Remida	SEDE	184	SUBSEÇÃO	22	206

A Inscrição Remida é uma láurea outorgada ao profissional de Enfermagem que tenha contribuído regularmente com as suas obrigações financeiras com o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, sendo-lhe concedida a isenção do pagamento das anuidades. Segundo a resolução 536/2017 não há mais necessidade de limite de idade conforme norma anterior que só permitia a inscrição aos profissionais com idade igual ou superior a 60 anos (Resolução COFEN nº 448/2013), sendo assim, a inscrição remida é concedida a todo profissional que tenha a inscrição ativa por no mínimo 30 (trinta) anos, não tenha sofrido penalidade ética e/ou administrativa e esteja quite com todas as obrigações financeiras junto ao Conselho Regional de Enfermagem.



Registros de especialistas por unidade e categoria profissional

REGISTRO DE ESPECIALISTA POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	SEDE	172	39	*	211

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Camaçari	3	3	*	6

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Vitoria da Conquista	25	4	*	29

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Feira de Santana	26	9	*	35

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Alagoinhas	6	4	*	10

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Guanambi	10	0	*	10

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Barreiras	12	3	*	15

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Irecê	11	4	*	15

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Itabuna	4	2	*	6

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Juazeiro	13	4	*	17

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Paulo Afonso	5	2	*	7

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Registro de Especialista	Teixeira de Freitas	10	4	*	14

Serviços	Local		Local		TOTAL
Registro de Especialista	SEDE	211	SUBSEÇÃO	164	375

O registro de especialista pode ser requerido tanto pelo profissional de nível médio quanto pelo profissional de nível superior, afim de registrar suas especializações técnicas, pós-graduações.

Conforme resoluções COFEN nº 418/2011 e nº389/2011, ao Técnico de Enfermagem detentor de certificado de Especialização e ao enfermeiro detentor do título de pós-graduação é assegurado o direito de registra-lo, conferindo legalidade para atuação na área específica do exercício profissional.

Reinscrição por unidade e categoria profissional

REINSCRIÇÃO POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	SEDE	87	101	3	191

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Feira de Santana	11	27	3	41

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Jequié	2	13	0	15

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Alagoinhas	6	7	2	15

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Barreiras	7	21	1	29

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Juazeiro	8	8	0	16

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Vitoria da Conquista	23	19	5	47

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Teixeira de Freitas	13	13	0	26

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Paulo Afonso	2	10	1	13

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Itabuna	7	19	0	26

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	Vitoria da Conquista	23	19	5	47

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Reinscrição	SEDE	191	SUBSEÇÃO	321	512

Segundo a resolução COFEN-Ba nº560/2017 Art. 42º, A reinscrição será deferida, mediante requerimento dirigido a qualquer Conselho Regional de Enfermagem, ao profissional cuja inscrição houver sido cancelada.

Mesmo mantendo o mesmo número de inscrição, o profissional que solicita o cancelamento de sua inscrição no momento da reinscrição passará por toda etapa de primeira inscrição, assim como pagando todas as taxas necessárias. Em análise a tabela acima, vemos que o número de solicitações de reinscrição ainda é muito pequeno comparado as solicitações de cancelamento que são requeridas anualmente. Ainda assim

observa-se um aumento de mais 140% quanto as reinscrições de 2016.de cancelamento que são requeridas anualmente.

Mudança de inscrição definitiva de um ano para inscrição definitiva de cinco anos por unidade e categoria profissional

MUDANÇA DE INSCRIÇÃO DEFINITIVA DE UM ANO PARA CINCO ANOS POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	SEDE	688	1	0	689	Mudança de ID	Camaçari	10	0	0	10

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Vitoria da Conquista	102	0	0	102	Mudança de ID	Feira de Santana	202	0	0	202

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Alagoinhas	23	0	0	23	Mudança de ID	Guanambi	42	1	0	43

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Barreiras	42	0	0	42	Mudança de ID	Irecê	28	0	0	28

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Jequié	37	0	0	37	Mudança de ID	Juazeiro	32	0	0	32

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Paulo Afonso	24	0	0	24	Mudança de ID	Teixeira de Freitas	64	0	0	64

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total	Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Mudança de ID	Itabuna	96	1	0	97	Mudança de ID	SEDE	689	SUBSEÇÃO	704	1393

O profissional de enfermagem que requerer a inscrição definitiva no Conselho Regional de Enfermagem poderá solicitar a inscrição de um ano com apresentação de documento que contenha a data da colação de grau ou da conclusão de curso. Porém, esse tipo de inscrição só é válida por 01 (um) ano, devido a não apresentação do diploma. Sendo assim, após o tempo previsto, o profissional deve comparecer ao Conselho Regional, a fim de regularizar sua situação, apresentando o diploma ou certificado para que sua cédula passe a ter validade de 5 (cinco) anos. O não atendimento a essa normativa implicará ao profissional o exercício irregular da profissão, conforme resolução COFEN nº 560/2017.

Segunda via e Renovação de cédula por unidade e categoria profissional

SEGUNDA VIA DE CÉDULA POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	SEDE	399	865	62	1326

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Camaçari	12	29	0	41

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Vitoria da Conquista	15	24	1	40

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Feira de Santana	17	23	2	42

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Alagoinhas	5	14	1	20

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Guanambi	1	2	0	3

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Barreiras	6	4	0	10

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Irecê	10	5	0	15

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Jequié	8	10	2	20

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Juazeiro	6	28	2	36

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Paulo Afonso	7	18	4	29

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Teixeira de Freitas	7	13	0	20

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	Itabuna	15	17	0	32

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Segunda via	SEDE	1326	SUBSEÇÃO	308	1634

RENOVAÇÃO DE CÉDULA POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	SEDE	973	2457	134	3564

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Vitoria da Conquista	119	203	18	340

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Alagoinhas	38	87	13	138

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Barreiras	61	193	15	269

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Jequié	58	75	11	144

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Paulo Afonso	36	121	18	175

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Itabuna	69	125	15	209

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Camaçari	0	0	1	1

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Feira de Santana	118	359	44	521

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Guanambi	63	158	31	252

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Irecê	43	123	9	175

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Juazeiro	51	111	11	173

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	Teixeira de Freitas	42	99	2	143

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Renovação de Cédula	SEDE	3564	SUBSEÇÃO	2540	6104

Analisando as tabelas acima, podemos perceber que a quantidade de solicitação de renovação é maior que a solicitação de segunda via, visto que todas as cédulas possuem validade de 5 anos, então torna-se obrigatório a renovação para que o profissional esteja regular para exercer a profissão. Nota-se ainda que o mesmo está entre os serviços mais solicitados dentre todos listados no relatório, atrás apenas das emissões de certidões e inscrição definitiva.

Suspensão da inscrição por unidade e categoria profissional

SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Suspensão	SEDE	5	5	0	10

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Suspensão	Camaçari	0	6	0	6

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Suspensão	Alagoinhas	0	3	0	3

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Suspensão	Juazeiro	0	3	0	3

Serviços	Local		Local		Total
Suspensão	SEDE	10	SUBSEÇÃO	12	22

A suspensão atribui-se ao profissional que a solicita via requerimento e que comprovadamente não está exercendo a profissão, tem o prazo de um ano e pode ser renovada todo ano caso o profissional solicite. A mesma desobriga o pagamento da anuidade e pode ser reativada sem ônus, até vencimento, pelo profissional. Esta medida visa beneficiar o profissional em situação de desemprego, não havendo a necessidade de cancelamento da inscrição e para isso o mesmo tem que estar quite com as obrigações financeiras junto ao Conselho. Acreditamos que esse quantitativo escasso mostrado na tabela é devido a liberação, deste serviço, apenas neste ano de 2017 conforme resolução COFEN nº 536/2017, atualizada pela 560/2017.

Cancelamentos de inscrição por unidade e categoria profissional

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	SEDE	469	700	252	1421

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Camaçari	4	7	3	14

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Vitoria da Conquista	63	105	73	241

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Feira de Santana	95	152	85	332

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Alagoinhas	18	53	18	89

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Guanambi	28	59	33	120

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total



Cancelamento de Inscrição	Barreiras	18	45	15	78
---------------------------	-----------	----	----	----	----

Cancelamento de Inscrição	Irecê	10	44	21	75
---------------------------	-------	----	----	----	----

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Jequié	29	52	21	102

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Juazeiro	29	42	10	81

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Paulo Afonso	11	24	24	59

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Teixeira de Freitas	49	43	22	114

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Cancelamento de Inscrição	Itabuna	55	79	34	168

Serviços	Local		Local		Total
Cancelamento de Inscrição	SEDE	1421	SUBSEÇÃO	1473	2894

O cancelamento da inscrição pode ser solicitado por qualquer profissional inscrito via requerimento do profissional ou representante legal ou por “Ex officio” nos casos de falecimento. Verificamos uma crescente de aproximadamente 9%, referente ao ano anterior e conforme relato dos inscritos, a maioria solicita cancelamento por não estarem exercendo a profissão.

Emissão de certidões de adimplência e nada consta por unidade e categoria profissional

CERTIDÕES DE ADIMPLÊNCIA E NADA CONSTA EMITIDAS POR UNIDADE E CATEGORIA PROFISSIONAL - 2017

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	SEDE	515	2335	131	2981
Certidão de Nada Consta		1293	3011	153	4457

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Camaçari	13	37	0	50
Certidão de Nada Consta		19	42	1	62

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Vitoria da Conquista	23	99	20	142
Certidão de Nada Consta		280	460	35	775

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Feira de Santana	67	203	23	293
Certidão de Nada Consta		398	416	45	859

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Alagoinhas	26	83	2	111

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Guanambi	26	38	7	71



Certidão de Nada Consta		111	354	11	476
-------------------------	--	-----	-----	----	-----

Certidão de Nada Consta		172	281	59	512
-------------------------	--	-----	-----	----	-----

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Barreiras	112	246	3	361
Certidão de Nada Consta		166	248	1	415

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Irecê	43	125	5	173
Certidão de Nada Consta		22	74	8	104

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Jequié	24	34	6	64
Certidão de Nada Consta		121	173	6	300

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Juazeiro	15	61	9	85
Certidão de Nada Consta		82	200	12	294

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Paulo Afonso	2	8	2	12
Certidão de Nada Consta		67	231	19	317

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Teixeira de Freitas	46	142	6	194
Certidão de Nada Consta		122	127	7	256

Serviços	Local	Enfermeiro	Técnico de Enf.	Auxiliar de Enf.	Total
Certidão de Adimplência	Itabuna	42	62	7	111
Certidão de Nada Consta		347	450	12	809

Serviços	Local		Local		Total
Certidão de Adimplência	SEDE	2981	SUBSEÇÃO	1667	4648
Certidão de Nada Consta		4457		5179	9636

As certidões informadas acima são emitidas e disponibilizadas ao profissional que encontra-se regular com as obrigações financeiras, éticas e inscricionais. Os inscritos podem emitir via internet ou presencialmente. Conforme tabela, podemos ver que é atualmente o serviço mais requisitado, pois o profissional inscrito pode solicitar a qualquer momento sem ônus e as mesmas têm no máximo 60 dias de validade.

Processos de transferências recebidas de outros regionais no ano de 2017

Transferências Recebidas				
	Local	Auxiliar de Enfermagem	Enfermeiro	Técnico de Enfermagem
1	Alagoinhas	1	10	8
2	Barreiras	0	28	21
3	Camaçari	0	0	3
4	Feira de Santana	2	30	32
5	Guanambi	0	21	24
6	Irecê	2	14	10
7	Itabuna	0	26	43
8	Jequié	0	4	12
9	Juazeiro	0	37	36
10	Paulo Afonso	0	5	5
11	Teixeira de Freitas	1	24	15
12	Vitoria da Conquista	1	24	18
13	URC	2	99	53
TOTAL		9	322	280
611				

A transferência de inscrição é deferida ao portador de Inscrição Definitiva, que necessita transferir seu domicílio profissional por tempo superior a 90 (noventa) dias, para a jurisdição de outro Conselho Regional de Enfermagem. As mesmas são solicitadas no regional de destino, no caso, o número acima é referente a quantidade de solicitações de profissionais vindos de outros estados para a Bahia.

Certidões de transferências expedidas no ano de 2017

Certidões Expedidas				
	Local	Auxiliar de Enfermagem	Enfermeiro	Técnico de Enfermagem
1	Alagoinhas	0	10	17
2	Barreiras	1	21	21
3	Camaçari	0	3	6
4	Feira de Santana	3	19	13
5	Guanambi	3	17	14
6	Irecê	0	5	18
7	Itabuna	2	20	17
8	Jequié	2	10	18
9	Juazeiro	0	34	38
10	Paulo Afonso	1	9	21
11	Teixeira de Freitas	0	27	22



12	Vitoria da Conquista	0	28	36
13	URC	6	234	182
TOTAL		18	437	423
878				

As certidões de transferências são emitidas e entregues aos profissionais que desejam transferir sua inscrição para outro estado. Neste caso a conclusão do processo de transferência é feita no regional de destino. O valor mencionado acima é referente a quantidade de certidões de transferência emitidas no ano de 2017.

3.4.3 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA

A Divisão de Infraestrutura do Coren-BA atua enquanto responsável pela supervisão das atividades da área de Almoxarifado e pela atuação direta sobre atividades relacionadas à Patrimônio, Serviços Gerais, Logística, Gestão de Contratos, Manutenção de Infraestrutura, Pagamento à prestadores de serviço e concessionárias de serviço público, Requisições de Compra e Termos de Referência, Segurança Patrimonial, Planejamento Estratégico, Relatório de Gestão, Gestão de Arquivos, dentre outras.

INFRAESTRUTURA EM NÚMEROS

A partir das atividades supracitadas, e anterior informação sobre atuação da divisão através de números, atualiza-se as referidas informações para o devido acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos da divisão. Dito isto, declaram-se os seguintes números acerca da extensão das atividades da divisão:

- **20 colaboradores sob supervisão (5 servidores efetivos e 15 terceirizados)**
- **1.510 bens patrimoniais**
- **5 veículos em frota**
- **13 imóveis para manutenção**
- **76 contratos administrativos**



DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE PROCESSO ÉTICO

Executando o planejado no PPA traçado pelo órgão para o exercício de 2017, foi realizado processo licitatório para contratação de serviço de digitalização de documentos de processo ético do órgão. O serviço foi prestado pela empresa Apoio Gestão no 1º semestre do referido exercício, onde todos os processos éticos localizados no acervo do órgão foram retirados e digitalizados em todos os seus documentos.

Além da digitalização os documentos foram acondicionados em novas caixas para melhor conservação e organizados de modo catalogado em pen drive entregue pelo contratado ao Coren-BA, sendo tal ação considerada um projeto piloto para estudos futuros da guarda e conservação de arquivos do órgão.

A partir da ação executada o órgão passou a dispor de toda a informação de seus processos éticos disponível para rápido acesso e consulta, além da garantir melhoria na conservação de arquivos desta ordem, e, por conseguinte, do seu acervo institucional.

LEILÃO VEÍCULO PARATI

A partir de estratégia traçada no exercício de 2016, foi revista a inicial decisão do órgão em realizar doação do veículo Parati em razão de novos orçamentos e reconsideração sobre utilização do patrimônio do órgão. Assim sendo, ao 2º semestre do referido exercício foi realizado conserto do veículo, em custos estimados de 5 mil reais, sendo o mesmo novamente utilizado para as atividades de fiscalização do órgão, inclusive no aproveitamento de viagens.

Embora este reparo tenha gerado o aproveitamento supracitado, foi considerada a antiguidade do veículo e possibilidade de novos defeitos, sendo determinada a sua alienação. Assim sendo, foi realizada contratação de profissional competente para prover o leilão deste veículo. O leilão ocorreu ao 2º semestre de 2017, gerando recebimento no valor estimado de 13 mil reais ao Coren, cobrindo os custos do reparo efetuando e gerando ainda retorno financeiro a Autarquia.

AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA A RECEPÇÃO E NOVA SEDE

Seguindo estratégia conjunta traçada desde o exercício de 2015, a Divisão de Infraestrutura e a Divisão de TI elaboraram planejamento de aquisição de novos computadores para dar sequência à reforma do parque tecnológico do órgão.

A ação inicialmente tomada visou a substituição de todos os computadores utilizados nos postos de trabalho da recepção e do atendimento aos profissionais de enfermagem. A medida visou qualificar a estrutura de trabalho destes postos para garantir maior agilidade no processo de atendimento ao público e melhora dos resultados auferidos pelo Departamento de Atendimento.

A segunda etapa desta estratégia consistiu na aquisição de computadores para os novos postos de trabalho criados a partir da reforma da nova sede de órgão. Com a aquisição foi promovido um rodízio nas máquinas em uso pelos servidores, atingindo aos setores de Fiscalização, Infraestrutura, Contabilidade, TI, Controladoria, Jurídico, Comunicação, Processo Ético, Gestão de Pessoas, dentre outros. Desta forma, se promoveu a melhoria da estrutura de trabalho de diversos setores, garantindo a continuidade da renovação do parque tecnológico da sede em Salvador, carecendo, todavia, ainda de uma nova aquisição no exercício seguinte para finalização deste processo.

MUDANÇA E REFORMA DA SUBSEÇÃO DE ITABUNA

A partir de manifestação exercida pela subseção de Itabuna, foi realizada visita técnica no 2º semestre de 2016 para averiguação das condições infra estruturais da subseção. A partir da visita realizada foram destacados os seguintes aspectos observados: acessibilidade precária (prédio somente tinha acesso através de escadas); ausência de segurança no prédio; salas de atendimento e fiscalização não integradas; pintura desgastada (nunca houve desde a inauguração da sala); portas de acesso defeituosas; móveis antigos e em parte desgastados; dentre outros.

Ante a esta análise, e considerado o alto custo de reforma das salas sem sanar problemas essenciais como segurança e acessibilidade, se decidiu então realizar a mudança de endereço da subseção, o que veio a ocorrer no fim do 1º semestre de 2017, passando a subseção a funcionar no Edifício Comercial União, na mesma rua onde funcionava a antiga subseção.

Com a mudança foram realizadas reformas para adequação do espaço às necessidades da subseção, gerando por benefícios: integração entre salas de atendimento e fiscalização; garantia da acessibilidade (prédio dispõe de elevador); melhoria na segurança (prédio possui portaria e vigilância por 24 horas); qualificação da logística de atendimento com criação de sala de espera; dentre outros, carecendo, todavia, de se realizar aquisição de mobiliários para conclusão do processo de reforma, em se considerando que os quais estão atualmente em uso encontram-se deteriorados.

MUDANÇA E REFORMA DA SUBSEÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

De igual modo ao ocorrido na subseção da Itabuna, também no 2º semestre de 2016 foi realizada visita técnica para averiguação das condições infraestruturais da subseção de Vitória da Conquista. A partir da visita realizada foram destacados aspectos deficitários semelhantes aos encontrados em Itabuna, dentre os quais podemos destacar: ausência de segurança no prédio; pintura desgastada (nunca houve desde a inauguração da sala); espaço de atendimento bastante limitado; falha na conservação e limpeza do prédio pela administradora, quantidade de móveis insuficiente; instalação elétrica deficiente; dentre outros.

Ante a estes aspectos considerou-se também que a mudança de localização da subseção poderia gerar a resolução de problemas essenciais como segurança e limitação de espaço, o que veio a ocorrer no fim do 2º semestre de 2017, passando a subseção a funcionar no centro comercial Candeias Medical Center.

A partir da instalação no novo espaço também foram realizadas reformas para adequação deste às necessidades da subseção, garantindo a ampliação do espaço de atendimento ao público; ampliação do espaço destinado a fiscalização; criação de copa para uso dos servidores; e melhoria na segurança e acessibilidade ao órgão (prédio possui elevador, portaria e vigilância por 24 horas). Além destes fatores, foi determinando o reaproveitamento dos bens lotados na subseção de Camaçari (encerrada) para esta subseção, provendo-a dos bens necessários para o funcionamento do novo espaço, carecendo de mínimas adições para conclusão do processo de reforma.



ADEQUAÇÃO DE CONTRATO DE PORTARIA

Mediante capacitação recebida no final do exercício de 2016, foram detectadas diversas inconsistências no contrato de portaria em vigor no Conselho, tais como: inconsistência na jornada de trabalho dos funcionários; insuficiência de postos de trabalho; não ocorrência de reajustes de contrato ao longo dos anos; dentre outros.

Diante deste quadro, e da proximidade de encerramento do período de 60 meses do contrato administrativo em vigor, decidiu-se por elaborar novo processo licitatório para contratação da referida mão de obra. Assim sendo, promoveu-se no 2º semestre de 2017 a referida licitação para prover os ajustes necessários a execução deste contrato. Com a realização da licitação diversos ajustes foram realizados no contrato gerando benefícios aos funcionários contratados como acesso ao plano de saúde; acesso a plano odontológico; reforma de uniformes; adequação salarial a convenção coletiva da categoria; regulamentação da carga horária e postos de trabalho necessários; dentre outros.

Além dos benefícios gerados para os funcionários, a referida licitação proveu substanciais alterações sobre o termo de referencia para contratação de objeto relacionado ao âmbito da terceirização, com o estabelecimento da planilha-base de composição de preços do Coren-BA e ampliação de exigências quanto a qualificação do serviço prestado, ampliando os horizontes de melhoria no processo de contratações futuras de mão de obra desta linhagem.

ENCERRAMENTO DA SUBSEÇÃO DE CAMAÇARI

Conforme explanado no Relatório Analítico de 2016, já havia se iniciado estudo acerca do desempenho operacional das subseções do Coren-BA, indicando fechamento e fusões entre subseções existentes. A partir dos dados já levantados, e considerando as deliberações iniciais do período de cogestão entre a Diretoria Executiva e a nova diretoria eleita para gestão do triênio 2018-2020 do órgão, foi determinado ao final do exercício de 2017 o encerramento das atividades da subseção de Camaçari.

A partir do encerramento gerar-se-á enquanto benefícios para o Conselho a otimização dos custos relativos a manutenção da subseção (aluguel, condomínio, energia, etc.); o reaproveitamento de mão de obra necessária à sede em Salvador; e o reaproveitamento de mobiliários para equipagem da reformada subseção de Vitória da Conquista.



MUDANÇA DE SEDE

Objetivo principal traçado para o exercício de 2017, a mudança de sede do Coren-BA gerou diversas frentes de trabalho operacionalizadas ou auxiliadas a partir de ações desenvolvidas pela Infraestrutura.

De modo paralelo aos trabalhos de reforma desenvolvidos pela construtora CHS e fiscalizados pelo engenheiro Rogério Menezes, foi traçada uma linha de ações necessárias a prover a devida equipagem da sede para pô-la em funcionamento. Assim sendo, foram abertos cerca de 26 processos administrativos de licitação ou dispensa de licitação, para efetivar as aquisições necessárias ao alcance do objetivos, dentre as quais destacam-se: aquisição de catraca e sistema de controle de acesso; aquisição de sistema de gerenciamento de fila; aquisição de móveis de escritório e móveis planejados; instalação de bancadas em mármore e granito; instalação de espelhos e portas de vidro; dentre outros.

Para o devido acompanhamento e execução destes projetos a divisão, juntamente com a divisão de TI, traçou um cronograma de trabalho com estabelecimento de fases para cada objeto contratado. Esse cronograma acompanhou de modo paralelo todo o trabalho de conclusão da reforma do prédio que abriga a nova sede, de modo a executar cada objeto que era complementar aos trabalhos da reforma, conseguindo concluir todo o cronograma dentro do prazo estipulado para inauguração da nova sede.

Destaca-se que dentre estes processos um dos que mais requereu atenção foi o da execução do transporte dos bens para mudança à nova sede. Para realização deste processo foram levantados todos os layouts da nova sede e projetado o aproveitamento, remanejamento ou inutilização do mobiliário de cada setor do órgão em face das mudanças decorrentes da mudança de sede, trabalho este que forneceu insumos para o planejamento de aquisição de novos mobiliários destacada acima. Com a conclusão desta etapa e contratação de empresa responsável pelo transporte, foi acordada a realização da mudança no feriado de 12 de outubro, com a supervisão das divisões de Infraestrutura e TI. O processo contou com a presença de 9 servidores e 2 estagiários da equipe do Coren e mais 10 colaboradores da transportadora contratada, tendo durado cerca de 2 dias e concluído com sucesso dentro do planejamento traçado.



CONSIDERAÇÕES

Ante as informações contidas no presente relatório destaca-se que o objetivo principal traçado para o exercício de 2017, a mudança de sede do Coren, foi alcançado com pleno sucesso, com o cumprimento do cronograma traçado e consecução de todos os objetos contratados. A par deste projeto, outras ações de melhoria da infraestrutura do órgão foram executadas, em especial na continuidade da qualificação de suas subseções. Ademais, a divisão encontra-se com estrutura de trabalho qualificada, carecendo, todavia, de maior reforço no capital humano utilizado para suas atividades.

3.4.4 CÂMARAS TÉCNICAS

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no exercício de 2017 pelo Setor de Câmaras Técnicas, decorrentes de reuniões ordinárias e atividades educativas desenvolvidas pelas Câmaras, Comissão Permanente de Ética e Grupos de Trabalho (GTs) constituídos a partir de Portarias baixadas pela Sra. Presidente.

Em 2017 o Setor contava com 3 Câmaras Técnicas, 1 Comissão Permanente de Ética de Enfermagem e 6 Grupos de Trabalho.

São eles:

- Câmaras Técnicas de Atenção à Saúde (CTAS), de Ensino e Legislação de Enfermagem (CTELE) e de Atenção à Saúde da Mulher (CTASM);
- Grupos de Trabalho de Atenção Básica (GT/AB), de Saúde Mental (GT/SM), de Práticas Integrativas e Complementares (GT/PICs), de Cuidados Paliativos (GT/CP, de Sistematização da Assistência de Enfermagem (GT/SAE) e de Feridas (GT/Feridas).

Por meio destes grupos mantivemos o estreitamento de relações entre profissionais e o Conselho, através do atendimento às solicitações de Pareceres Técnicos, esclarecimentos de dúvidas diversas e realizações de atividades educativas como cursos, oficinas, rodas de conversas dentre outras, visando sempre a qualificação profissional. Consideramos de extrema importância para o Conselho a participação de expertises na sua gestão, entendendo a preocupação com o profissional que se encontra no mercado de trabalho.



Continuamos com as atualizações do nosso cadastro, a partir das consultas e das solicitações de inscrição nos eventos, e de manter o vínculo efetivo e afetivo com todos os colaboradores externos, que vêm contribuindo com a valorização da enfermagem através do Conselho.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Reunião com o CREMEB – esse encontro ocorreu no dia 06 de março, com a presença dos membros da Câmara Técnica de Atenção à Saúde, juntamente com a coordenadora do setor Lúcia Farias e com a Sra. Presidente Maria Luísa. O objetivo foi discutir os Pareceres Técnicos emitidos pela Câmara sobre as Atribuições dos Técnicos de Enfermagem nos serviços de Endoscopia Digestiva e Acolhimento com Classificação de Risco.

2. Reunião da CONATENF - em 09 de fevereiro, o COREN-Ba recebeu a Comissão Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do COFEN (CONATENF), dando início ao projeto CONATENF itinerante que tem como objetivo reunir profissionais de enfermagem de nível médio para conscientizá-los e informá-los sobre a participação desta comissão no COFEN.

3. Comemoração do Dia do Sono – no dia 13 de março ocorreu, no auditório da autarquia, a palestra sobre O SONO QUE ALIMENTA proferida por Kenya Felicíssimo, doutora em biotecnologia, certificada pela Sociedade Brasileira do Sono. Contamos com 20 participantes para uma previsão de 40 profissionais.

4. Café com a Presidente - DIALOGAR E GERIR CONFLITOS: UMA ESCOLHA SAUDÁVEL – ocorreu no dia 01º de setembro, no Hotel Porto Belo, em Ondina, mais uma edição desse acolhedor encontro entre a Presidente com as/os Enfermeiras(os) RTs de diversas instituições de saúde. Em seguida, ouvimos a Mestre em Desenvolvimento em Gestão Social e criadora do DGCC – Diálogo e Gestão de Conflitos no Desenvolvimento de Lideranças, professora Vivina Machado, que falou da comunicação dialógica e gestão criativa para lidar com conflitos. Participaram também representantes das organizações políticas da enfermagem baiana, como ABEN seção Bahia e SEEB – Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia. Após a palestra, tivemos a oportunidade de ouvir inúmeras colegas que se colocaram sobre o importante papel do Conselho na atualidade, e expressaram gratidão pela maneira colaborativa com que temos desenvolvido nosso trabalho. Contamos com 63 participantes para uma previsão de 100 profissionais.



5. 78ª Semana Brasileira de Enfermagem - Boas práticas de Enfermagem e a construção de uma sociedade democrática - e a Semana de Enfermagem do Sistema Cofen/Corens - Enfermagem na linha de frente transformando o cuidado:

i. Salvador

Dias 18 e 19/05 – No primeiro dia o evento foi iniciado com acolhimento e técnicas de harmonização desenvolvidas por profissionais de Práticas Integrativas, sendo estendido este momento a todas as Subseções. Tivemos uma conferência magna proferida pela profa. Petilda Vazques sobre “A DEMOCRACIA E A GARANTIA DO DIREITO UNIVERSAL À SAÚDE”.

Em seguida, temas como: Conflitos no trabalho em enfermagem, Aspectos éticos e legais da dobra de plantão e Segurança do Paciente foram amplamente debatidos, contando com a participação de ilustres colegas na condução dos trabalhos, além do Subprocurador do Ministério Público do Trabalho.

Destacamos ainda, um curso com carga horária de 4 horas, promovido pelo GT/Feridas deste regional, sobre “Novas abordagens no tratamento de feridas”.

No segundo dia tivemos uma excelente Palestra sobre “Enfermagem na linha de frente transformando o cuidado”, Mesa Redonda sobre “Organização política em enfermagem e os desafios atuais” e Mesa redonda sobre “Práticas avançadas na atenção básica”. Contamos com 128 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

ii. Subseção Alagoinhas

Dia 23/05 – Realizou-se a VIII edição da Caminhada da Saúde, abrindo a Semana Integrada de Enfermagem, em Alagoinhas. Temas que abordaram a segurança do paciente, os novos campos de atuação da Enfermagem e a legislação e questões éticas no exercício de Home Care, foram debatidos durante as palestras. Contamos com 76 participantes, para uma previsão de 100 profissionais.

iii. Subseção de Barreiras

Dia 05/05 - Foi aberto pela apresentação cultural do Grupo Flor do Trovão e a palestra da noite foi ministrada pelo enfermeiro e professor Handerson Santos, que discutiu o erro e a precarização do trabalho em enfermagem. Contamos com 34 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

iv. Subseção Feira de Santana

Dia 12/05 - No início da manhã, aconteceu a conferência “Processo de trabalho da enfermeira em diferentes países”, com a enfermeira Juliana Alves Leite Leal. Uma



palestra sobre as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) foi ministrada pela enfermeira Simone Cardoso. O evento aconteceu no Anfiteatro Módulo 2 UEFS para profissionais e estudantes. Contamos com 290 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

v. Subseção Guanambi

Dia 19/05 - No início da manhã, aconteceu o acolhimento com as Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, orientado pela a professora de Práticas Integrativas no Ambulatório do Complexo HUPES, enfermeira Louisa Huber, que promoveu uma sessão de Qi Kong. A Enfermeira, coordenadora do CAPS de Brumado, Leiliane Martins falou sobre estigmas da depressão. Flávia Alves, mestre em Atenção à Saúde e docente da Faculdade de Guanambi, ministrou palestra sobre segurança do paciente. Ricardo Bruno Santos, docente do curso de enfermagem da UNEB Campus XII, palestrou sobre os desafios da enfermagem em tempos de crise. Contamos com 94 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

vi. Subseção Irecê

02/06 - Seminário com carga de 8 horas, onde também abordamos sobre Segurança do Paciente, Importância das Organizações Políticas da Enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem. Contamos com 41 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

vii. Subseção Itabuna

Dia 02/06 – Realizou-se um acolhimento e harmonização com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Houve palestra sobre a Segurança do Paciente com a Enfa. Elisa Auxiliadora Ribeiro (membro da Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente/Polo Bahia). Contamos com 66 participantes em Itabuna para uma previsão de 100 profissionais.

viii. Subseção Jequié

Dia 01/06 - Realizaram seminários com carga horária de 4 horas, e programação estabelecida pela sede em concordância com o Enfermeiro fiscal do interior. Abordado também sobre “Segurança do Paciente” e “Importância das Organizações Políticas da Enfermagem”. Contamos com 54 participantes em Jequié para uma previsão de 100 profissionais.

ix. Subseção Juazeiro

Dia 19/05 - Os participantes assistiram a palestras sobre os seguintes temas:



segurança do paciente, importância das organizações políticas da Enfermagem, o protagonismo da Enfermagem na assistência segura, entre outros. O grupo de canto *Acordes que Curam* promoveu o acolhimento do público. Contamos com 41 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

x. Subseção Paulo Afonso

Dia 12/05 – No evento foi lançada a Portaria Municipal que regulamenta a atividade da (o) enfermeira(o) na Atenção Básica, no que diz respeito à prescrição de medicamentos e solicitação de exames.

xi. Subseção Teixeira de Freitas

Dia 09/06 – Nesse evento houve as seguintes abordagens: Processo de Enfermagem e o pensamento crítico com o Enf^o Rudval Souza Teorias; Teorias de Enfermagem com a Enf^a Ieda Santos; Taxonomias da Enfermagem e Discussão de Casos Clínicos coordenados também pelos Enfermeiros Rudval Souza e Ieda Santos, membros do GT de SAE deste Regional. Contamos com 42 participantes para uma previsão 100 profissionais.

xii. Subseção de Vitória da Conquista

Dia 31/05 - A aromatóloga e psicoaromaterapeuta, coordenadora das Práticas Integrativas e Complementares com aromaterapia no Ambulatório Magalhães Neto, Ana Cláudia Figueirêdo dos Santos, foi a primeira palestrante do evento. O professor Luís Rogério Cosme tratou da importância das organizações políticas da Enfermagem. A enfermeira Rosângela Louissette ministrou palestra sobre Segurança do Paciente. Já Leila Silva Meira, coordenadora do Serviço de Acolhimento com Classificação de Risco do Hospital Geral de Vitória da Conquista, palestrou sobre Acolhimento com Classificação de Risco. Contamos com 78 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

6. Outubro-Rosa - no dia 26 de outubro, à tarde, realizou-se uma Mesa-Redonda sobre o Câncer de Mama: **DIAGNÓSTICO PRECOCE DO CÂNCER DE MAMA**, com as seguintes presenças: Enfa. Marlize Cardoso, Tatiana Amorim e a TE Dilene Matos, no auditório do Conselho. Contamos com 25 participantes para uma previsão de 40 profissionais.

7. 5º EBATE - ENCONTRO BAIANO DE AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM – esse evento ocorreu no Hotel Fiesta, no dia 24 de novembro, coordenado por Comissão constituída por Conselheiros Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. **ENFERMAGEM E CIDADANIA – NENHUM DIREITO A MENOS** foi o



tema central, apresentado em conferência proferida pela professora Ivone Evangelista Cabral, doutora em Enfermagem, Coordenadora do programa de pós-doutorado do núcleo de pesquisa de Enfermagem em saúde da criança do CNPq. Na sequência, tivemos uma Mesa-Redonda sobre Impactos éticos das reformas trabalhistas e previdenciárias para os profissionais de enfermagem, com amplo debate sobre o assunto. À tarde, cumprimos uma extensa agenda com atividades complementares como: Minicurso sobre Novas abordagens no tratamento de feridas e Diálogos temáticos; Enfrentamento dos profissionais de enfermagem nas questões de violência; Aspectos éticos e legais da dobra de plantão; Precarização do trabalho em enfermagem em hospitais públicos; Reformulação da nova política nacional de atenção básica e o papel dos Técnicos e Auxiliar de enfermagem neste contexto.

Registramos, ainda, a brilhante apresentação do coral formado por profissionais de enfermagem da Maternidade de Referência Professor José Maria de Magalhães Neto e a campanha solidária na doação de linhas de algodão em adesão ao **Projeto Abrace este Polvo**. Contamos com 208 participantes para uma previsão de 300 profissionais.

ATIVIDADES DAS CÂMARAS TÉCNICAS E GTs

1. CÂMARA TÉCNICA DE ATENÇÃO À SAÚDE

- ✓ Câmara Técnica instituída pela Portaria de nº 359, de 12 de junho de 2017;
- ✓ Realizadas 08 reuniões ordinárias para elaboração de Pareceres Técnicos e programações de atividades educativas para profissionais externos;
- ✓ Participação em reuniões plenárias do COREN-Ba para homologação de Pareceres Técnicos emitidos pela CTAS. No total de 12 Pareceres Técnicos elaborados em 2017, 09 pertencem a essa Câmara.

2. CÂMARA TÉCNICA DE ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM

- ✓ Câmara Técnica instituída pela Portaria de nº 032, de 20 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 08 reuniões ordinárias;
- ✓ I Encontro de Ensino da Ética na Enfermagem: Constatações, Desafios e Perspectivas, no Auditório da Escola de Enfermagem da UFBA, no dia 24 de agosto, das 9h às 16h. Contamos com 77 participantes para uma previsão de 100 profissionais;



- ✓ Reunião Ampliada com a Fiscalização, a Presidente Maria Luísa de Castro Almeida, ABEn, Escolas e SESAB, na sala das Câmaras Técnicas, no dia 31 de agosto, das 9h às 12h.
- ✓ Reunião Ampliada com a Fiscalização, na Escola de Enfermagem da UFBA, no dia 28 de setembro, das 9h às 12h.

3. CÂMARA TÉCNICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER

- ✓ Câmara Técnica instituída pela Portaria de nº 033, de 20 janeiro de 2017
- ✓ Realizadas 06 reuniões ordinárias para discussões de assuntos pertinentes à assistência de enfermagem obstétrica;
- ✓ Participação de dois membros da Câmara Técnica no I Encontro Nacional e Internacional de Enfermagem Ginecológica, realizado no Rio de Janeiro, no período de 05 a 07 de abril;
- ✓ Reunião com a URC para orientações sobre o registro de títulos de especialistas em obstetrícia;
- ✓ Realização, em 12 de setembro, do Minicurso de Emergências Obstétricas – Hemorragias e Síndromes Hipertensivas para profissionais enfermeiros e técnicos que atuam em maternidades. Carga horária de 8 horas, disponibilizadas 50 inscrições, contando com a participação efetiva de 31 profissionais, apesar de ampla divulgação;
- ✓ Participação de membro da CTASM, no X Congresso Brasileiro de Enfermagem Obstétrica – COBEON, no período de 1º a 04 de novembro, em Campo Grande - MTS.

4. GT DE ATENÇÃO BÁSICA

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 055, de 27 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 06 reuniões ordinárias.

5. GT DE SAÚDE MENTAL

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 054, 27 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 10 reuniões ordinárias;
- ✓ Seminário - Enfermagem e Saúde Mental: O Desvelar de Práticas em Novos Caminhos – no dia 27 de julho, no Auditório da Escola de Enfermagem da



UFBA, das 8h às 17h, ocorreu o primeiro seminário do GT de Saúde Mental voltado para os trabalhadores de enfermagem da Rede de Atenção Psicossocial. Contamos com 121 participantes para uma previsão de 100 profissionais.

- ✓ Reunião Ampliada com os participantes do Seminário, no auditório do Coren-Ba, no dia 08 de novembro, das 14h às 17h. Houve a presença de 17 participantes para uma previsão de 50 profissionais.

6. GT DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 056, 27 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 03 reuniões ordinárias;
- ✓ I Seminário de Práticas Integrativas, no dia 20 de novembro, no auditório do COREN-Ba, das 8h às 17h. Houve a presença de 22 participantes para uma previsão de 50 profissionais.

7. GT DE CUIDADOS PALIATIVOS

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 034, de 20 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 4 reuniões ordinárias;
- ✓ Ainda no mês de janeiro deu-se a primeira reunião ordinária, onde houve apresentação dos membros deste GT e foram planejadas atividades para o ano em curso. Nesta oportunidade, foi feito um mapeamento dos serviços de Enfermagem que trabalham nas perspectivas dos Cuidados Paliativos, através do conhecimento dos membros deste GT;
- ✓ Em 10 de março na segunda reunião, foram elaboradas propostas para realização de um evento científico sobre esta temática;
- ✓ Em 12 de maio, no auditório do Hospital Aliança, ocorreu o I Encontro do GT de Cuidados Paliativos, tendo como tema central a “Atuação da Enfermagem na Equipe de Cuidados Paliativos”. Tivemos 43 participantes para uma previsão de 100 profissionais de enfermagem. Contamos com a parceria do Hospital Aliança, SOS Vida (Home care), Hospital Santa Izabel, Clínica Florence, Hospital Córdio Pulmonar e Assiste Vida (Home Care). A programação discutiu as questões conceituais e filosóficas dos Cuidados Paliativos, as competências do Enfermeiro na atuação junto à equipe destes



cuidados, Desospitalização e cuidados paliativos – é possível? e Paciente não oncológico em cuidados paliativos: atuação interdisciplinar. Após, ocorreram discussões de casos clínicos e contamos ainda com um relato de experiência da Enfa. Carla Mazuko do Serviço de Enfermagem da Estratégia da Saúde da Família do município de Rio Grande, (RS), referência nos Cuidados Paliativos na Atenção Básica. Convidada pelo Coren, apresentou a experiência exitosa do seu serviço naquele estado. Finalizamos com um coquetel comemorativo ao dia do Enfermeiro;

- ✓ Além destas atividades, elaboramos Parecer Técnico de Nº 004/2017 que trata sobre a Competência Técnica da equipe de enfermagem na realização de hipodermóclise, já homologado pela Pleno deste Conselho;
- ✓ Foram elaboradas propostas de atividades para o exercício de 2018, apresentadas abaixo: Construção de Cartilha – Enfermagem em Cuidados Paliativos; Realização de 2 Seminários na sede do COREN, sendo um no 1º semestre e outro no segundo semestre – ambos para discutir os cuidados de enfermagem ao paciente em Cuidados Paliativos e família e o uso da via subcutânea e os mitos da morfina; Realização de Seminários nas Subseções de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro e Itabuna, com a proposta de discutir o mesmo conteúdo dos seminários da sede.

8. GT DE SAE

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 035, 20 de janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 11 reuniões ordinárias, onde foram programados eventos para capacitação de profissionais na aplicação do processo de enfermagem;
- ✓ Em 30 de janeiro, foi promovido o I Encontro do GT/SAE com profissionais externos que participaram da série de Oficinas realizadas em 2016, contando com a participação de 41 participantes, onde foram feitas avaliações sobre a implantação do processo de enfermagem nas diversas instituições de saúde;
- ✓ Em março e abril, ocorreram mais 2 reuniões com equipes de SAE de Instituições diversas, onde foram discutidas etapas do processo de enfermagem no que se refere a diagnósticos de enfermagem. Contamos com a participação média de 37 e 18 participantes, respectivamente;



- ✓ Ao longo do ano, estendemos nossas atividades a municípios sede de subseções, levando aos profissionais do interior, capacitação sobre o Processo de Enfermagem: As Oficinas ocorreram em: Alagoinhas (com 30 participantes), Camaçari (com 46 participantes) e Feira de Santana (com 39 participantes). Para todas a previsão era de 50 profissionais;
- ✓ Com a proposta de discutir a SAE na formação dos profissionais, promovemos, no dia 09 de outubro, no auditório do COREN-Ba, das 8h às 12h, reunião com Coordenadores de Cursos de Técnicos de Enfermagem, visando a inserção desta matéria na matriz curricular. Contamos com 11 participantes para uma previsão de 25 profissionais.

9. GT DE FERIDAS

- ✓ Grupo de trabalho instituído pela Portaria de nº 036, de 20 janeiro de 2017;
- ✓ Realizadas 08 reuniões ordinárias, onde foram discutidos assuntos pertinentes. Estudos e discussão da Resolução COFEN 529/2016, que normatiza a atuação do Enfermeiro na área de estética, considerando as inúmeras consultas de colegas sobre o assunto;
- ✓ Emitidas 14 respostas técnicas em resposta às consultas profissionais;
- ✓ Participação de Membros do GT no 22º Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Diabetes – em São Paulo;
- ✓ Participação em reuniões plenárias do COREN-Ba para homologação de Pareceres Técnicos emitidos pelo GT;
- ✓ Representação do COREN-Ba em evento científico no Município de Paulo Afonso;
- ✓ Coordenação, elaboração e oferta de Minicurso: Novas Abordagens no Tratamento de Feridas em dois eventos promovidos pelo COREN: Comemorações da Semana Integrada de Enfermagem, contando com ... participantes para uma previsão de 200 pessoas. E no EBATE – Encontro de Auxiliares e Técnicos, já na sua 5ª edição, contamos com 108 participantes para uma previsão de 100 profissionais.



10. COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA

- ✓ Comissão instituída pela Portaria de nº 358, de 09 de junho de 2017;
- ✓ Realizadas 04 Reuniões ordinárias para planejamento de ações de suporte às diversas Comissões de Ética das Instituições de Saúde, instaladas;
- ✓ Reunião Plenária para composição da Comissão de reformulação do Código de Ética, atendendo determinação do COFEN. Composta esta Comissão, foram realizadas reuniões com a participação do Departamento de Fiscalização, para estudo, propostas de reformulação do código e estabelecimento de cronograma para as pré-conferências como sugerido pelo Conselho Federal. Realizado amplo debate com os profissionais de enfermagem, em 07 pré-conferências, inclusive no interior do estado, a exemplo de Salvador (com 44 participantes), Vitória da Conquista (com 49 participantes), Juazeiro (com 16 participantes), Feira de Santana (com 79 participantes), Paulo Afonso (com 101 participantes), Alagoinhas (com 31 participantes) e Itabuna (com 26 participantes), municípios onde se concentra a maior população de profissionais. Em cada localidade nossa expectativa era de 100 profissionais.

EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS

Em 2017, foram emitidas 21 Respostas Técnicas e doze Pareceres Técnicos solicitados por profissionais externos. Mantido o fluxo de encaminhamento aos Conselheiros para análise e, posteriormente, à Plenária para homologação, sempre com a presença de um representante da Câmara Técnica correspondente, para os devidos esclarecimentos. Com esta medida, agilizamos sua publicação no site da Autarquia.

Seguem abaixo os Pareceres Técnicos e as Câmaras ou GTs correspondentes:

- 1) PT 001 COLETA DE PRODUTOS PARA SAÚDE PELA EQUIPE DO CENTRO DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO – CTAS
- 2) PT 002 GUARDA DE RELATÓRIO DE ENFERMAGEM – GT de SAE
- 3) PT 003 SUSPENSÃO DE MEDICAMENTOS PRESCRITOS – CTAS
- 4) PT 004 HIPODERMOCLISE – GT de Cuidados Paliativos
- 5) PT 005 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM PICC – CTAS
- 6) PT 006 ENFERMEIRO ESF (ainda não homologado) – GT de Atenção Básica
- 7) PT 007 ALTA A PEDIDO – CTAS



- 8) PT 008 MANIPULAÇÃO DE GASES MEDICINAIS – CTAS
- 9) PT 009 ENFERMEIRO ESCOLAR – CTAS
- 10) PT 010 AUDITORIA EM SAÚDE – CTAS
- 11) PT 011 PUNÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ACESSO ARTERIAL – CTAS
- 12) PT 012 TECNICOS EM RADIOLOGIA – CTAS

PARTICIPAÇÃO NA CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM

Foram realizadas duas reuniões por esta Comissão, com propostas de atividades ampliadas para participação de profissionais externos e elaboração de documento que foi enviado ao COFEN, conforme cronograma deste.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

SEMINÁRIO DE ENFERMAGEM ESTÉTICA E AS INTERFACES PROFISSIONAIS – realizado em Brasília - Leda Borges, Membro do GT de Feridas.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – promovido pelo COFEN, em Brasília – Engrácia Lima, Conselheira e Membro da CTELE.

PALESTRA NA FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE, EM VITÓRIA DA CONQUISTA – Enfa. Rita Calfa, membro da CTASM.

REUNIÃO TÉCNICA DO PROJETO SWAP BAHIA EM SALVADOR - Enfa. Keury Thaisana Rodrigues dos Santos Lima, Membro da CTASM

PALESTRA NO MUNICÍPIO DE OUROLÂNDIA / PARTO ADEQUADO – Enfa. Rita de Cássia V. Gramacho, Membro da CTASM.

II JORNADA DE ENFERMAGEM DA UNIME EM LAURO DE FREITAS – Enfa. Keury Thaisana Rodrigues dos Santos Lima, Membro da CTASM

PALESTRA NO INED SOBRE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM – Enfa. Ieda Santos, Membro do GT de SAE

12º SINADEn/SIMPÓSIO NACIONAL DE DIAGNÓSTICO EM ENFERMAGEM – realizado em Recife – Enf. Rudval Souza, membro do GT de SAE.



INDICADORES DE QUALIDADE DO SETOR DAS CÂMARAS TÉCNICAS

EVENTOS PLANEJADOS	EVENTOS REALIZADOS	EVENTOS NÃO REALIZADOS	EVENTOS NÃO PLANEJADOS E REALIZADOS
Café com a Presidente	100%		
Comemoração SEBEn em Salvador	100%		
Comemoração SEBEn nas 11 Subseções	100%		
Encontro Baiano de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (EBATE)	100%		
Outubro Rosa	100%		
Novembro Azul		0%	
Reunião com o CREMEB			100%
Reunião da CONATENF			100%
Comemoração do Dia do Sono			100%
I Seminário de Saúde Mental	100%		
I Seminário de Enfermagem em Cuidados Paliativos	100%		
Emergências obstétricas – hemorragias e síndromes hipertensivas – CTASM	100%		
Cumprimento de agendas das CTs, GTs e CPEEn	90%		
Oficinas do GT SAE	100%		
Minicursos do GT Feridas	100%		
I Seminário de Práticas Integrativas e Complementares (PICs)	100%		

3.4.5 PROCURADORIA JURÍDICA

Introdução

Inicialmente, a Procuradoria Geral do Coren-BA é composta por 01 (uma) Procuradora Geral, 02 (duas) Assessoras Jurídicos, 01 (uma) Advogada concursada, 03 (três) servidores concursados, os quais desempenham funções gratificadas, a fim de auxiliar as atividades dos profissionais técnicos no setor.

No que diz respeito às atividades, estas consistem na atuação plena dos advogados e assessores jurídicos em demandas técnico-jurídicas de interesse da Autarquia, seja em processos administrativos, seja em processos judiciais.

Ressalta-se que as atribuições compreendem a realização de assessoria e de consultoria aos Conselheiros e à Diretoria em matérias finalísticas ou não, bem assim o assessoramento às licitações, contratos e convênios realizados pela Autarquia.

Quanto aos objetivos estratégicos da Procuradoria Geral, destacamos: i) manter o alinhamento da gestão do Coren-BA aos princípios da Administração pública federal e às instruções e provimentos do conselho federal; ii) fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem fundamentado na lei do exercício profissional, no código de ética e nas normas disciplinares como instrumentos de orientação da prática da profissão e iii) promover medidas administrativas de lançamento e recuperação de créditos.

Para tanto, adotamos como iniciativas estratégicas a ampliação as discussões das normativas do Cofen que possuam divergências de entendimento, bem assim identificar, notificar e encaminhar aos órgãos competentes o subdimensionamento de pessoal de enfermagem das unidades de saúde do estado da Bahia e, finalmente, adotar estratégias de redução de profissionais inadimplentes, com o objetivo de ampliar a oferta de melhores serviços aos profissionais de enfermagem e a sociedade.

Sobre os planos de ação, a Procuradoria Geral propõe assessorar a gestão do Conselho Regional diante das divergências de entendimento frente aos princípios da administração pública federal e às instruções e provimentos do Conselho Federal, ingressar com Ações Civas Públicas na Justiça Federal e representações no Ministério Público e demais órgãos competentes, participar de audiências, participar de reuniões nas subseções do conselho, nas unidades de saúde e em demais órgãos públicos e privados, inscrever profissionais de enfermagem inadimplentes na dívida ativa, realizar o protesto das dívidas

de anuidades do conselho regional de profissionais de enfermagem inadimplentes, ingressar com Execuções Fiscais na Justiça Federal e qualificação do pessoal.

Cobranças administrativas e judiciais

Prefacialmente, no ano de 2017, foram enviadas notificações aos profissionais inadimplentes entre os anos de **2012** a **2016** para inscrição na dívida ativa ou protesto cartorário, aguardando o retorno dos avisos de recebimento.

Neste mesmo período, foram ajuizadas **1241** ações de execução fiscal em face de profissionais inadimplentes, que mesmo instados a comparecer para regularizar a situação financeira perante a Autarquia, restaram inertes. Assim, o custo para a propositura das referidas ações judiciais representa o total de **R\$8.687,00 (oito mil e seiscientos e oitenta e sete reais)** a título de custas e demais despesas processuais. Finalmente, com a propositura das ações judiciais mencionadas, estima-se arrecadação de **R\$919.592,04 (novecentos e dezenove mil e quinhentos e cinquenta e noventa e dois reais e quatro centavos)**.

O protesto, entre os meses de fevereiro e março de 2017, contou com a inscrição de **165** profissionais inadimplentes nos municípios de Cachoeira, Guanambi, Itapetinga, Santo Antônio de Jesus, Simões Filho, Amargosa, Amélia Rodrigues, Brumado, Camaçari, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas com previsão de arrecadação no importe de **R\$177.198,98 (cento e setenta e sete mil e cento e noventa e oito reais e noventa e oito centavos)**. Dos profissionais protestados, **21** firmaram acordo, sendo o valor arrecadado de **R\$24.619,32 (vinte e quatro mil e seiscientos e dezenove reais e trinta e dois centavos)**.

Importante salientar que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, através da Lei Estadual nº13.600/2016, fixou as custas processuais e de despesas cartorárias, incluindo as despesas com o protesto. Todavia, em que pese a isenção conferida aos Conselhos de Fiscalização Profissional no ano de 2016, a Tabela I de Despesas Judiciais de 2017, com vigência a partir de 16/03/2017, suprimiu tal prerrogativa, conforme item “II – Isenções e Gratuidades”.

Portanto, em virtude da cobrança de custas antecipatórias para a inscrição dos débitos de anuidades dos Conselhos de Fiscalização Profissional, incluindo o Coren-BA, obrigou esta PROJUR a suspender o procedimento, considerando os vultosos valores que deveriam ser dispendidos sem, contudo, contar com a certeza de retorno financeiro dos protestos.



Ainda, para as ações que se encontram tramitando junto ao Poder Judiciário, foram realizadas **896** elaborações de peças processuais das mais variadas naturezas – por exemplo, suspensão do feito, extinção do feito por pagamento, contestações, contrarrazões e outras - cujo quantitativo segue representado através da planilha adiante:

EXTINÇÃO	SUSPENSÃO	PROSSEGUIMENTO	DIVERSAS	TOTAL
128	111	260	397	896

Por fim, foram recebidos **175** pedidos de isenção de anuidade através de requerimento administrativo e encaminhados para elaboração de parecer, sendo **92** deferidos e **83** indeferidos.

Trabalhista

No ano de 2017 a carteira trabalhista da Procuradoria Geral atuou em **05** reclamações trabalhistas propostas por empregados que foram dispensados.

Extrajudicialmente, a carteira trabalhista atua diariamente prestando orientações nas demandas da Presidência e do Setor de Gestão de Pessoas, bem assim respondendo as demandas emanadas pelos próprios funcionários através de consultas que importam em pareceres.

Ações Cíveis Públicas

No que diz respeito às atividades desenvolvidas para a propositura de ações cíveis públicas, foram recebidas nesta Procuradoria **83** processos administrativos oriundos do serviço de fiscalização para o envio de **181** notificações extrajudiciais para ajustes das irregularidades apontadas nos relatórios dos enfermeiros fiscais no prazo de 10 (dez) dias e, em razão do descumprimento do prazo, foram propostas **45** ações cíveis públicas.

Além da propositura das ações cíveis públicas, foram realizados **314** atos processuais, dentre os quais se encontram: **05** apelações; **22** contrarrazões; **39** petições de juntada de relatórios atualizados; **83** petições diversas; **19** réplicas; **93** solicitações de cópias; **29** petições de produção de provas; **02** alegações finais e; **22** petições requerendo a execução. Outrossim, foram realizados deslocamentos para a realização de audiências judiciais na Capital e nas Comarcas do Interior.



Atividades da Procuradora Geral

No que tange às atividades como Procuradora Geral, somando-se às atividades realizadas para a fiscalização, precisamente na propositura de ação civil pública, foram confeccionados **141** despachos com diversos teores e finalidades.

Ademais, foram realizados deslocamentos para o Cofen, Coren-AM e Coren-MS, a fim de realizar atividades voltadas ao CTFIS e demais atividades auxiliares para o desenvolvimento do Sistema Cofen/Corens. Igualmente, houve a participação no SENAFIS. Outrossim, deslocamentos para o interior da Bahia para acompanhar audiências de instrução de Processos Éticos e Disciplinares.

Por fim, foram desenvolvidas também participações em reuniões de colegiado e outras que exijam a participação da Procuradora Geral em questões que envolvem o Conselho, nos mais variados órgãos municipais, estaduais e federais, por exemplo, Secretarias de Saúde, Ministérios Públicos e outros.

Considerações

As atividades desenvolvidas nesta Procuradoria Geral podem ser mensuradas através da confecção de peças processuais, pareceres e demais documentos que exigem a atuação desta equipe. Todavia, considerando que outras atividades desenvolvidas neste setor não se resumem apenas a produção técnica documental, restam inviabilizadas de contabilizá-las.

3.4.6 COMUNICAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação no ano de 2017 contemplaram a produção de eventos, coberturas jornalísticas, peças gráficas, gerenciamento de redes sociais, além do suporte dado aos diversos setores do Conselho.

Rede Social

- A página do Coren-BA no Facebook começou o ano de 2017 com 20.928 curtidas e, em 31 de dezembro, tinha 24.865. No balanço do ano, foram obtidas 3.937 novas curtidas. Um déficit de cerca de 3,9% de curtidas com relação a 2016.
- De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017 foram efetuados em torno de 630 postagens no Facebook com uma média de 12 postagens por semana. Foram cerca de 80 postagens a mais que em 2016, devido ao aumento de veiculação de cards produzidos por profissional da própria assessoria e não por prestador de serviço.

O Coren-BA participou de campanhas voltadas à saúde, orientou sobre segurança profissional, apresentou pareceres técnicos, publicou conquistas de Ações Cíveis Públicas, eventos do Conselho através de Cards publicados no Facebook. Foram publicados cerca de 180 Cards.

- No mês de maio, quando é comemorado o mês da enfermagem, o alcance orgânico da página teve um pico de mais de 57, 427 mil pessoas alcançadas por postagem. Houve um aumento de cerca de 2% do alcance, comparado ao ano 2016; um número alto, levando-se em consideração a redução drástica do alcance orgânico promovido pelo Facebook no último ano. O alcance das publicações é o número de pessoas às quais foram exibidas as publicações da página do Coren-BA.



Newsletter

- Às segundas-feiras, um boletim eletrônico é produzido com as principais notícias da semana, notas oficiais e comunicados para ser enviado, via e-mail, aos profissionais de enfermagem inscritos no Conselho. Ao todo, em 2017, foram enviadas 59 Campanhas aos quase 81 mil e-mails cadastrados. A média de visualizações por e-mail foi de 2%. Embora tenha havido aumento no número de e-mails (em 2016 foram enviadas 33 campanhas para 76 mil e-mails), não houve alterações no percentual de visualizações, com relação aos anos anteriores. A média é de 2 a 3%.

Matérias

- Ao longo do ano de 2017, a Divisão de Comunicação produziu em torno de 200 matérias jornalísticas, estando dentro da média anual em comparação com os anos anteriores. Em 2016 foram 221 matérias.

Informativos Internos

- Uma das ferramentas de comunicação interna do Coren-BA é o Coren In Foco, informativo, trimestral, enviado aos e-mails dos trabalhadores do Conselho e também impresso e afixado nos murais internos. Ele contém informações de interesse dos funcionários e dicas relacionadas à saúde e à cultura. A periodicidade do jornal foi mantida em 2017, se comparado ao ano anterior.

Eventos

O Coren-BA reuniu mais de 1600 pessoas em cerca de 35 eventos que incluíram minicursos, rodas de conversa, mesas-redondas, seminários e oficinas. Além de responder pela divulgação, criação gráfica e de comunicação visual, impressões e sistema de credenciamentos, a Assessoria de Comunicação foi a responsável pela produção executiva desses eventos.



APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores utilizados no PPA 2017/2018 foram apresentados na seção 3.1 – Descrição dos Objetivos do Exercício. Porém, o Coren-BA não definiu, no exercício de 2017, ferramentas de monitoramento para medir e analisar o resultado das ações realizadas e compará-las com as metas pré-estabelecidas.

Alguns índices foram medidos e apresentados nos relatórios setoriais da seção de Desempenho Operacional, porém, sem a análise dos seus resultados. No exercício de 2018, o Conselho criou na sua estrutura funcional o setor de Planejamento e Projetos com o objetivo organizar os planejamentos setoriais e definir ferramentas de acompanhamento da execução destes.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Conforme Regimento Interno, o COREN/BA é composto por 17 (dezessete) Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, e igual número de suplentes, todos de nacionalidade brasileira, na proporção de 3/5 (três quintos) de Enfermeiros para 2/5 (dois quintos) de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

Dentre os membros do Plenário, são eleitos os seguintes cargos:

- Diretoria, composta de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Tesoureiro e Segundo-Tesoureiro;
- Comissão de Tomada de Contas com 03 (três) membros.

DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA:

Art. 31. do Regimento Interno: À Diretoria compete:

- I - dirigir o COREN-BA segundo os princípios gerais da administração pública, obedecendo a legislação em vigor, a especificidade e os objetivos da Autarquia;
- II - propor o Plano de Cargos e Salários dos empregados do COREN-BA e suas alterações, quando necessárias, submetendo-as à aprovação do Plenário e homologação do COFEN;
- III - prover os cargos em comissão, as funções gratificadas e os empregos da Autarquia;
- VI - estabelecer a programação anual de suas reuniões;
- VII - elaborar a proposta orçamentária e a reformulação do orçamento, bem como as propostas de abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares, os balancetes e processos de prestação de contas;
- VIII - dar pronto cumprimento às determinações do Plenário, mantendo-o a par das medidas providenciadas para assegurar esse cumprimento;
- IX - colaborar com o Plenário no aprimoramento das normas de disciplina e fiscalização profissional;
- X - propor ao Plenário os valores das anuidades, taxas, emolumentos e multas a serem cobradas no exercício subsequente;

XI - submeter, fundamentadamente, à aprovação do Plenário, proposta para a instalação de subseções, comprovando a existência dos indispensáveis recursos financeiros, bem como o atendimento às normas do COFEN;

XII - proceder à arrecadação dos elementos da receita e à transferência, ao COFEN, do que lhe for devido;

XIII - deliberar sobre concessão de inscrição provisória nos quadros respectivos, autorizando a emissão de cédulas profissionais de identidade;

XIV - deferir, “*ad referendum*” do Plenário pedidos de:

a) inscrição dos profissionais de enfermagem, nos quadros respectivos, autorizando a emissão de carteiras e cédulas profissionais de identidade;

b) registro de empresas com atuação na área da enfermagem, autorizando a emissão dos respectivos certificados;

c) transferência de inscrição, de registro e seu cancelamento;

XV - aprovar a contratação de serviços técnicos especializados, consultorias, assessorias, ainda que de natureza transitória, desde que impliquem em despesas ou ônus de qualquer natureza para o COREN-BA;

XVI - manter permanente divulgação do Código de Ética dos profissionais de enfermagem;

XVII - organizar, manter atualizadas e divulgar a relação dos profissionais inscritos e das empresas registradas.

XVIII - elaborar anualmente relatório de suas atividades;

XIX - manter intercâmbio de informações e colaboração com os Conselhos Regionais profissionais de todas as áreas, especialmente da área de saúde e estabelecer relacionamento harmonioso com as autoridades do setor, compatibilizando atividades, sem prejuízo das prerrogativas do COREN-BA, tudo fazendo para alcançar os objetivos e atingir suas finalidades institucionais.

O COREN/BA não possui unidade de Auditoria Interna, porém, possui unidade de Controladoria, com Ouvidoria vinculada a este setor, com definição de atuação informada em item específico posterior deste relatório.

O setor de Controladoria do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia foi instituído pela Decisão Coren/BA n.º 003/2010, aprovada em deliberação do Plenário em sua 392ª Reunião Ordinária realizada em 17/06/2010. No artigo 2.º são definidos os objetivos da Controladoria:



- “I - fiscalizar o cumprimento, Lei 8.666/93, Lei 4.320/64, Regulamentos aprovados pela Resolução COFEN 340/2008, os princípios da Lei Complementar nº 101/2000 e os estabelecidos para a gestão pública responsável;
- II - controlar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia;
- III - acompanhar a execução do orçamento e dos programas de trabalho, para as verificações necessárias à utilização regular e racional dos recursos e bens públicos e para a avaliação dos resultados alcançados pelo gestor;
- IV - prover orientação aos administradores, com vista a racionalização da execução da despesa, à eficiência e à eficácia da gestão;
- V - subsidiar os órgãos responsáveis pelo planejamento, orçamento e programação financeira, aperfeiçoando-lhes as atividades;
- VI - velar pela fiel observância das normas legais, regimentais e internas na prática dos atos de administração;
- VII - colaborar com as ações administrativas de aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de gestão;
- VIII - velar pela observância dos sistemas organizacionais, funcionais e operacionais estabelecidos;
- IX - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo exercido pelos órgãos competentes”

A Controladoria no Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia foi criada através da Decisão n.º 03/2010 de 17 de junho de 2010. Porém, a estruturação do setor e a efetivação do funcionamento deste, ocorreram somente no exercício de 2014. Até o ano de 2013, funcionou concomitante a Controladoria e a Comissão de Tomada de Contas, sendo esta responsável pela emissão do parecer interno sobre as contas do Regional.



4.2 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

O COREN-BA é composto por 17 (dezessete) conselheiros efetivos que integram o Plenário, e igual número de suplentes, todos de nacionalidade brasileira, na proporção de 3/5 (três quintos) de Enfermeiros para 2/5 (dois quintos) de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem.

A eleição é regulada pelo Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem e Resolução 428/2012 do COFEN.

É realizada dentre os membros do Plenário, as eleições para os seguintes cargos:

- I - Diretoria, composta de: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário, Primeiro-Tesoureiro e Segundo-Tesoureiro;
- II - Delegado Regional, para compor a Assembleia Geral dos Delegados Regionais, nos termos de Regimento Específico e Suplente Delegado Regional.

CAPÍTULO VI REGIMENTO INTERNO DO PLENÁRIO

SEÇÃO I

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art.10. O Plenário, integrado pelos membros efetivos do COREN-BA, é o órgão deliberativo da Autarquia, constituindo-se em Tribunal de Ética para admissibilidade e julgamento de processo ético instaurado contra profissionais de enfermagem.

1º. O Plenário do COREN-BA deverá reunir-se pelo menos uma vez a cada mês.

§ 2º. O mandato dos membros do Plenário é honorífico, com a duração de 3 (três) anos, admitida uma reeleição.

§ 3º. O Conselheiro que faltar a cinco reuniões, durante o ano civil, sem licença prévia do Plenário, perderá o mandato.

§ 4º. Aos membros efetivos do Plenário é atribuído o título de Conselheiro Efetivo, e aos suplentes o título de Conselheiro Suplente.

§ 5º. O Presidente do COREN-BA preside também o Plenário, cujos trabalhos são secretariados pelo Primeiro-Secretário da Autarquia.



Art. 11. Compete ao Plenário:

- I - eleger a Diretoria, o Delegado Regional e seu suplente e dar-lhes posse;
- II - convocação de conselheiro suplente, para substituição de membros efetivos, em caso de vacância ou impedimento e para efeito de “*quorum*” na hipótese de ausência de conselheiro às reuniões do plenário;
- III - aprovar se necessário, as alterações do Regimento do COREN-BA, encaminhando-as ao COFEN para homologação;
- IV - estabelecer a programação anual de suas reuniões ordinárias;
- V - deliberar acerca dos pedidos de inscrição de profissionais e de registro de empresas, bem como sobre sua transferência e cancelamento;
- VI - aprovar a proposta orçamentária do COREN-BA e suas reformulações globais, encaminhando-as ao COFEN, para homologação;
- VII - aprovar a abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares e submetê-las ao COFEN, para homologação;
- VIII - submeter à homologação do COFEN os projetos de operações imobiliárias referentes mutações patrimoniais da Autarquia;
- IX - julgar os balancetes e as prestações de contas da Diretoria, após parecer da Controladoria Geral do COREN-BA;
- X - deliberar, no âmbito de sua jurisdição, sobre os assuntos de interesse do exercício profissional na área da enfermagem, promovendo as medidas necessárias à defesa do bom nome desta e daqueles que a exerçam legalmente;
- XI - julgar os processos éticos, aplicar as penalidades cabíveis e propor ao COFEN a aplicação da pena de cassação do direito ao exercício profissional;
- XII - deliberar sobre as alterações da legislação de interesse da enfermagem e as medidas que visem a melhoria do exercício profissional, submetendo-as à aprovação do COFEN;
- XIII - aprovar os valores das contribuições de emolumentos, taxas e multas a serem cobradas pelo COREN-BA e acompanhar o processo de arrecadação dos elementos da receita;
- XIV - deliberar acerca de projetos de acordos, convênios e contratos de colaboração ou assistência técnica e financeira, a serem celebrados com órgãos ou entidades públicas ou privados, submetendo-os à aprovação do COFEN;
- XV - deliberar sobre pedidos de renúncia, licença e falta justificadas de Conselheiro, membro da Diretoria, bem como determinar as medidas subsequentes;



- XVI - aprovar o plano de cargos e salários do COREN-BA e suas alterações, quando necessário, submetendo-as à homologação do COFEN;
- XVII - autorizar a realização de obras, aquisição e alienação de imóveis;
- XVIII - homologar a aquisição de móveis, máquinas e equipamentos, bem como suas alienações;
- XIX - aprovar o relatório anual da Diretoria e encaminhá-lo ao COFEN;
- XX - declarar perda de mandato e a vacância respectiva;
- XXI - autorizar a concessão de distinções e honorarias em nome do COREN-BA;
- XXII - autorizar a criação de Comissões Especiais;
- XXII - aprovar as atas de suas reuniões;
- XXIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento, suprir suas lacunas e omissões;
- XXIV - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei, nas Resoluções, Decisões e demais provimentos do COFEN.

COMPOSIÇÃO DIRETORIA E PLENÁRIO

DIRETORIA

- Enf^a Maria Luísa de Castro Almeida – Presidente
- Enf^a Laurinda Lula Machado – Vice-Presidente
- Enf^a Orlaneide Santos da Silva – Primeira Secretária
- TE Samuel Azevedo Santos – Segundo Secretário
- TE Maria José Cruz Cova – Primeira Tesoureira
- AE João Bartolomeu Santos Araujo – Segundo Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS QUADRO I

- Enf^a Engrácia Figueiredo Lima
- Enf^a Leila Maria Ribeiro Brito
- Enf^a Lucimara Alves Silva
- Enf^a Maria da Conceição de Mesquita Souza Saraiva
- Enf^a Miriam Oliveira dos Anjos
- Enf^a Neuranides Santana
- Enf^a Tânia Mara Valadares Chagas



CONSELHEIROS EFETIVO QUADRO II E III

TE Izabel Idalina da Luz

TE Julieta de Carvalho Velozo

TE Rita de Cássia Oliveira Barreto

TE Tatiane Rocha Dias Nascimento

CONSELHEIROS SUPLENTE QUADRO I

Enf^ª Cristiane Magali Freitas dos Santos

Enf^º Edilmar Vilela Dourado

Enf^ª Ediale da Maia de Lima Almeida

Enf^ª Eliane Santana Nunes Coutrim

Enf^ª Ieda Silva Carvalho

Enf^ª Joalice Batista Xavier

Enf^º Luciano Guilherme da Silveira

Enf^ª Maria do Socorro de Almeida

Enf^ª Patrícia de Oliveira Campos

Enf^ª Vivalnita Mendonça da Encarnação

CONSELHEIROS SUPLENTE QUADRO II E III

TE Catia Lafaethe Veloso Dantas Santos

TE Cleferson Silva dos Santos

AE Edvalda Marcia de Jesus Lima

AE Fernando de Jesus Teixeira

TE Lucia da Silva Figueiredo

TE Marcos de Oliveira Silva

TE Otávio Mascarenhas Mutti

DELEGADA REGIONAL

Enf^ª Maria da Conceição de Mesquita Souza Saraiva

SUPLENTE DA DELEGADA REGIONAL

Enf^ª Miriam Oliveira dos Anjos

4.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O COREN/BA não possui unidade de auditoria interna.

4.4 ATIVIDADES DE CORREÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No sistema Cofen/Conselhos Regionais não há um sistema formal de correção, nem por nenhum órgão central. As ações de correção são efetuadas diretamente por comissões designadas e pelo Plenário de cada autarquia.

As denúncias são recebidas ou encaminhadas à autarquia, dado que a autoridade instauradora das comissões é o próprio Plenário. Recebidas as denúncias, inicialmente é realizado o juízo de admissibilidade, em busca de indícios de autoria e materialidade, ou ainda de eventual prejuízo ao Erário.

Após o juízo prévio de admissibilidade, em caso de sugestão de arquivamento, a denúncia é encaminhada à Procuradoria-Geral da autarquia, que proferirá seu parecer para que a autoridade instauradora decida sobre o caso.

Em caso de decisão favorável à instauração de procedimento investigativo, a diretoria é informada para que indique os integrantes aptos a compor a respectiva comissão processante. Quando do relatório final dos trabalhos, os autos seguem para a Presidência e posteriormente Plenário, que proferirá decisão final.

Principais normas que norteiam o assunto:

- Resolução COFEN 421/2012
- Resolução COFEN 155/1992.
- Resolução COFEN 507/2016.

No ano de 2015 seis funcionários do COREN/BA foram capacitados no curso de capacitação de servidores para membros de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar ministrado pela Controladoria Geral da União – CGU.

4.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Controladoria no Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia foi criada através da Decisão n.º 03/2010 de 17 de junho de 2010. Porém, a estruturação do setor e a efetivação do funcionamento deste, ocorreram somente no exercício de 2014. Até o ano de 2013, funcionou concomitante a Controladoria, a Comissão de Tomada de

Contas, estava sendo responsável pela emissão do parecer interno sobre as contas do Regional.

O setor é composto por dois membros, sendo o Controlador – Antonio Carlos Paim Cardoso Júnior, Bacharel em Ciências Contábeis e o Coordenador – Jaguaraci Santos Mendes, Bacharel em Ciências Contábeis.

As atividades principais do setor de controladoria no exercício de 2017 foram o acompanhamento e análise dos processos licitatórios e de gestão dos contratos; acompanhamento e análise dos processos vinculados à folha de pagamento; acompanhamento e controle da execução orçamentária; análise e liberação dos processos de pagamentos; auxílio na elaboração do plano de ação e do orçamento do exercício de 2018; liberação de viagens, pagamento e auditoria das prestações de contas das diárias aos funcionários e colaboradores do COREN/BA; análise e validação dos lançamentos contábeis e demonstrativos contábeis; acompanhamento e controle das ações do plano de redução da inadimplência – Projeto Oxigênio; e orientações para implementação do controle de custos e redução dos gastos do Conselho.

Além destas atividades, o setor de controladoria auxilia a Diretoria do COREN/BA na análise e avaliação de impacto orçamentário em qualquer decisão que possa impactar em dispêndio ao Regional.

Na sequência serão detalhadas as principais atividades executadas neste exercício, vinculados aos processos com maiores riscos de prejuízo ou dano ao erário e patrimônio do COREN/BA.

1) PROCESSOS LICITATÓRIOS E GESTÃO DE CONTRATOS:

No exercício de 2017 foram submetidos à análise da Controladoria Interna 169 (cento e sessenta e nove) Processos Administrativos conforme tabela abaixo:



Processos Administrativos (Licitações) - analisados em 2017						
	Concorrência	Convite	Dispensa	Inexigibilidade	Pregão	Total
Janeiro			8		9	17
Fevereiro	1		2	2	1	6
Março	1		10	2	6	19
Abril			4	1	9	14
Mai	1		5		4	10
Junho	1		2	2	6	11
Julho			6	1	3	10
Agosto			11	4	13	28
Setembro				2	1	3
Outubro			5	3	6	14
Novembro	1		6	1	7	15
Dezembro			10		12	22
Total	5	0	69	18	77	169

A análise dos processos é feita com base nas normas aplicadas à Administração pública e políticas institucionais do regional, emitindo-se uma Nota de Análise positiva ou negativa. Esta Nota de Análise é composta de um check list com as informações necessárias para a validação do processo administrativo, sendo os modelos específicos para cada tipo de modalidade de contratação. Também existem check list específicos aplicados para a renovação de contratos vigentes ou na assinatura de aditivos contratuais.

No exercício de 2017 o COREN/BA somente adotou o Pregão Eletrônico para a contratação de bens e serviços comuns.

Com a análise prévia dos processos administrativos, antes da realização da licitação, e a análise posterior ao procedimento, no exercício de 2017, os procedimentos licitatórios realizados não apresentaram recomendações que pudessem comprometê-los.

Buscou-se verificar se os processos estavam devidamente instruídos, com as devidas autorizações e justificativas, contendo respaldo orçamentário/financeiro para contratação e se atendiam aos princípios da administração pública, sobretudo a eficiência, economicidade, publicidade e planejamento.

Em relação aos processos administrativos, as contratações por Dispensa e por Inexigibilidade tiveram um critério maior na aprovação, sendo que todos os processos, inclusive estes, só foram aprovados pela Diretoria com a devida análise e aprovação do setor de Controladoria. Neste exercício de 2017, não foram assinados contratos que não tenham sido liberados pelo setor, sendo que na ocorrência de indeferimento do processo, este teve que ser retornado para setor de Licitações e Compras, para providências na regularização, ou cancelamento e elaboração de novo processo.

2) PAGAMENTOS, FOLHA DE PAGAMENTO E CONTROLE DE DIÁRIAS

Os processos de pagamentos são analisados previamente pela Controladoria. Nesta análise são verificadas as retenções tributárias, a existência de contrato e empenho prévio, e a efetiva realização do serviço ou aquisição do bem, através do controle do atesto nos documentos fiscais.

A Controladoria analisa todo mês a folha de pagamento do COREN/BA antes do envio do arquivo eletrônico de pagamento, sendo constante o apontamento de erros nas verbas salariais ou nos descontos legais. Devido a este fato, a importância desta análise prévia, pois, reduz substancialmente a ocorrência de erros que podem ocasionar prejuízos ao Regional.

Em relação ao pagamento de diárias, todos os processos de concessão são encaminhados a Controladoria para análise e liberação destes. São verificadas a pertinência da viagem, a duração e o cálculo da quantidade de diárias a serem pagas. Alguns processos foram devolvidos devido a esta análise, sendo efetuado um controle rígido para que os valores pagos de diária não ultrapassem a 50% do salário base do funcionário, pois, estes valores são incorporados à remuneração destes, causando um prejuízo financeiro ao COREN/BA. Porém, em alguns casos, como na substituição de funcionários em férias nas subseções, estes valores são superiores ao limite da CLT, incorporando a remuneração deste.

Em relação à entrega dos relatórios de viagem pelos funcionários, colaboradores e conselheiros do COREN/BA, foram efetuadas auditorias por amostragem nestes, sendo emitidas 189 Notas de Análises no exercício de 2017, sendo notificados todos que estavam com pendência de documentação ou com valores a restituir, com a penalidade da não concessão de novos pagamentos de diárias até a resolução da pendência.

3) ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

O controle da execução orçamentária é realizado mensalmente, junto com a análise dos balancetes mensais. Esta atividade visa a adoção de ações que possibilitem o cumprimento do orçamento e evite que os gastos sejam superiores a arrecadação. No exercício de 2017 o COREN/BA apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$ 314.244,83. Considerando somente o resultado corrente, ou seja, as receitas e despesas correntes, o resultado do período foi um superávit de R\$ 1.798.603,69.



VARIÇÃO DA ARRECAÇÃO NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS			
ANO	ARRECAÇÃO	VARIÇÃO NOMINAL	VARIÇÃO PERCENTUAL
2012	R\$ 11.727.893,98		
2013	R\$ 13.233.562,18	R\$ 1.505.668,20	12,84%
2014	R\$ 15.284.240,02	R\$ 2.050.677,84	15,50%
2015	R\$ 17.063.062,79	R\$ 1.778.822,77	11,64%
2016	R\$ 18.769.553,10	R\$ 1.706.490,31	10,00%
2017	R\$ 22.348.674,36	R\$ 3.579.121,26	19,07%

VARIÇÃO DAS DESPESAS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS			
ANO	DESPESAS	VARIÇÃO NOMINAL	VARIÇÃO PERCENTUAL
2012	R\$ 11.604.467,11		
2013	R\$ 12.681.257,53	R\$ 1.076.790,42	9,28%
2014	R\$ 14.884.849,49	R\$ 2.203.591,96	17,38%
2015	R\$ 17.352.721,03	R\$ 2.467.871,54	16,58%
2016	R\$ 19.185.680,21	R\$ 1.832.959,18	10,56%
2017	R\$ 22.034.429,53	R\$ 2.848.749,32	14,85%

RESULTADO ORÇAMENTÁRIOS DOS ÚLTIMOS SEIS ANOS				
ANO	RECEITAS	DESPESAS	SUPERÁVIT	
2012	R\$ 11.727.893,98	R\$ 11.604.467,11	R\$	123.426,87
2013	R\$ 13.233.562,18	R\$ 12.681.257,53	R\$	552.304,65
2014	R\$ 15.284.240,02	R\$ 14.884.849,49	R\$	399.390,53
2015	R\$ 17.063.062,79	R\$ 17.352.721,03	-R\$	289.658,24
2016	R\$ 18.769.553,10	R\$ 19.185.680,21	-R\$	416.127,11
2017	R\$ 22.348.674,36	R\$ 22.034.429,53	R\$	314.244,83

RESULTADO ORÇAMENTÁRIOS CORRENTE DOS ÚLTIMOS SEIS ANOS				
ANO	RECEITAS	DESPESAS	SUPERÁVIT CORRENTE	
2012	R\$ 11.727.893,98	R\$ 11.346.380,11	R\$	381.513,87
2013	R\$ 13.233.562,18	R\$ 12.622.669,53	R\$	610.892,65
2014	R\$ 15.284.240,02	R\$ 14.834.423,83	R\$	449.816,19
2015	R\$ 17.063.062,79	R\$ 17.017.302,70	R\$	45.760,09
2016	R\$ 18.769.553,10	R\$ 17.659.713,07	R\$	1.109.840,03
2017	R\$ 22.335.574,36	R\$ 20.536.970,67	R\$	1.798.603,69

O percentual de crescimento da arrecadação entre os exercícios de 2017 e 2016 apresentou um crescimento em relação ao período imediatamente anterior, passando de 10,00% para 19,07%.

Os gastos com pessoal mantiveram no percentual de 40,80% da receita arrecadada no exercício, conforme planilha abaixo:



Previsão - Exercício 2017		
Receita Corrente Líquida	R\$ 21.562.632,00	100,00%
Limite - LRF (50% s/ RCL)	R\$ 10.781.316,00	50,00%
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 9.634.420,00	44,68%
Execução nos meses (jan/17 a dez/17) conf LRF		
Receita Corrente Líquida	R\$ 22.335.574,36	100,00%
Limite - LRF (50% s/ RCL)	R\$ 11.167.787,18	50,00%
Despesa com Pessoal e Encargos	R\$ 9.113.527,28	40,80%

As demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram analisadas pela Controladoria estando de acordo com as normas brasileiras aplicadas ao setor público e em condições de serem aprovadas pela Plenária do COREN/BA.

4) CONSIDERAÇÃO

O setor de Controladoria do COREN/BA no exercício de 2017 atuou de forma preventiva e corretiva nas atividades executadas pelos diversos setores do órgão. Porém, para uma maior eficácia na atuação do sistema de controle interno, continua sendo necessário a implantação de normativos internos que sirvam de balizador para atuação dos colaboradores do Regional.

Informamos que no ano de 2017 não ocorreram repasses de convênios, nem transferências de recursos a terceiros no COREN/BA.

4.6 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, conforme artigo 14 do Regimento Interno do COFEN aprovado pela Resolução 421/2012, o mandato dos membros do Plenário do COFEN e Conselhos Regionais são honoríficos, tendo duração de 03 anos, admitindo-se uma reeleição consecutiva.



4.7 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

O COREN/BA não possui contrato com empresa de auditoria independente.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

A estrutura de colaboradores do COREN-BA, em dezembro de 2017, era formada por 148 servidores, entre eles: 97 (noventa e sete) efetivos, 16 (dezesesseis) comissionados. Ainda contou com 09 (nove) estagiários e 15 (quinze) prestadores de serviços terceirizados na Sede e 01 (um) em cada uma das subseções, totalizando 11 terceirizados, para as áreas de limpeza e conservação.

ANALISE CRÍTICA

A Gestão de 2017 do COREN-BA acredita que o investimento nas pessoas é fundamental para obtenção de bons resultados. Em 2017, o COREN-BA promoveu as seguintes concessões aos seus empregados:

Acordo Coletivo – COREN-BA: Durante o ano de 2017 o COREN-BA firmou acordo coletivo de trabalho com o Sindicato dos Servidores dos Conselhos E Ordem Autárquicos das Profissões Liberais no Estado da Bahia – SINSERCON – BA, entre as cláusulas do acordo destacam-se: - Reajuste salarial 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento); - Aumento do vale refeição/alimentação para R\$ 31,00 (trinta e um) multiplicados por 22 (vinte e dois) dias fixos; - Banco de Horas; - Agenda anual de feriados e recesso, conforme calendário do Cofen.

Plano de Cargos e Remunerações: Em 2017 foram realizadas as progressões salariais por tempo de serviço, prevista no Capítulo 12. Progressão Salarial – do PCCS COREN-BA, beneficiando 79 (setenta e nove) servidores. O conselho realizou ainda Seminário Interno Administrativo, que reuniu todos os servidores, sede e subseções, por quatro dias, em um hotel para treinamento e integração. Demais treinamentos e capacitações são realizados sempre que há necessidade e disponibilidade orçamentária. Além disso, inauguramos uma nova sede, que oferece muito mais conforto e segurança aos nossos trabalhadores e público externo.

As contratações realizadas em 2017 para preenchimento do quadro de servidores de carreira vinculado ao órgão foram feitas por meio do Concurso Público N° 01/2014, através do Regime Jurídico Único, conforme Lei 8.112.

Estrutura de Pessoal da Unidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	97	11	02
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	97	11	02
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	97	11	02
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	16	01	02
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	113	12	04

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	31	66
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	Não há
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	66
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	14	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	45	68

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	16	1	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	16	1	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas	Não há	05	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	05	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	21	1	Não há

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas



5.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	R\$ 5.021.240,33	0,00	0,00	R\$ 114.557,34	R\$ 1.069.218,02	R\$ 624,00	0,00	0,00	R\$ 40.407,10	R\$6.246.046,79
	2016	R\$4.542.031,04	0,00	0,00	R\$99.865,03	R\$931.449,21	R\$350,00	R\$0,00	0,00	R\$126.943,31	R\$5.700.638,59
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	R\$ 1.492.744,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 1.492.744,69
	2016	R\$ 1.398.477,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 1.398.477,15
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Núcleo de Gestão de Pessoas

5.1.3 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia não possuía políticas de gestão de riscos relacionadas ao pessoal no ano de 2017.

5.1.4 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

No exercício de 2017 não ocorreram contratações de mão de obra temporária.

5.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O COREN-BA ainda não possui um Plano Estratégico de TI (PETI). Por isso, as ações de TI são determinadas a partir do Plano Estratégico Plurianual e do orçamento anual. Ainda não dispomos de um Comitê Gestor de TI. As atividades da Área ficam sob a orientação da Diretoria em conjunto com as Chefias das áreas. Não há ainda um plano de capacitação formal dos recursos de TI. A capacitação está relacionada à disponibilidade de orçamento e a real necessidade de um treinamento. O setor de TI é composto por 5 (cinco) funcionários, sendo 2 (dois) deles concursados (Analistas de TI), 2 (dois) estagiários e 1 (um) Supervisor comissionado.

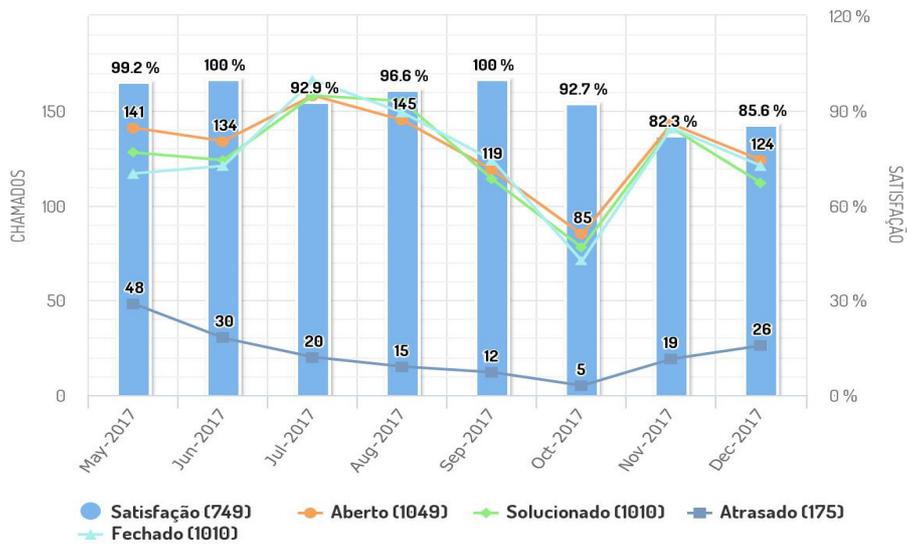
Processos de gerenciamento de serviços de TI implantados

A Divisão de Tecnologia da Informação do COREN-BA faz uso da metodologia ITIL®, acrônimo de *Information Technology Infrastructure Library* (Biblioteca de Infraestrutura de Tecnologia da Informação). Para isto, utilizamos a ferramenta Gestão Livre do Parque de Informática (GLPI) que permite a implantação dos principais processos definidos na ITIL como, por exemplo, o controle de Ativos de TI, Requisições, Incidentes, Problemas, Configurações, definições de catálogo de serviços, bem como, a definição de métricas e indicadores de desempenho da área de TI. Com ele, podemos mensurar como andam as nossas atividades e os atendimentos/suporte que estamos fornecendo.

Atividades desenvolvidas

Os números que estão presentes nos gráficos abaixo foram extraídos do sistema de gerenciamento de Incidentes/ Requisições (GLPI). O próximo tópico apresentará a descrição das principais atividades realizadas no exercício de 2017.

Gráfico 01 – Chamados realizados
CHAMADOS



Fonte: GLPI

No ano de 2017 foram realizados 1.049 chamados registrados, 1.010 solucionados, 175 foram solucionados com atraso e 1010 foram encerrados. Os não encerrados (39), serão verificados no ano seguinte (2018), pois foram abertos próximos ao final do ano.

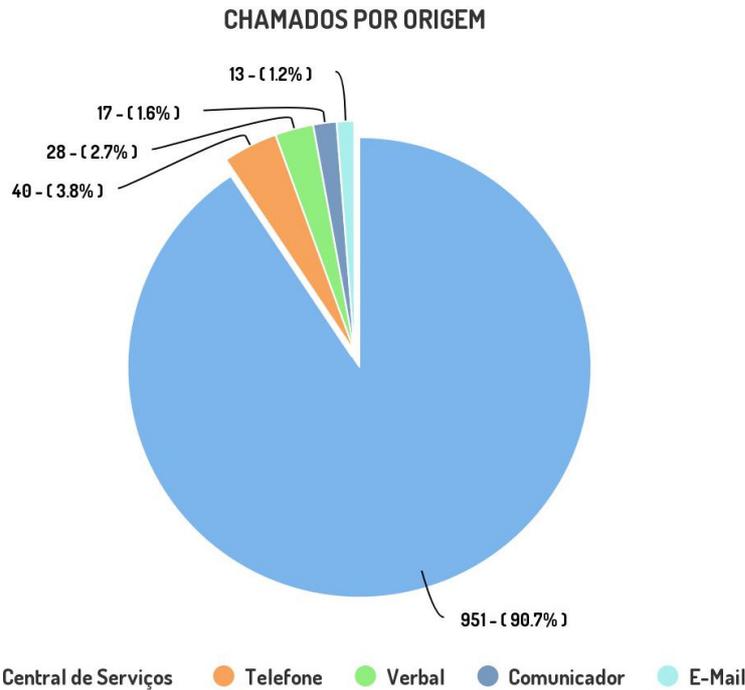
Tabela 01 – Atendimentos realizados na TI

Maio a dezembro	2015	2016	2017
	601	964	1049

Fonte: GLPI

Os números da tabela acima foram extraídos do GLPI e fazem um comparativo entre os anos, demonstrando os números de atendimentos realizados, pela TI, nos meses de Maio a Dezembro dos anos de 2015, 2016 e 2017.

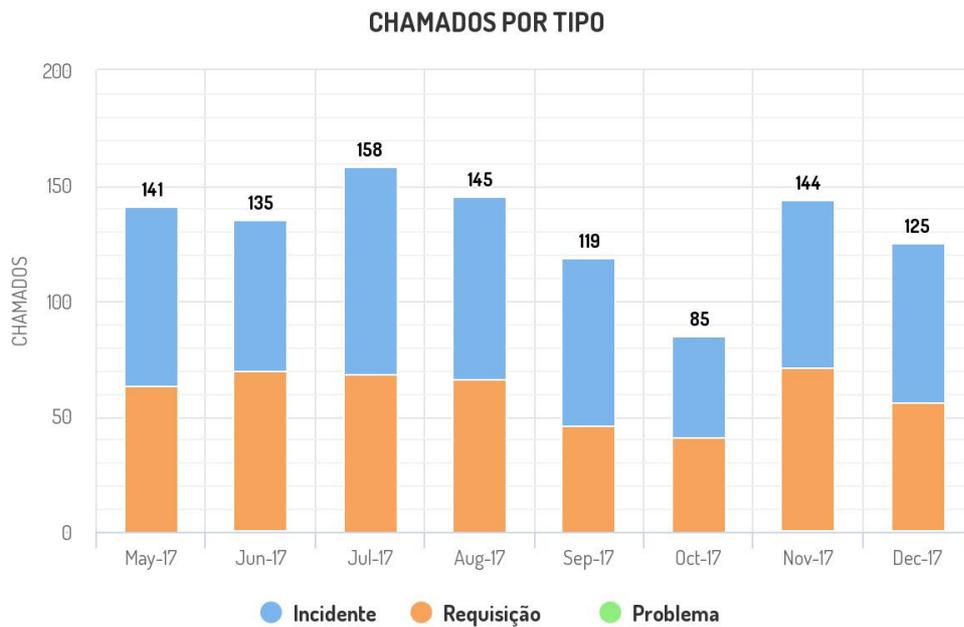
Gráfico 02 – Chamados por origem



Fonte: GLPI

Neste gráfico podemos evidenciar a adesão à ferramenta de registro de solicitação de serviços e suporte ao setor de TI (GLPI). Nele verificamos que 90,7% foram realizadas através do sistema e o restante pelos demais canais disponíveis indicados no gráfico.

Gráfico 03 – Chamados técnicos por tipo



Fonte: GLPI

As solicitações são classificadas por tipo quanto a sua severidade e urgência permitindo alocar, de maneira adequada, os recursos disponíveis para resoluções mais eficientes.

Principais atividades desenvolvidas pelo setor de TI

- Implantação do sistema de gerenciamento de filas e senhas de atendimento;
- Configuração dos switches da nova sede;
- Configuração dos roteadores wireless da nova sede;
- Migração do servidor do Bitdefender para uma máquina mais robusta;
- Instalação e configuração dos servidores na nova sede;
- Substituição de equipamentos novos;
- Suporte técnico em eventos do Coren-BA, internos e externos;
- Fiscalização de contratos;
- Criação de GPO (Group Policy);
- Realização de manutenções corretivas e preventivas nos equipamentos de informática em geral;
- Suporte técnico aos usuários;
- Apoio na geração de diversos relatórios para atendimento das necessidades da Diretoria e usuários em geral;
- Gerenciamento da Rede de Computadores;
- Gerenciamento das Impressoras e seus suprimentos;
- Gerenciamento dos Servidores;
- Execução de tarefas de natureza técnica que envolvem instalação e configuração de hardware e softwares;
- Configuração de contas de E-mail;
- Realização de Backup;
- Rotinas de concessão, alteração e remoção de acesso à rede e sistemas aos funcionários;
- Monitoração do Firewall;
- Instalação de Softwares;
- Configuração de contas de usuário;
- Recuperação de alguns computadores defeituosos a partir das peças extraídas de equipamentos destinados ao descarte;

- Atualização do Bitdefender (Antivírus).

Medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para o Coren-BA

1. Na contratação de soluções que suportem processos de negócio críticos, é previsto o fornecimento em alta disponibilidade, de forma a diminuir o risco de interrupção dos serviços, mesmo que ocorra demora no restabelecimento do mesmo.
2. Na contratação de serviços e soluções de TI é exigida a capacitação dos colaboradores do Coren-BA na solução ofertada, seja por meio de treinamento formal ou de transferência de conhecimento.

Outra medida refere-se a forma de licenciamento. Quando possível, a contratação de produtos, que requeiram licenciamento, é efetuada através de licenciamento perpétuo

5.2.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os Sistemas de Informações utilizados no Coren-BA estão relacionados no quadro abaixo, contendo o nome do sistema, o seu objetivo, as principais funcionalidades e a sua criticidade.

Quadro 01: Principais sistemas de informação

Nome do sistema	Objetivo	Principais funcionalidades	Criticidade
IncorpWare (Incorp)	Gerenciar cadastros e inscrições de profissionais de enfermagem	1. Cadastro de inscritos 2. Controle de fiscalização 3. Controle de dívida ativa 4. Controle financeiro 5. Relatórios gerenciais	Alta
IncorpNet	Permitir que profissionais de enfermagem registrados emitam boletos, certidões diversas e atualizem o seu cadastro	1. Emissão de certidões 2. Atualização cadastral 3. Emissão de boletos 4. Consulta da situação	Média
Implanta	SISCONT - Gerenciar e realizar o controle orçamentário e contábil da entidade	Elaboração, recepção, análise, aprovação, agregação e geração do arquivo final para transmissão ao TCU dos Relatórios de Gestão	Alta
	SISPAT - Controlar os bens patrimoniais do Conselho	Controle dos bens patrimoniais	Média



	CCUSTOS - Gerenciar e analisar as despesas por centro de custos	Controle dos centros de custos	Alta
	SIALM - Controlar o estoque de materiais de consumo do Conselho	1. Controle do balanço patrimonial 2. Controle de inventário 3. Controle de consumo 4. Controle de estoque	Média
GLPI (Gestão livre de parque de informática)	Gerenciar solicitações de serviços ao setor de TI e gerenciar ativos de TI	1. Controle dos ativos de TI 2. Gerenciar os chamados de TI	Média
Bitdefender Antivírus	Garantir a integridade dos arquivos e documentos, prevenindo, detectando e eliminando vírus de computador, cavalos de tróia e spywares Garantir a integridade dos arquivos e documentos, prevenindo, detectando e eliminando vírus de computador, cavalos de tróia e spywares	1. Varredura por vírus 2. Bloqueio de Spywares 3. Geração de relatórios e gráficos	Alta
Ouvidoria	Gerenciar o andamento das manifestações	1. Controle de manifestações 2. Encaminhamento de manifestações 3. Cadastro 4. Relatórios	Média
Sênior (Rubi)	Gerenciar a folha de pagamento	Gerenciar a folha de pagamento	Alta
FilaH	Gerenciar filas e senhas de atendimento	Gerenciar filas e senhas de atendimento	Alta
Spark	Mensageiro instantâneo	Permite a comunicação entre os funcionários	Baixa

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Os canais de acesso do cidadão ao Conselho Regional de Enfermagem (Coren-BA) para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões são promovidos pela Ouvidoria, pelo Departamento de Fiscalização (Defis), pela Divisão de Comunicação e pela Divisão de Atendimento.

A Ouvidoria possui um canal de acesso através do portal do Conselho, www.coren-ba.gov.br na opção Ouvidoria. Ela também disponibiliza um número de telefone (71-3277-3110). Nas demandas solicitadas pelo público externo no sistema de Ouvidoria, através do site, são gerados números de protocolos e todo o trâmite do processo é informado ao usuário. Este pode consultar o andamento da demanda no próprio site com o número de protocolo e pode avaliar o atendimento ao encerramento do atendimento.

O Departamento de Fiscalização mantém um contato direto com o cidadão, por meio de telefone e e-mail, para fins de denúncias quanto a irregularidades no exercício das profissões da enfermagem.

O meio mais utilizado pelo cidadão para contato direto com a Divisão de Comunicação é o Facebook. O Coren-BA mantém uma página nessa rede social desde 2012 e recebe, diariamente, diversas mensagens por inbox e por comentários nas publicações. A Divisão de Atendimento mantém comunicação direta e pessoalmente com os cidadãos que comparecem à autarquia. Na recepção do Coren-BA, são disponibilizados formulários para receber sugestões, dúvidas e reclamações, eles são também uma forma de aferir a satisfação dos profissionais com o atendimento recebido.

6.2 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O Coren-BA utiliza dois meios de aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários. Um meio é a utilização da pesquisa de opinião sobre o atendimento que fica disponibilizado na recepção da sede da autarquia. A outra é específica para o atendimento realizado por meio eletrônico no sistema de Ouvidoria. A seguir serão demonstrados os dados coletados destas pesquisas no exercício de 2017.

PESQUISA DE OPINIÃO DO ATENDIMENTO PRESENCIAL

1. Tempo de espera para ser atendido:

- Excelente: 28
- Bom: 31
- Regular: 20
- Ruim: 87
- Sem resposta: 4



2. Cordialidade no atendimento:

- Excelente: 43
- Bom: 50
- Regular: 29
- Ruim: 41
- Sem resposta: 7



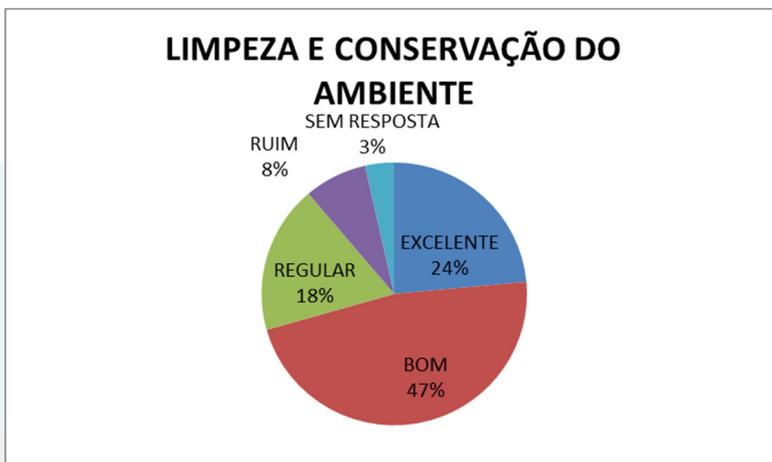
3. Habilidade do recepcionista:

- Excelente: 44
- Bom: 54
- Regular: 26
- Ruim: 35
- Sem resposta: 11



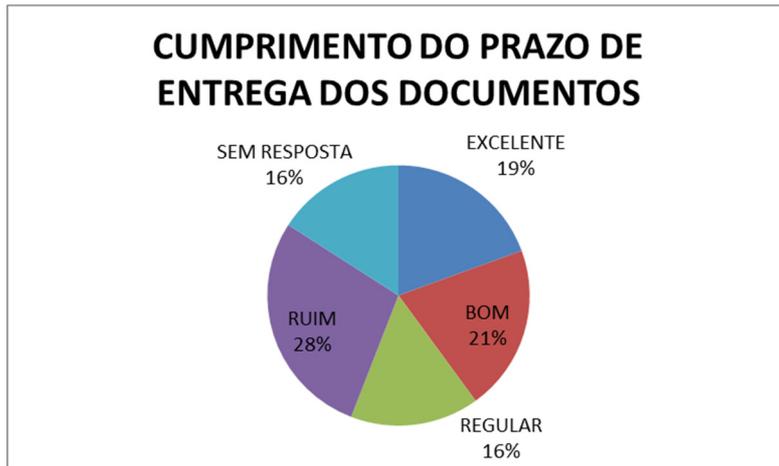
4. Limpeza e conservação do ambiente

- Excelente: 40
- Bom: 80
- Regular: 31
- Ruim: 13
- Sem resposta: 6



5. Cumprimento com prazo de entrega dos documentos

- Excelente: 33
- Bom: 35
- Regular: 27
- Ruim: 48
- Sem resposta: 27



Pelo resultado das pesquisas é percebido que o usuário tinha uma queixa maior sobre o tempo de espera para ser atendido. A cordialidade dos atendentes e o cumprimento do prazo de entrega dos documentos também são problemas apontados por um quarto dos usuários. Esta situação tende a melhorar com a inauguração da sede no final do exercício de 2017. A quantidade de guichês de atendimento foi ampliada e a recepção para espera é mais ampla e confortável para o profissional. Em relação à qualidade do atendimento do colaborador, o Coren-BA tem investido no treinamento destes, com o objetivo de qualificar e melhorar o relacionamento com o profissional da enfermagem

PESQUISA DE OPINIÃO DO ATENDIMENTO OUVIDORIA

Em relação ao atendimento das demandas solicitadas via Ouvidoria, percebemos que a maioria dos usuários não responde a pesquisa de satisfação do atendimento enviada automaticamente por e-mail, conforme dados a seguir, sendo que a maioria demonstra satisfação nos retornos realizados pela Ouvidoria.

PESQUISA ATENDIMENTO OUVIDORIA	
NÃO AVALIADOS	346
PÉSSIMO	4
RUIM	6
REGULAR	8
BOM	3
ÓTIMO	18
TOTAL	385



6.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Seguindo as recomendações do Acórdão TCU 96/2016 Plenário e cumprindo a Lei 12.527/2011, o sistema Cofen/Coren's desenvolveu uma página específica para as publicações dos documentos mínimos exigidos pela Lei. O link para esta página esta no site institucional do Coren-BA – www.coren-ba.gov.br, no item Acesso a Lei da Informação.

Nesta página estão disponibilizados os demonstrativos contábeis, os dados das folhas de pagamentos e do quadro de funcionários, relação de diárias e passagens fornecidas aos colaboradores do Regional, Atas de reuniões de Plenária, organograma funcional, entre outras informações relevantes para o usuário externo e interno. Neste mesmo portal, esta o sistema de solicitação de informação: e-Sic. Nesta qualquer usuário pode solicitar acesso a informações que, porventura, não estejam publicas no Portal da Transparência.

6.4 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Coren-BA não possuía um ambiente adequado na antiga sede para garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de alguma deficiência, especialmente em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Porém, com a inauguração da nova sede, estes pré-requisitos foram contemplados no projeto de reforma, estando o novo prédio adaptado para atender o profissional portador de alguma deficiência, com elevadores, banheiro específico para este público e local adequado na área de atendimento para recepcioná-los.



7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Resultado financeiro do exercício (total dos ingressos – total dos dispêndios)

Em 2017 a Autarquia apresentou um resultado financeiro negativo de R\$ 422,903,39, indicando que o total de ingressos foi menos que os dispêndios.

Resultado financeiro da execução orçamentária (receita Orçamentária – (despesa orçamentária – restos a pagar inscritos no exercício)

Em 2017 a Autarquia apresentou um resultado superavitário de R\$ 635.957,21, indicando o quanto das disponibilidades foram impactadas em decorrência dos ingressos e dispêndios. A variação das disponibilidades teve uma repercussão positiva.

Resultado financeiro do movimento extra orçamentário do exercício (recebimento extra orçamentário – restos a pagar inscritos) – pagamentos extra orçamentário.

Há de ressaltar que no movimento extra orçamentário constam registros de receitas e efetivos recebimentos, em contas criadas com o objetivo de facilitar as análises e conciliações bancárias. Essas contas, Receitas a Classificar, são zeradas ao fim de cada mês.

Ressaltamos, ainda, que em 2018 a Autarquia modificou o procedimento contábil e não está mais utilizando estas contas de receitas a classificar que vinham impactando no movimento extra orçamentário.

Efetivamente, o resultado do movimento extra orçamentário é R\$ 74.243,47 negativo.

Recebimentos extra orçamentários

Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ 1.850.639,34
Outros recebimentos extra orçamentários	R\$ 5.108.725,36
Total de recebimentos extra orçamentários	R\$ 6.959.364,70

Pagamentos extra orçamentários

Depósitos restituíveis e valores vinculados	R\$ 1.966.868,59
Outros pagamentos extra orçamentários	R\$ 5.066.739,58
Total de recebimentos extra orçamentários	R\$ 7.033.608,17



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2017 <td></td> <th>2017</th>		2017
ORÇAMENTÁRIA	22.348.674,36	ORÇAMENTÁRIA	22.034.429,53
Corrente	22.335.574,36	Créditos empenhados a liquidar	176.297,83
Capital	13.100,00	Créditos empenhados liquidados	145.414,55
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	28.322.411,09	Corrente	20.224.045,67
		Capital	1.488.671,48
		EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.059.559,31
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.404.025,39	SALDO DO EXERCÍCIO SEGUINTE	1.981.122,00
Caixa e equivalente de caixa	2.310.547,19	Caixa e equivalente de caixa	1.951.420,64
Depósitos rest e vls vinculados	93.478,20	Depósitos rest e vls vinculados	29.701,36
TOTAL	53.075.110,84		53.075.110,84
RESULTADO FINANCEIRO	-422.903,39		

Composição de Registros Extra orçamentários

Recebimentos Extra orçamentários		Pagamentos Extra orçamentários	
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	176.297,83	Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	633.798,24
Inscrição de Restos a Pagar Processados	145.414,55	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	350.818,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.850.639,34	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.966.868,59
Outros Recebimentos Extra orçamentários	5.108.725,26	Outros Pagamentos Extra orçamentários	5.066.739,58
Receitas a Classificar	21.041.334,11	Receitas a Classificar	21.041.334,11
Total de Recebimentos Extra orçamentários	28.322.411,09	Total de Pagamentos Extra orçamentários	29.059.559,31

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZACÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

A Autarquia efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Bens	Taxa Depreciação
Mobiliário em Geral	10%
Equipamentos de Informática	20%
Veículos	20%
Máquinas e Aparelhos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10%
Casas e Salas	4%
Softwares e Licenças	20%

Saldo da depreciação/amortização está composto da seguinte forma:

Depreciação bens móveis	R\$ 705.694,01
Depreciação de bens imóveis	R\$ 725.507,48
Amortização software	R\$ 73.627,50

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O gerenciamento dos custos é de responsabilidade da Administração e da Contabilidade.

Os centros de custos estão estruturados por departamentos, na sede e subseções, que são unidades administrativas que atuam nos interiores do Estado.

A Autarquia utiliza o sistema SISCONT.NET, da Implanta, para registros contábeis nos sistemas orçamentário, patrimonial e de custos.

O sistema de custo possibilita mensurar, registrar e evidenciar e avaliar os custos por departamentos e subseções, além de apoiar nos processos de aquisições de produtos e contratação de serviços, e no planejamento para elaboração do orçamento.

No sistema existe vários relatórios que permitem a Autarquia analisar os custos para tomada de decisão, um destes relatórios é o de despesa mensal por centros de custo, onde são evidenciados, analiticamente, todos os gastos por departamento e subseções.

O orçamento da Autarquia foi elaborado por centro de custos e estes são apropriados no empenho da despesa;

Relação de Centro de Custos c/ Sub-Área - Exercício 2017

Código	Centro de Custo	Código	Centro de Custo
01	SEDE	02	SUBSEÇÕES
01.01	CÂMARAS TÉCNICAS	02.01	ALAGOINHAS
01.02	COMUNICAÇÃO	02.02	BARREIRAS
01.03	CONTABILIDADE	02.03	CAMAÇARI
01.04	CONTROLADORIA	02.04	FEIRA DE SANTANA
01.05	FINANCEIRO	02.02	BARREIRAS
01.06	FISCALIZAÇÃO	02.05	GUANAMBI
01.07	GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	02.06	IRECÊ
01.08	GESTÃO DE PESSOAS	02.07	ITABUNA
01.09	JURÍDICO	02.08	JEQUIÉ
01.10	LICITAÇÃO	02.09	JUAZEIRO
01.11	PLENÁRIA	02.10	PAULO AFONSO
01.12	TI	02.11	SANTO ANTONIO DE JESUS
01.13	TRIBUNAL ÉTICO	02.12	TEIXEIRA DE FREITAS
01.14	URC/ATENDIMENTO	02.13	VITÓRIA DA CONQUISTA
01.15	FATURAMENTO E COBRANÇA		
01.16	PROJETO SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM		

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentar as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações em apoio ao processo de tomada de decisão, a adequada prestação de contas, o necessário suporte para a instrumentalização do controle social e os resultados em conformidade com a legislação vigente aplicada ao setor público.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	10.471.272,14	8.345.631,37	PASSIVO CIRCULANTE	1.101.732,45	1.249.249,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.951.420,64	2.310.547,19	Restos a Pagar	145.414,55	351.680,22
Créditos a Curto Prazo	8.217.907,77	5.631.470,89	Provisões a Curto Prazo	879.058,16	709.332,43
Demais Créditos a Curto Prazo	240.510,54	336.444,79	Demais Obrigações a Curto Prazo	77.259,74	188.236,67
Estoques	61.433,19	67.168,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	8.692.343,87	4.868.269,63	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.381.475,54	365.765,22	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.061.883,56	11.964.651,68
Créditos a Longo Prazo	2.372.163,74	356.453,22	Patrimônio Social	0,00	0,00
Demais Créditos a Longo Prazo	9.312,00	9.312,00	Resultados Acumulados	18.061.883,56	11.964.651,68
IMOBILIZADO	6.310.868,13	4.497.207,56			
Bens Móveis	1.807.832,41	1.426.322,87			
Bens Imóveis	5.934.237,21	4.449.445,17			
(-) Depreciação Acumulada	-1.431.201,49	-1.378.560,48			
INTANGÍVEL	0,00	5.296,85			
Sotwares	73.627,50	73.627,50			
(-) Amortização Acumulada	-73.627,50	-68.330,65			
TOTAL DO ATIVO	19.163.616,01	13.213.901,00	TOTAL DO PASSIVO	19.163.616,01	13.213.901,00
ATIVO FINANCEIRO	1.951.420,64	2.310.547,19	PASSIVO FINANCEIRO	398.972,12	1.179.063,42
ATIVO PERMANENTE	17.212.195,37	10.903.353,81	PASSIVO PERMANENTE	879.058,16	709.332,43
			SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	1.552.448,52	1.131.483,77

Análise do balanço patrimonial

Índices de Liquidez	Valor	Valor Desejado
Corrente	9,50	> 1
Imediata	1,77	> 1
Geral	17,39	> 1

Analisando a liquidez da Autarquia, a capacidade de pagamento da autarquia frente a suas obrigações, percebe-se que a entidade possuía altíssimos índices de liquidez, que quer dizer que não tem dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo (liquidez corrente e imediata) e compromissos de longo prazo (liquidez geral).

Grau de Endividamento	
Passivo Exigível	1.101.732,45
Ativo Total	19.163.616,01
Endividamento Total	5,75%

Grau de Endividamento	
Passivo Exigível	1.101.732,45
Patrimônio Líquido	18.061.883,56
Grau de Endividamento	0,0610

indicador desejável < 1

Analisando o endividamento total da Autarquia a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros, percebe-se que este Conselho possui índices muito baixos de endividamento, não havendo riscos de solvência para a entidade. No cálculo deste índice, quanto maior o quociente, mais endividada está a entidade, e maior será o risco desta em não cumprir com suas obrigações.

O índice de endividamento total deste Conselho, que é a relação entre o passivo exigível e o ativo total é de 5,75%, e o grau de endividamento, que é a dependência em relação ao capital de terceiros é de 0,0610.

A Autarquia apresentou um superávit financeiro de R\$ 1.552.44,52

Ativo Financeiro R\$ 1.951.420,64

Passivo Financeiro R\$ 398.972,12



Variações Patrimoniais					
VPA	Exercício Atual	Exercício Anterior	VPD	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições	25.473.680,66	22.392.272,28	Pessoal e Encargos	9.953.006,46	8.722.083,53
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.130.450,14	1.595.649,04	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.484.832,42	3.775.197,65
Varição Patrimonial Aumentativa Financeiras	2.038.229,46	1.804.678,88	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.540,14	10.850,98
Valorização e Ganhos com Ativo	8.802,00	0,00	Transferências Concedidas (cota-parte COFEN)	5.491.572,79	4.555.741,27
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.046.739,77	126.083,23	Desvalorização e Perdas de Ativos	7.315.492,78	6.496.248,78
			Varição Patrimonial Diminutiva Tributária	0,00	29.472,50
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	927.984,24	818.700,86
Total das Variações Ativas	31.697.902,03	25.918.683,43	Total das Variações Passivas	28.184.428,83	24.408.295,57
			Superávit do Exercício	3.513.473,20	1.510.387,86
Total	31.697.902,03	25.918.683,43	Total	31.697.902,03	25.918.683,43

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	
INGRESSOS	
RECEITA CORRENTE	22.335.574,36
OUTROS INGRESSOS	28.064.475,55
DESEMBOLSOS	
DESPESAS CORRENTES	20.224.045,67
OUTROS DESEMBOLSOS	29.059.559,31
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.116.444,93
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	
DESEMBOLSOS	1.488.671,48
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.488.671,48
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-1.475.671,48
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-359.126,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.310.547,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.951.420,64

Nos anexos estão os demonstrativos contábeis emitidos pelo sistema de informação contábil.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

O COREN/BA não possui deliberações específicas do TCU, consubstanciadas em acórdãos, que resultaram em determinações e/ou recomendações

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Órgão de controle interno emite recomendações e solicitações de informações através da emissão de comunicações internas. No exercício de 2017 não foram emitidos memorandos solicitando informações sobre processos, ou emitindo recomendações de procedimentos, sobre os temas diversos.

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

O COREN/BA não instaurou tomada de contas especiais, nem medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário no exercício de 2017.

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito o < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento o Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
00	----	-----	-----	-	-----	-	-	-

Fonte: Secretaria e Site do COREN-BA



9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Sem outras informações relevantes a preencher.

10. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CONCEITOS NÍVEIS DE COMPLEXIDADE

CLASSIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÕES DE ACORDO COM O NÍVEL DE COMPLEXIDADE	
NÍVEL	CONCEITO
NÍVEL I	Instituições que não possuem procedimentos de enfermagem. Realizam apenas trabalho burocrático. Ex: Sesab, Sms, Dires, Distritos Sanitários, Central Médica De Regulação, Cooperativa, Visa, Viep, Serviço De Auditoria, Serviço De Consultoria.
NÍVEL II	Instituições de saúde com atendimento básico e equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos. Ex: Ilpi, Usf, Ubs, Posto De Saúde, Clínica Ambulatorial, Centro Médico, Policlínica, Serviço De Saúde Ocupacional, Unidade Mista, Ambulatório, Serviço De Transplante De Órgãos, Atenção Domiciliar, Serviço De Imunização.
NÍVEL III	Instituições de saúde com atendimento especializado, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos e intermediários. Ex: Caps, Hospital Dia, Centro De Bioimagem, Centro Médico De Referência, Clínica De Cirurgia, Casa De Parto Natural.
NÍVEL IV	Instituições de atendimento de alta complexidade, equipe de enfermagem prestando cuidados mínimos, intermediários, semi-intensivos e intensivos. Ex: Hospital Geral e Especializado, Home Care, Pronto Atendimento Geral, Maternidade, Serviço de Ambulância, Samu, Upa, Serviço de Hemoterapia, Serviço de Oncologia, Serviço de Nefrologia. <u>São divididos em:</u> <ul style="list-style-type: none">• Pequeno Porte (4P) – até 50 leitos• Médio Porte (4M) – de 51 a 150 Leitos• Grande Porte (4G) – de 151 a 500 Leitos• Extra Porte (4EG) – acima de 500 Leitos

ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2017

COREN/BA

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

CNPJ: 15.679.277/0001-60

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	10471272,14	8345631,37	PASSIVO CIRCULANTE	1101732,45	1249249,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1951420,64	2310547,19	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1871,96	0
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	8217907,77	5631470,89	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0	0
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	240510,54	336444,79	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	145414,55	351680,22
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0	0	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0
ESTOQUES	61433,19	67168,5	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0	0
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0	0	PROVISÕES A CURTO PRAZO	879058,16	709332,43
	0	0	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	75387,78	188236,67
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	8692343,87	4868269,63	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0	0
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2381475,74	365765,22	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0	0
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2372163,74	356453,22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0	0
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	9312	9312	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0	0
INVESTIMENTOS	0	0	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0	0
IMOBILIZADO	6310868,13	4497207,56	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0	0
BENS MÓVEIS	1807832,41	1426322,87	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0	0
BENS IMÓVEIS	5934237,21	4449445,17	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0	0
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	1.431.201,49C	1.378.560,48C	RESULTADO DIFERIDO	0	0
INTANGÍVEL	0	5296,85		0	0
SOFTWARES	73627,5	73627,5		0	0
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	73.627,50C	68.330,65C		0	0
			TOTAL DO PASSIVO	1101732,45	1249249,32



			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0	0
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0	0
			Demais Reservas	0	0
			Resultados Acumulados	18061883,56	11964651,68
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18061883,56	11964651,68
TOTAL	19.163.616,01	13.213.901,00	TOTAL	19.163.616,01	-13.213.901,00
ATIVO FINANCEIRO	1951420,64	2310547,19	PASSIVO FINANCEIRO	398972,12	1179063,42
ATIVO PERMANENTE	17212195,37	10903353,81	PASSIVO PERMANENTE	879058,16	709332,43
SALDO PATRIMONIAL				17885585,73	11325505,15

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0	0	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0	0
Execução de Direitos Conveniados	0	0	Execução de Obrigações Conveniadas	0	0
Execução de Direitos Contratuais	0	0	Execução de Obrigações Contratuais	0	0
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0	0	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0	0
TOTAL	0	0	TOTAL	0	0

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1552448,52	1131483,77

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2017

COREN/BA

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

CNPJ: 15.679.277/0001-60

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	21.562.632,00	21.562.632,00	21562632	21562632	22335574,36	772942,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.169.800,00	18.169.800,00	18169800	18169800	17535228,67	-634571,33
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	18.169.800,00	18.169.800,00	18169800	18169800	17535228,67	-634571,33
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	18.133.500,00	18.133.500,00	18133500	18133500	17496755,92	-636744,08
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	36.300,00	36.300,00	36300	36300	38472,75	2172,75
RECEITAS PATRIMONIAIS	649.350,00	649.350,00	649350	649350	372363,69	-276986,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	649.350,00	649.350,00	649350	649350	372363,69	-276986,31
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.395.182,00	1.395.182,00	1395182	1395182	2216950,07	821768,07
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0	0	69398,57	69398,57
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.395.182,00	1.395.182,00	1395182	1395182	2147551,5	752369,5
Expedição De Carteira	536.900,00	536.900,00	536900	536900	784438,5	247538,5
Outros Serviços Administrativos	241.882,00	241.882,00	241882	241882	340527,16	98645,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.348.300,00	1.348.300,00	1348300	1348300	2211031,93	862731,93
MULTAS E JUROS DE MORA	986.000,00	986.000,00	986000	986000	1607173,98	621173,98
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	986.000,00	986.000,00	986000	986000	1607173,98	621173,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.600,00	13.600,00	13600	13600	7679,12	-5920,88
INDENIZAÇÕES	600,00	600,00	600	600	6448,29	5848,29
RESTITUIÇÕES	13.000,00	13.000,00	13000	13000	1230,83	-11769,17
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	344.900,00	344.900,00	344900	344900	581810,14	236910,14
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	344.900,00	344.900,00	344900	344900	581810,14	236910,14
RECEITAS DIVERSAS	3.800,00	3.800,00	3800	3800	14368,69	10568,69
OUTRAS RECEITAS	3.800,00	3.800,00	3800	3800	14368,69	10568,69
RECEITA DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00	0	1000000	13100	-986900



ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0	0	13100	13100
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00	0	1000000	0	-1000000
OUTRAS RECEITAS	0,00	1.000.000,00	0	1000000	0	-1000000
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0	0	0	0
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	21.562.632,00	22.562.632,00	21562632	22562632	22348674,36	-213957,64
DÉFICIT	0,00	0,00	0	0	0	0
TOTAL	21.562.632,00	22.562.632,00	21562632	22562632	22348674,36	-213957,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.907.881,84	0	1907881,84	1985011,74	-77129,9
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	1.907.881,84	0	1907881,84	1985011,74	-77129,9
ANULACAO DE DOTACAO	0,00	1.907.881,84	0	1907881,84	1985011,74	-77129,9
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	21.562.632,00	22.562.632,00	22034429,53	21858131,7	21712717,15	528202,47
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	21.046.632,00	21.046.632,00	20536970,67	20366232,34	20224045,67	509661,33
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	10.426.120,00	10.014.582,75	9735329,02	9735329,02	9730263,46	279253,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	10.426.120,00	10.014.582,75	9735329,02	9735329,02	9730263,46	279253,73
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.027.820,00	6.684.476,19	6628542,36	6628542,36	6628542,36	55933,83
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.140.300,00	2.120.818,09	1986692,2	1986692,2	1981626,64	134125,89
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.108.000,00	1.091.879,00	1069842,02	1069842,02	1069842,02	22036,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150.000,00	117.409,47	50252,44	50252,44	50252,44	67157,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.620.512,00	11.032.049,25	10801641,65	10630903,32	10493782,21	230407,6
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	5.228.320,50	5.492.320,50	5491572,79	5491572,79	5409332,12	747,71
CONTRIBUIÇÕES	5.228.320,50	5.492.320,50	5491572,79	5491572,79	5409332,12	747,71
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	5.392.191,50	5.539.728,75	5310068,86	5139330,53	5084450,09	229659,89
DIÁRIAS	408.600,00	465.600,00	463775	463775	463775	1825
MATERIAL DE CONSUMO	212.221,50	219.991,50	211570,58	191583,1	191583,1	8420,92

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	456.430,00	432.846,00	428570,42	428555,46	428555,46	4275,58
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	163.900,00	176.295,32	143408,4	143408,4	143408,4	32886,92
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.227.420,00	3.239.178,49	3079911,33	2929175,44	2877105	159267,16
SENTENÇAS JUDICIAIS	11.700,00	14.650,00	11540,14	11540,14	11540,14	3109,86
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	45.922,39	45915,63	45915,63	45915,63	6,76
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	911.920,00	945.245,05	925377,36	925377,36	922567,36	19867,69
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	516.000,00	1.516.000,00	1497458,86	1491899,36	1488671,48	18541,14
INVESTIMENTOS	516.000,00	1.516.000,00	1497458,86	1491899,36	1488671,48	18541,14
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	516.000,00	1.516.000,00	1497458,86	1491899,36	1488671,48	18541,14
OBRAS E INSTALAÇÕES	446.000,00	912.107,23	910973,71	910973,71	910973,71	1133,52
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00	603.892,77	586485,15	580925,65	577697,77	17407,62
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	21.562.632,00	22.562.632,00	22034429,53	21858131,7	21712717,15	528202,47
SUPERÁVIT	0,00	0,00	314244,83	0	0	-314244,83
TOTAL	21.562.632,00	22.562.632,00	22348674,36	21858131,7	21712717,15	213957,64

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2017

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	51.928,20	46.579,91	46.579,91	5.348,29	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	51.928,20	46.579,91	46.579,91	5.348,29	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	587.218,33	587.218,33	587.218,33	0,00	0,00
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	587.218,33	587.218,33	587.218,33	0,00	0,00
TOTAL:	0	639146,53	633798,24	633798,24	5348,29	0

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	0,00	165.222,61	165.222,61	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	165.222,61	165.222,61	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	186.457,61	185.596,18	861,43	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	45.537,21	45.537,21	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	140.920,40	140.058,97	861,43	0,00
TOTAL:	0	351680,22	350818,79	861,43	0

COREN/BA

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

CNPJ: 15.679.277/0001-60

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	22.348.674,36	18.769.553,10	Despesa Orçamentária	22.034.429,53	19.185.680,21
RECEITA REALIZADA	22.348.674,36	18.769.553,10	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	176.297,83	639.146,53
RECEITA CORRENTE	22.335.574,36	18.769.553,10	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	145.414,55	351.680,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.535.228,67	14.898.402,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	21.712.717,15	18.194.853,46
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	17.535.228,67	14.898.402,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	20.224.045,67	17.256.104,65
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	17.496.755,92	14.870.262,54	VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	9.730.263,46	8.731.880,53
Anuidades Do Exercício - P.F.	13.397.815,88	11.438.879,07	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	9.730.263,46	8.731.880,53
Anuidades De Exercícios Anteriores - P.F.	4.098.940,04	3.431.383,47	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.628.542,36	6.040.373,22
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	38.472,75	28.139,75	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.981.626,64	1.632.764,79
RECEITAS PATRIMONIAIS	372.363,69	532.212,20	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.069.842,02	931.799,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	372.363,69	532.212,20	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.252,44	126.943,31
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.216.950,07	1.595.649,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.493.782,21	8.524.224,12
SERVIÇOS FINANCEIROS	69.398,57	0,00	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	5.409.332,12	4.510.204,06
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.147.551,50	1.595.649,04	CONTRIBUIÇÕES	5.409.332,12	4.510.204,06
Expedição De Carteira	784.438,50	637.852,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	5.084.450,09	4.014.020,06
Outros Serviços Administrativos	340.527,16	264.911,94	DIÁRIAS	463.775,00	400.352,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.211.031,93	1.743.289,57	MATERIAL DE CONSUMO	191.583,10	150.959,05
MULTAS E JUROS DE MORA	1.607.173,98	1.283.013,41	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	428.555,46	387.224,97
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	1.607.173,98	1.272.460,06	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	143.408,40	147.985,91

Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	1.592.072,84	1.270.947,07	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.877.105,00	2.116.989,04
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	14.857,21	1.512,99	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.540,14	10.850,98
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	10.553,35	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.915,63	12.277,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.679,12	749,44	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	922.567,36	787.380,86
INDENIZAÇÕES	6.448,29	749,44	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	1.488.671,48	938.748,81
RESTITUIÇÕES	1.230,83	0,00	INVESTIMENTOS	1.488.671,48	938.748,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	581.810,14	446.091,00	INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.488.671,48	938.748,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	581.810,14	446.091,00	OBRAS E INSTALAÇÕES	910.973,71	926.181,67
Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	581.810,14	446.091,00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	577.697,77	12.567,14
Dívida Ativa em Fase Administrativa	252.666,28	243.957,72		0,00	0,00
Dívida Ativa em Fase Executiva	329.143,86	202.133,28		0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	14.368,69	13.435,72		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	14.368,69	13.435,72		0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	13.100,00	0,00		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	13.100,00	0,00		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	28.322.411,09	24.048.659,49	Pagamentos Extraorçamentários	29.059.559,31	23.620.458,98
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	176.297,83	639.146,53	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	633.798,24	272.288,36
Inscrição de Restos a Pagar Processados	145.414,55	351.680,22	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	350.818,79	306.743,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.850.639,34	1.439.390,20	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.966.868,59	1.393.128,25
Outros Recebimentos Extraorçamentários	26.150.059,37	21.618.442,54	Outros Pagamentos Extraorçamentários	26.108.073,69	21.648.298,80
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.404.025,39	2.401.263,99	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.981.122,00	2.413.337,39
Caixa e Equivalente de Caixa	2.310.547,19	2.221.428,80	Caixa e Equivalente de Caixa	1.951.420,64	2.310.547,19
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	93.478,20	179.835,19	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	29.701,36	102.790,20
Total:	53075110,84	45219476,58		53075110,84	45219476,58

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2017

COREN/BA

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

CNPJ: 15.679.277/0001-60

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Variações Patrimoniais

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	31697.902,03	25.918.683,43	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	28.184.428,83	24.408.295,57
CONTRIBUIÇÕES	25.473.680,66	22.392.272,28	PESSOAL E ENCARGOS	9.953.006,46	8.722.083,53
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	25.473.680,66	22.392.272,28	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	6.761.649,40	6.024.840,35
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	25.473.680,66	22.392.272,28	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	6.761.649,40	6.024.840,35
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.130.450,14	1.595.649,04	ENCARGOS PATRONAIS	2.068.277,41	1.761.220,81
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.130.450,14	1.595.649,04	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	1.534.868,74	1.290.961,66
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.130.450,14	1.595.649,04	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	533.408,67	470.259,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.038.229,46	1.804.678,88	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.069.842,02	931.799,21
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	69.398,57	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	1.069.842,02	931.799,21
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	69.398,57	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	53.237,63	4.223,16
JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.603.583,93	1.272.466,68	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	53.237,63	4.223,16
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.603.583,93	1.272.466,68	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.484.832,42	3.775.197,65
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	924,90	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	197.294,41	272.829,15
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	924,90	0,00	MATERIAL DE CONSUMO	197.294,41	272.829,15
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	364.322,06	532.212,20	SERVICOS	4.018.785,71	3.250.574,61
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	364.322,06	532.212,20	DIÁRIAS	463.775,00	400.352,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	8.802,00	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	143.408,40	149.384,20
GANHOS COM ALIENAÇÃO	8.802,00	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.411.602,31	2.700.838,41
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	8.802,00	0,00	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	268.752,30	251.793,89
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.046.739,77	1.26.083,23	DEPRECIACÃO	263.455,45	250.229,93
REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTE DE PERDAS	2.024.756,81	100.705,34	AMORTIZACÃO	5.296,85	1.563,96
REVERSAO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	1.486,41	100.705,34	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	11.540,14	10.850,98
REVERSAO DE AJUSTE DE PERDAS - CONSOLIDAÇÃO	2.008.270,40	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	11.540,14	10.850,98
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.1982,96	25.377,89	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	11.540,14	10.850,98
MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	10.553,35	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.491.572,79	4.555.741,27
INDENIZACÕES	212.153	11.178,54	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	5.491.572,79	4.555.741,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	861,43	646,00	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	5.491.572,79	4.555.741,27

	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	7.315.492,78	6.496.248,78
	0,00	0,00	REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	7.315.492,78	6.496.248,78
	0,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	7.315.492,78	6.496.248,78
	0,00	0,00	VPD - TRIBUTARIAS	0,00	29.472,50
	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	29.472,50
	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	29.472,50
	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	927.984,24	818.700,86
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	927.984,24	818.700,86
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	927.984,24	818.700,86
Total das Variações Ativas :	31697902,03	25918683,43	Total das Variações Passivas :	28184428,83	24408295,57
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	3513473,2	1510387,86
Total	31697902,03	25918683,43	Total	31697902,03	25918683,43

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2017

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1488671,48	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	13.100,00	0,00



COREN/BA

Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

CNPJ: 15.679.277/0001-60

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	22.335.574,36	18.769.553,10
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.535.228,67	14.898.402,29
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	17.535.228,67	14.898.402,29
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	17.496.755,92	14.870.262,54
Anuidades Do Exercício - P.F.	13.397.815,88	11.438.879,07
Anuidades De Exercícios Anteriores - P.F.	4.098.940,04	3.431.383,47
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	38.472,75	28.139,75
RECEITAS PATRIMONIAIS	372.363,69	532.212,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	372.363,69	532.212,20
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.216.950,07	1.595.649,04
SERVIÇOS FINANCEIROS	69.398,57	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.147.551,50	1.595.649,04
Expedição De Carteira	784.438,50	637.852,91
Outros Serviços Administrativos	340.527,16	264.911,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.211.031,93	1.743.289,57
MULTAS E JUROS DE MORA	1.607.173,98	1.283.013,41
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	1.607.173,98	1.272.460,06
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Físicas	1.592.072,84	1.270.947,07
Juros Sobre Anuidades De Pessoas Jurídicas	14.857,21	1.512,99
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	10.553,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.679,12	749,44
INDENIZAÇÕES	6.448,29	749,44
RESTITUIÇÕES	1.230,83	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	581.810,14	446.091,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	581.810,14	446.091,00
Dívida Ativa Pessoa Física - Principal	581.810,14	446.091,00
Dívida Ativa em Fase Administrativa	252.666,28	243.957,72
Dívida Ativa em Fase Executiva	329.143,86	202.133,28
RECEITAS DIVERSAS	14.368,69	13.435,72
OUTRAS RECEITAS	14.368,69	13.435,72
OUTROS INGRESSOS	28.064.475,55	23.290.615,52
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	21.712.717,15	18.194.853,46
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	20.224.045,67	17.256.104,65
VENCIMENTOS E VANTAGENS - PESSOAL CIVIL	9.730.263,46	8.731.880,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	9.730.263,46	8.731.880,53
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.628.542,36	6.040.373,22
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.981.626,64	1.632.764,79
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.069.842,02	931.799,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	50.252,44	126.943,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.493.782,21	8.524.224,12
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	5.409.332,12	4.510.204,06
CONTRIBUIÇÕES	5.409.332,12	4.510.204,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	5.084.450,09	4.014.020,06
DIÁRIAS	463.775,00	400.352,00
MATERIAL DE CONSUMO	191.583,10	150.959,05
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	428.555,46	387.224,97
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	143.408,40	147.985,91
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.877.105,00	2.116.989,04
SENTENÇAS JUDICIAIS	11.540,14	10.850,98



DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.915,63	12.277,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	922.567,36	787.380,86
OUTROS DESEMBOLSOS	29.059.559,31	23.776.196,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.116.444,93	1.027.867,20
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	13.100,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	1.488.671,48	938.748,81
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.488.671,48	938.748,81
OBRAS E INSTALAÇÕES	910.973,71	926.181,67
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	577.697,77	12.567,14
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.475.571,48	-938.748,81
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-359.126,55	89.118,39

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.310.547,19	2.221.428,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.951.420,64	2.310.547,19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

I. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Enfermagem é uma Autarquia Federal, criada pela Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, publicada no Diário Oficial da União em 13 de julho de 1973. Dotada de personalidade jurídica de direito público e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, tendo por finalidade, na área de sua jurisdição e nos limites de sua competência, a habilitação, regulação e fiscalização do exercício profissional e serviços de enfermagem, visando à proteção da sociedade.

A sua missão é promover o exercício ético e legal da Enfermagem na Bahia, ao habilitar, regular, orientar e fiscalizar atuação profissional e institucional, visando à prestação de uma assistência segura e qualificada à sociedade e a valorização desses profissionais.

II. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

A partir de 01/01/2014, a Contabilidade do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade

III. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, representando, portanto, uma posição estática.

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	R\$ 19.163.616,01	100,00%	PASSIVO	R\$ 19.163.616,01	100,00%
Ativo Circulante	R\$ 10.471.272,14	54,64%	Passivo Circulante	R\$ 1.101.732,45	5,75%
Ativo Não Circulante	R\$ 8.692.343,87	45,36%	Passivo Não Circulante	R\$ -	0,00%
			Patrimônio Líquido	R\$ 18.061.883,56	94,25%

Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a recursos com livre movimentação para aplicação nas operações e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo de R\$ 1.951.420,64 está representado da seguinte forma:

Banco conta Movimento	R\$ 792,20
Banco contas de Arrecadação	R\$ 168.311,12
Aplicações Financeiras	R\$ 1.782.317,32

Créditos a Curto Prazo

Cabe ressaltar que a partir do exercício de 2014, o Conselho Regional de Enfermagem da Bahia passou a reconhecer suas receitas pelo regime de competência no sistema patrimonial, e pelo regime de caixa no sistema orçamentário.

Os créditos a curto prazo correspondem a créditos tributários e de contribuições a receber, anuidades pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito, deduzido dos ajustes de perdas de créditos.

Ajustes de Perdas de Créditos Tributários e de Contribuições Pessoa Física e Jurídica correspondem ao reconhecimento dos riscos de recebimentos de dívidas com a constituição de provisões para perdas de créditos, com base em estimativas pelos prováveis valores de realização, tendo como indicador a média histórica de inadimplência.

A inadimplência de anuidades pessoas físicas em 2017 foi de 44,51%, enquanto que a de pessoa jurídica foi de 44,11%.

A média histórica de inadimplência das anuidades pessoas físicas do período de 2010 a 2017 foi de 27,69%, enquanto que a de anuidades pessoas jurídicas foi de 79,48%.

O saldo de R\$ 8.217.907,77 corresponde aos exercícios de 2010 a 2017 e está representado da seguinte forma:

Anuidades Pessoas Físicas	R\$ 38.713.305,20
Anuidades Pessoas Jurídicas	R\$ 935.136,13
Cartão de Crédito	R\$ 199.799,67
(-) Ajustes de Perdas de Créditos Pessoas Físicas	R\$ 30.716.146,63
(-) Ajustes de Perdas de Créditos Pessoas Jurídicas	R\$ 914.186,60

Com base no cálculo de inadimplência foi efetuada uma reversão de provisão para perdas de créditos de liquidações duvidosas de anuidades pessoas físicas relativas a exercícios anteriores no valor de R\$ 1.985.420,62, constituído uma provisão para perdas de créditos de liquidações duvidosas de anuidades pessoas físicas relativas ao exercício de 2017 no valor de R\$ 7.315.492,78 e um ajuste de saldo de anuidades pessoas jurídicas relativas a exercícios anteriores no valor de R\$ 49.102,78.

Demais créditos estão compostos por adiantamentos concedidos a pessoal, tributos a recuperar e a compensar, créditos por dano ao patrimônio, depósitos restituíveis e valores vinculados e outros créditos a receber.

O saldo de R\$ 240.510,54 está representado da seguinte forma:

Adiantamentos concedidos a pessoal	R\$ 187.598,66
Tributos a recuperar/compensar	R\$ 7.530,01
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 5.351,20
Depósitos restituíveis	R\$ 29.701,36
Outros créditos a receber	R\$ 10.329,31

Os adiantamentos a pessoal correspondem a adiantamentos de salários, de férias e vale refeição/alimentação e vale transporte. Adiantamento de salário apresenta um valor de R\$ 17,61, adiantamentos de férias, R\$ 81.467,54, vale refeição/alimentação, R\$ 90.965,40 e vale transporte, R\$ 15.148,11.

Os tributos a recuperar correspondem a contribuições federais e imposto de renda retidos indevidamente sobre aplicações financeiras e representam direitos a serem recuperados. Contribuições Federais apresenta um valor de R\$ 3.291,53 e o IRRF, R\$ 4.238,48.



Os créditos por dano ao patrimônio correspondem a responsabilização de servidores por dano causado a Autarquia, como pagamentos realizados indevidamente, pagamentos de multas e juros.

Os depósitos Restituíveis correspondem a depósitos judiciais de processos trabalhistas.

Cabe ressaltar que não foram constituídas provisões para riscos trabalhistas por não ter sido possível se fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Outros Créditos a Receber correspondem a créditos sobre devoluções de anuidades e representa um direito junto ao Conselho Federal de Enfermagem e créditos diversos a receber oriundos de pagamentos indevidos a fornecedores e prestadores de serviços e estão representados da seguinte forma: Conselho Federal de Enfermagem, R\$ 8.966,13, créditos diversos a receber, R\$ 1.363,18.

Estoque

O estoque está demonstrado ao custo de aquisição e corresponde a materiais de consumo da Autarquia, sendo as saídas do almoxarifado mensuradas e avaliadas pelo custo médio ponderado.

Ativo não Circulante

Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo compreendem as anuidades de profissionais, inscritas em dívidas ativas no período de 2010 a 2017

Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo compreendem perdas estimadas com o não recebimento, por inadimplência, dos créditos de longo prazo, tendo como indicador a média histórica de inadimplência.

A média histórica de inadimplência dos créditos de longo prazo no período de 2010 a 2017 foi de 73,56%.

O saldo da dívida ativa está composto da seguinte forma:

Dívida Ativa Longo Prazo Pessoa Física	R\$ 8.970.982,59
(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	R\$ 6.598.818,85

Com base nos recebimentos e nos cálculos da inadimplência, foram efetuados ajustes no saldo da conta da dívida ativa e na provisão para perdas de créditos de liquidações duvidosas.

O valor do Ativo está mensurado pelo valor principal atualizado com multas e juros.

Patrimônio – Bens Móveis

Em 2016 iniciaram-se os trabalhos de inventário dos bens patrimoniais, concluído em 2017, a partir do estabelecimento de uma data de corte envolvendo todas as movimentações de bens Inter setoriais, bem como as aquisições ou desfazimento a ser realizado neste período. Foi emitido relatório de patrimônio via sistema para cada unidade administrativa, incluindo-se as subseções da Autarquia, além de se proceder com a coleta das notas fiscais constantes no arquivo do Coren-BA, levantamento dos processos administrativos já abertos e relacionados com a área, dentre os quais se destaca o inventário e tombamento de bens realizado por empresa contratada no ano de 2013.

Foi realizado contagem física, item a item, de todos os bens patrimoniais na Autarquia. A contagem foi realizada presencialmente em todos os setores do Coren-BA locados na Sede, na Sede anexa em Salvador-BA e nas Subseções.

Foi realizada uma análise comparativa dos registros constantes no Sistema de Patrimônio e no Sistema de Contabilidade. Identificadas às divergências, foram realizados ajustes no Sistema de patrimônio, com movimentações de itens já existentes, inclusão de novos itens, exclusão de itens baixados, além de alterações de descritivos.

Na Contabilidade foram realizados ajustes nos saldos iniciais dos bens servíveis e nos saldos das contas de bens inservíveis, à contrapartida da conta de ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido.

A Autarquia alienou um veículo parati, 04 portas, cor branca, ano 2006/2007, placa, pelo valor de R\$ 13.100,00, apurando um ganho de capital no valor de R\$ 8.802,00.

Os ativos imobilizados estão mensurados ao custo de aquisição e o saldo está composto da seguinte forma:

Contas	Bens Servíveis	Bens Inservíveis
Aparelhos De Cine, Foto E Som	42.762,00	-
Biblioteca	1.767,18	-
Computadores e Periféricos	480.343,67	59.975,82
Máquinas, Motores e Aparelhos	161.920,85	22.323,72
Equipamentos Diversos	-	1,00
Mobiliário em Geral	673.898,04	17.550,14
Utensílios de Copa e Cozinha	7.199,99	-
Veículos	340.090,00	-
Totais	1.707.981,73	99.850,68
Total Geral	1.807.832,41	

Patrimônio - Bens Imóveis

Os bens imóveis estão avaliados pelos valores venais atualizados pela Prefeitura Municipal de Salvador mais os custos da obra da reforma da nova sede, incorporados ao patrimônio em 31/12/2017.

Descrição da Conta	Descrição do bem	Data Aquisição	Valor
CASA/SALA	CASA SITUADA NA RUA JUNQUEIRA AYRES, 31, BARRIS, SALVADOR/BA	02/05/1991	421.173,21
CASA/SALA	CASA SITUADA NA RUA GENERAL LABATUT, 05, BARRIS, SALVADOR/BA	16/02/2001	759.714,34
CASA/SALA	PRÉDIO SITUADO NA RUA GENERAL LABATUT, 273, BARRIS, SALVADOR/BA	20/08/2008	4.753.349,66
	Total de Bens Imóveis		5.934.237,21

Intangível

O Intangível está mensurado pelo custo de aquisição, corresponde licenças de uso de sistemas e softwares e está totalmente amortizado.

Depreciação e Amortização

Na estimativa de vida útil econômica dos bens, foram considerados a capacidade de geração de benefícios futuros, os desgastes físicos dos bens e a obsolescência tecnológica.

A Autarquia efetuou os cálculos das depreciações e amortização utilizando o método das quotas constantes, aplicando as seguintes taxas:

Bens	Taxa Depreciação
Mobiliário em Geral	10%
Equipamentos de Informática	20%
Veículos	20%
Máquinas e Aparelhos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10%
Casas e Salas	4%
Softwares e Licenças	20%



Saldo da depreciação/amortização está composto da seguinte forma:

Depreciação bens móveis	R\$ 705.694,01
Depreciação de bens imóveis	R\$ 725.507,48
Amortização software	R\$ 73.627,50

Passivo Circulante

As obrigações são mensuradas pelo valor original, e as provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimentos.

Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Representam os Restos a Pagar Processados, que registram as despesas empenhadas e liquidadas que serão pagas no exercício seguinte. Sua escrituração obedeceu às normas da Lei 4.320/65.

Compõe os restos a pagar as obrigações a curto prazo com fornecedores, as obrigações fiscais, relativa ao PIS sobre folha, a obrigação com o Conselho Federal de Enfermagem, relativa a cota-parte e outras obrigações.

Provisões a Curto Prazo

As Provisões constituem obrigações existentes da entidade proveniente de eventos passados, e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potencial de serviços com a característica de terem algum grau de incerteza, quanto a valor e data de pagamento. As provisões a curto prazo representam as obrigações com férias, 13º salário e respectivos encargos (INSS, FGTS e PIS) e apresenta os seguintes saldos:

Provisão de Décimo Terceiro Salário	R\$ 0,00
Provisão de Férias	R\$ 676.198,97
Provisão de INSS Férias	R\$ 142.001,79
Provisão de FGTS sobre Décimo Terceiro Salário e Férias	R\$ 54.095,43
Provisão de PIS sobre Décimo Terceiro Salário e Férias	R\$ 6.761,97

Demais Obrigações a Curto Prazo

As demais obrigações a curto prazo correspondem às consignações em folha de pagamento e tributos retidos.

Consignações em Folha	R\$ 30.992,47
Tributos Retidos	R\$ 41.014,95
Total das Demais Obrigações	R\$ 72.007,42



Patrimônio Líquido

O patrimônio da Autarquia está representado por resultados acumulados:

Superávit de exercícios anteriores	R\$ 11.964.651,68
Superávit do exercício corrente	R\$ 3.513.473,20
(-) Ajustes de exercícios anteriores	R\$ 2.583.758,68
Patrimônio Líquido	R\$ 18.061.883,56

Composição da conta Ajustes de Exercícios Anteriores:

12- Composição de Ajustes de Exercícios Anteriores	2.583.758,68
Estorno de registro indevido de depreciação da conta Biblioteca	387,80
Ajuste de saldo de inscrição em dívida ativa em 07/2017	41.472,79
Ajuste de saldo de inscrição em dívida ativa em 08/2017	42.600,71
Ajuste de saldo de dívida ativa de longo prazo	21.106,55
Ajuste de inventário na conta Aparelho de Cine, Foto e Som	30.753,00
Ajuste de inventário na conta Computadores Periféricos	(41.877,45)
Ajuste de inventário na conta Utensílios de Copa e Cozinha	(18.602,12)
Ajuste de inventário na conta Mobiliário em Geral	(2.247,23)
Ajuste de inventário na conta Máquinas, Motores e Aparelhos	(35.771,11)
Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	3.026.691,48
Ajuste de saldo da dívida ativa longo prazo	(599.511,96)
Ajuste de saldo de anuidades pessoas jurídicas de exercícios anteriores	49.102,78
Ajuste de saldo de bens inservíveis	(102.091,20)
Reversão de depreciação pelo ajuste de saldo de bens inservíveis	171.744,64

A Autarquia apresentou um superávit financeiro, diferença entre o ativo financeiro, representado pelas disponibilidades em bancos e o passivo financeiro, representado pelas obrigações, apurado no balanço patrimonial, de R\$ 1.552.448,52



Ativo Financeiro R\$ 1.951.420,64

Passivo Financeiro R\$ 398.972,12

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No início do exercício de 2017 o saldo inicial apurado no Balanço Financeiro era de R\$ 2.404.025,39. Após o encerramento do exercício o saldo que passa para o exercício seguinte foi de R\$ 1.981.122,00, representando um resultado financeiro deficitário de R\$ 422.903,39. O motivo deste déficit decorre do fato da utilização do resultado financeiro de exercícios anteriores para os gastos com a reforma do prédio da nova sede do COREN/BA.

BALANÇO FINANCEIRO			
RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA	R\$ 22.348.674,36	ORÇAMENTÁRIA	R\$ 21.712.717,15
CORRENTE	R\$ 22.335.574,36	CORRENTE	R\$ 20.224.045,67
CAPITAL	R\$ 13.100,00	CAPITAL	R\$ 1.488.671,48
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 28.322.411,09	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 29.059.559,31
Saldo Exercício Anterior	R\$ 2.404.025,39	Saldo Exercício Seguinte	R\$ 1.981.122,00
Resultado Financeiro	-R\$ 422.903,39		

Composição de Registros Extra orçamentários

Recebimentos Extra orçamentários		Pagamentos Extra orçamentários	
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	176.297,83	Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	633.798,24
Inscrição de Restos a Pagar Processados	145.414,55	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	350.818,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.850.639,34	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.966.868,59
Outros Recebimentos Extra orçamentários	5.108.725,26	Outros Pagamentos Extra orçamentários	5.066.739,58
Receitas a Classificar	21.041.334,11	Receitas a Classificar	21.041.334,11
Total de Recebimentos Extra orçamentários	28.322.411,09	Total de Pagamentos Extra orçamentários	29.059.559,31

Ressaltamos que as contas receitas a classificar são transitórias, foram criadas para registrar as receitas e os efetivos recebimentos, com o objetivo de facilitar as análises e conciliações bancárias. Estas contas são zeradas ao fim de cada mês.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em 2017, ocorreu superávit corrente de R\$ 1.798.603,69, porém, o resultado orçamentário do exercício de 2017 foi superávit de R\$ 314.244,83, devido ao gasto de R\$ 1.497.458,86 com investimentos, ou despesas de capital.

Da receita corrente prevista para todo o exercício, foram arrecadados R\$ 22.335.574,36, o que representa 103,58% do total previsto.

Em relação à execução das despesas correntes, foram realizadas 97,58% das despesas fixadas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
RECEITAS	Previsão	Arrecadação	Diferença	DESPESAS	Fixação	Execução	Diferença
CORRENTES	R\$ 21.562.632,00	R\$ 22.335.574,36	R\$ 772.942,36	CORRENTES	R\$ 21.046.632,00	R\$ 20.536.970,67	-R\$ 509.661,33
CAPITAL	R\$ 1.000.000,00	R\$ 13.100,00	-R\$ 986.900,00	CAPITAL	R\$ 1.516.000,00	R\$ 1.497.458,86	-R\$ 18.541,14
Défict				Superávit		R\$ 314.244,83	
TOTAL	R\$ 22.562.632,00	R\$ 22.348.674,36	-R\$ 213.957,64	TOTAL	R\$ 22.562.632,00	R\$ 22.348.674,36	-R\$ 528.202,47

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS – ORÇAMENTÁRIO/VARIAÇÃO

Os lançamentos manuais a débito em bens móveis, no valor de R\$ 241.567,44 correspondem aos seguintes registros:

Estorno de registro indevido na conta de depreciação biblioteca	R\$ 387,80
Ajuste de inventário na conta Aparelho de Cine, Foto e Som	R\$ 30.753,00
Reversão de depreciação pelo ajuste de saldo de bens inservíveis	R\$ 171.744,64
Baixa de depreciação de veículo alienado	R\$ 38.682,00

Os lançamentos manuais a crédito em bens móveis, no valor de R\$ 243.569,11, correspondem aos seguintes registros:

Ajuste inventário computadores e periféricos	R\$ 41.877,45
Ajuste inventário utensílios copa e cozinha	R\$ 18.602,12
Ajuste inventário mobiliário em geral	R\$ 2.247,23
Ajuste inventário máquinas, motores e equipamentos	R\$ 35.771,11
Ajuste inventário bens inservíveis	R\$ 102.091,20
Baixa do veículo alienado	R\$ 42.980,00

Os lançamentos manuais a débito em dívida ativa longo prazo, no valor de R\$ 3.200.051,32, correspondem aos seguintes registros:

Ajuste inscrição em dívida ativa longo prazo	R\$ 173.359,84;
Ajuste de perdas de créditos longo prazo	R\$ 3.026.691,48.

O lançamento manual a crédito em dívida ativa longo prazo, no valor de R\$ 599.511,96 corresponde a ajuste de saldo.